

Livia Guilardi

**GAROPABA (SC): ECONOMIA COLONIAL, COMPLEXO
RURAL E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós Graduação em
Geografia da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do
Grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos
Aurélio da Silva

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Guilardi, Livia

Garopaba (SC): economia colonial, complexo rural e
acumulação flexível do capital. / Livia Guilardi;
orientador, Marcos Aurélio da Silva – Florianópolis, SC,
2014.

176 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de
Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Formação econômico-social. 3. Relação
capital-trabalho. 4. Acumulação flexível do capital. 5.
Garopaba. I. Silva, Marcos Aurélio da. II Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- III. Título.

Livia Guilardi

**GAROPABA (SC): ECONOMIA COLONIAL, COMPLEXO
RURAL E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 14 de abril de 2014.

Prof. Dr. Márcio Rogério Silveira
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Eduardo Zons Guidi
Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de aprendizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Aos familiares que além do apoio, foram pacientes e compreensivos, sobretudo nos momentos de maior dificuldade e solidão na produção textual. Essa relação foi fundamental para o cumprimento desta tarefa.

Ao professor Marcos Aurélio compreensivo às limitações e as dificuldades que apresentei, incentivando para a superação das mesmas.

Aos colegas e amigos, dispostos a estudar e se aprofundar no método do materialismo histórico dialético, que proporcionaram momentos de reflexão essenciais para a realização desta dissertação.

Ao apoio financeiro da Capes para a realização da pesquisa.

Agradeço a todos aqueles que, gentilmente, disponibilizaram seu tempo para colaborar com esta pesquisa, fornecendo entrevistas.

[...] só há um jeito de transformar esse hoje ou a cultura, é você estranhar-se nela para depois tê-la como objeto de sua transformação. Para que superemos isso, temos que assumi-la e assumir para mim é um estado que negando a negatividade eu a reconheço para poder criar outra coisa [...]

(Paulo Freire, 1998)

RESUMO

Esse estudo foi desenvolvido com a intenção de compor um panorama histórico do desenvolvimento da organização econômico-social de Garopaba (SC), a luz do método do materialismo histórico dialético e de suas categorias de análise. Dialogando com a história da formação econômico-social brasileira, foi realizada uma periodização da história local, com base na expressão da relação capital-trabalho, que nele foi percebida. A colonização do litoral catarinense foi relatada para fornecer a base para a compreensão da estagnação econômica do município até a segunda metade do século XX, quando foi descrita, a economia local, com o predomínio de relações produtivas próprias de um complexo rural. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi destacado como o mecanismo que determinou alterações na organização econômico-social local, juntamente com os limites das condições de produção desenvolvidas até então. A partir do desenvolvimento do turismo, foram realizadas modificações que alteraram a relação capital-trabalho. Foram desenvolvidas forças produtivas e relações de produção até então distantes do local. A propriedade dos meios de produção foi separada do trabalhador, o que foi caracterizado como um processo de proletarianização. Também foi constituída uma indústria local, a qual, sendo adaptada ao modelo atual de concorrência internacional, fez a incorporação de mecanismos de acumulação flexível de capital. Esses foram reproduzidos no comércio e em outras atividades de atendimento aos turistas, embora em outros termos.

Palavras-chave: Formação econômico-social. Relação capital-trabalho. Colonização. Complexo Rural. Acumulação flexível do capital.

ABSTRACT

This study was developed with the intention of writing a historical overview of the development of economic and social organization of Garopaba (SC), the light of the dialectical historical materialism and its categories of analysis method. Dialogue with the history of Brazilian social-economic formation, a timeline of local history, based on the expression of the capital-labor ratio, which it was perceived was performed. The colonization of the state's coast has been reported to provide a basis for understanding the economic stagnation of the municipality until the second half of the twentieth century, when it was described, the local economy, with the predominance of own productive relations of a rural complex. The development of capitalism in Brazil was highlighted as the mechanism that determined changes in local economic and social organization, along with the limits of production conditions developed until then. From the development of tourism, changes that altered the capital-labor ratio were performed. Productive forces and relations of production have been developed so far distant from the site. The ownership of the means of production was separated from the worker, which was characterized as a process of proletarianization. Was also formed a local industry which, being adapted to the current model of international competition, made the incorporation of mechanisms of flexible capital accumulation. These were reproduced in trade and other service activities to tourists, although in other terms.

Keywords: Social-economic formation. Capital-labor ratio. Colonization. Rural Complex. Flexible accumulation of capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo.....	81
Figura 2 – Localidades de veraneio no Brasil meridional (Esquemático).....	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do PIB Municipal em Garopaba/SC (1999 - 2011).....	121
Gráfico 2 – Crescimento médio das unidades por setor (2001 - 2006).....	127
Gráfico 3 – Percentual de empresas por faixa de empregados.....	138
Gráfico 4 – Percentual de vínculos ativos por ramo de atividade industrial em Garopaba/SC de 2006 a 2012.....	139
Gráfico 5 – Percentual de vínculos ativos por ramo de atividade comercial em Garopaba/SC de 2006 a 2012.....	141
Gráfico 6 – Percentual de vínculos ativos por ramo de atividade no setor de serviços em Garopaba/SC de 2006 a 2012.....	143
Gráfico 7 – Média de vínculos ativos por subsetor IBGE em Garopaba/SC de 2002 a 2012.....	145
Gráfico 8 – Admissões médias em Garopaba – 1985-2011.....	146
Gráfico 9 – Desligamentos por mês, e não desligados no ano em 2012. Garopaba (SC) – Subsetores IBGE.....	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da população municipal (1970-2010).....	108
Tabela 2 – Número de Estabelecimentos segundo tamanho em Garopaba/SC – 1975 e 1995.....	109
Tabela 3 – Evolução do PIB Municipal (1999-2011) por setores da economia.....	119
Tabela 4 - Percentual relativo do PIB municipal por setores (IBGE)..	120
Tabela 5 - Empresas e outras organizações, por ano de fundação e seção da classificação de atividades em Garopaba/SC.....	124
Tabela 6 - Número de estabelecimentos registrados segundo atividade econômica no município de Garopaba/SC.....	129
Tabela 7 – Empresas atuantes, unidades locais, pessoal ocupado assalariado, pessoal ocupado total, salário médio e salário e outras remunerações (2006-2011) - Garopaba/SC.....	133
Tabela 8 – Empresas segundo faixa de pessoal ocupado em Garopaba, por grandes setores (IBGE) - 2002 a 2011.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Preservação Permanente
ACT – Atividades Características do Turismo
CNE – Cadastro Nacional de Empresas
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PIB – Produto Interno Bruto
PMG – Prefeitura Municipal de Garopaba
SANTUR – Santa Catarina Turismo
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 – COLONIZAÇÃO DO LITORAL CATARINENSE: GÊNESE DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL	29
1.1 - APONTAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS.....	29
1.2 - FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA: APONTAMENTOS GERAIS.....	36
1.3 - A COLONIZAÇÃO DO LITORAL CATARINENSE: GÊNESE DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL.....	48
1.3.1 - Armação Baleeira: características e efeitos na dinâmica social do litoral catarinense	57
1.3.2 – Produção de farinha de mandioca e pescado no litoral catarinense: pequena, média e grande propriedade	65
1.4 – LIMITES À EXPANSÃO E DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA DO LITORAL CATARINENSE ATÉ O SÉCULO XIX.....	71
2 – TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA ECONÔMICO-SOCIAL DE GAROPABA NO SÉCULO XX	79
2.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	80
2.2 – O MUNICÍPIO DE GAROPABA: RESGATE HISTÓRICO.....	83
2.3 – REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL: IMPULSOS E CONSEQUENCIAS NA ESCALA LOCAL.....	89
2.4 – ASPECTOS GERAIS DA REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO LOCAL.....	94
2.4.1 – Demarcação do território municipal: idas e vindas da emancipação política do município	94
2.4.2 – Efeitos da reestruturação do território brasileiro em Garopaba (SC)	99
2.5 - CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DE GAROPABA (SC).....	106
3 – ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE GAROPABA (SC)	113
3.1 – REESTRUTURAÇÃO DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: APONTAMENTOS GERAIS.....	113

3.2 – REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO EM GAROPABA: ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DOS SETORES DA ECONOMIA LOCAL.....	118
3.2.1 - Produto Interno Bruto Municipal de Garopaba (SC): caracterização dos setores.....	118
3.2.2 - Composição das atividades econômicas desenvolvidas no município de Garopaba (SC).....	122
3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM GAROPABA (SC).....	132
3.4 – ANÁLISE DA INSERÇÃO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL EM GAROPABA: ESTUDO DE CASO.....	148
3.4.1 – Mormaii: líder do mercado brasileiro no ramo <i>surfwear</i>... 149	149
3.4.2 – Característica dos ramos de comércio varejista e de serviços de alimentação na zona central de Garopaba (SC).....	152
3.5 – RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO EM TEMPOS DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS.....	165
APÊNDICE.....	175
ANEXOS.....	177

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista representa a forma hegemônica, de organização econômico-social na atualidade. E, com o advento do avanço tecnológico, a expansão do mercado capitalista foi acelerada nas últimas décadas do século XX.

No Brasil, a constituição do espaço geográfico aparelhado com infra-estrutura que integra o território, permitiu o desenvolvimento de relações sociais capitalistas em todas as regiões.

Lugares caracterizados pelo baixo consumo de mercadorias e produção de subsistência transformaram-se por meio do crescimento da indústria, da extração de riquezas, da agricultura e dos serviços, efeitos que transformaram o território, sem, contudo, alterar distorções na sociedade e no espaço.

O capitalismo brasileiro subjugou-se às formas de organização da grande indústria internacional, e, por isso, articula os mecanismos de acumulação com um conjunto de formas complexas de expropriação do mais-valor aos trabalhadores, ou seja, apresenta diferentes estratégias de subsunção dos trabalhadores para aumentar a sua taxa de mais valor (lucratividade). Além da reprodução ampliada do capital por meio de interposições da relação capital-trabalho, temos a presença de formas “rentistas” (capital monetário) de acumulação. Tal conjuntura se expressa em diferentes escalas e esferas da economia internacional.

Em Garopaba, a internalização das relações capitalistas desde o início do século XX foi lenta. Sua economia estava baseada numa produção familiar de baixa escala, com predomínio da pesca artesanal e da agricultura de subsistência, com baixo consumo de produtos industrializados.

Essas características foram alteradas com maior impulso a partir da década de 1970, quando o município começou a receber visitantes atraídos pela beleza de suas praias e pela tranquilidade que se podia desfrutar, contrapostas às dificuldades vivenciadas nos grandes centros (com destaque para Porto Alegre). Por serem recentes, as transformações contêm algo das estruturas herdadas, em meio às formas mais acabadas de produção capitalista.

Após a alteração do uso das praias, que deixavam de ser espaços de produção para se tornarem espaço de lazer, a construção de infra-estrutura para receber os visitantes abriu caminho para a reestruturação do espaço, sociedade e economia local. A estrutura econômico-social transformou-se ao ponto de internalizar aqueles

mecanismos complexos de acumulação de capital, referidos anteriormente.

A percepção de tais questões levou-nos a refletir acerca dos processos que condicionaram a estagnação até a segunda metade do século XX, assim como a sua transmutação.

A partir desses questionamentos delimitamos os objetivos de nosso estudo, que teve como finalidade central, traçar um panorama histórico da organização econômico-social de Garopaba sob a ótica da relação capital-trabalho, expressa na divisão social do trabalho.

Antes de definirmos a metodologia para realizarmos nosso objetivo, buscamos um referencial teórico como meio de embasar a definição da escala e do período da análise.

O materialismo histórico dialético nos forneceu os pressupostos teóricos necessários, uma vez que indica na categoria formação econômico-social, ser o território delimitado pela escala nacional¹, pois nela se expressam a totalidade de múltiplas determinações que atuam sobre a estrutura e a superestrutura.

As transformações nacionais desencadearam mudanças em todo o território, mesmo que lentamente. Com base em tais apontamentos delimitamos a escala da análise no local, no município de Garopaba.

Restava-nos a delimitação do período para a análise. Nosso referencial indica que os processos sociais são historicamente construídos e, sua compreensão é dada pelo conhecimento de sua história. A formação econômico-social brasileira tem seus primeiros condicionantes, excetuando a natureza, advindos da colonização do território pelos portugueses. Do mesmo modo o litoral catarinense, ao ser colonizado, deu origem à organização social atual. Por esse motivo iniciamos a análise a partir da colonização.

Os procedimentos metodológicos envolveram o levantamento bibliográfico, a realização de entrevistas e o levantamento de dados secundários. O primeiro procedimento, levantamento bibliográfico, teve o intuito de elaborar uma periodização histórica da formação econômico-social brasileira; de levantar estudos realizados com escala local e regional que nos fornecessem subsídio para a pesquisa de campo, contribuindo para a elaboração de questionamentos pertinentes e a escolha dos entrevistados, bem como das variáveis a serem levantadas. Realizamos então a coleta de dados em entrevistas, e em bases de dados do governo federal (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Ministério do Trabalho e Emprego).

¹ SANTOS (1977).

A pesquisa apresentada nesta dissertação é de caráter qualitativo, pois contém elementos não mensuráveis por variáveis, elementos da sociedade intangíveis, mesmo que busquemos a ilustração das transformações por meio da quantificação de dados, mas não apenas. O fazemos como meio de dialogar entre as apreensões do concreto e as categorias abstratas. Buscamos a aplicação da análise dialética por meio do materialismo histórico.

A exposição dos resultados está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos apontamentos teóricos metodológicos que deram suporte à construção de nossa pesquisa (seção 1.1). Em seguida, apresentamos uma periodização da história brasileira, enfocando as diferentes feições do espaço geográfico (seção 1.2), nas próximas seções, aproximamo-nos de nossa área de estudo, ao dissertarmos acerca da colonização do litoral catarinense, com destaque para a organização social dela resultante (seções 1.3, 1.3.1, 1.3.2 e 1.4).

O segundo capítulo trata da área de estudo, por meio de sua localização e caracterização geográfica (seção 2.1), dos elementos históricos da área do atual município de Garopaba (seção 2.2), dos impulsos para as transformações na realidade local (seção 2.3) e do apontamento das mudanças ocorridas (seção 2.4, 2.4.1, 2.4.2 e 2.5).

No terceiro capítulo tratamos da atualidade da organização econômico-social do município. Para tal, dissertamos acerca dos traços da acumulação capitalista na atualidade, os quais condicionam às atividades econômicas e as formas de expressão da relação entre o capital e o trabalho (seção 3.1). Em seguida buscamos descrever a economia local, por meio da apresentação de variáveis que ilustram como está distribuída a produção no município (3.2, 3.2.1 e 3.2.2), bem como o emprego nas atividades desenvolvidas (3.3). As transformações e o desenvolvimento de diferentes atividades econômicas delinearão mutações na relação capital-trabalho, historicamente construída, as quais expressam a internalização de formas hegemônicas da acumulação capitalista (seção 3.4.1, 3.4.2 e 3.5).

1 – COLONIZAÇÃO DO LITORAL CATARINENSE: GÊNESE DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL

Apresentaremos neste capítulo um breve histórico da conformação da organização social da micro-região do litoral catarinense, como meio de nos aproximarmos de nossa área de estudo.

Dada a delimitação temporal de nossa pesquisa se estender por um período longo, do século XVII aos dias atuais, é necessário partir da gênese do litoral catarinense para ilustrarmos os processos da escala local.

A metodologia para a constituição deste capítulo foi a pesquisa bibliográfica, a qual será apresentada em cada seção. Nossa opção metodológica de nos restringirmos aos referenciais bibliográficos deu-se pela consideração à linha de abrangência do estudo, não sendo possível a dedicação aos estudos de documentos da época. Ademais, consideramos que os estudos por nós escolhidos, cumprem a tarefa de apresentar os determinantes fundamentais da organização social do litoral catarinense.

Primeiramente apresentamos apontamentos gerais de nosso referencial teórico, com o intuito de aproximar o leitor das questões que dão pano de fundo a presente dissertação.

Na segunda seção apresentamos uma periodização da evolução da formação econômico-social brasileira, que norteará as linhas gerais de nosso estudo. Nosso objetivo é trazer, por meio da periodização, elementos que balizem a nossa análise.

Na segunda seção tratamos do litoral catarinense, com enfoque nos condicionantes históricos que a orientam.

1.1 - APONTAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

A atualidade deve ser vista como realização do interesse objetivo do todo, através de fins particulares. [...] (SANTOS, 1997, p.97)

O desafio proposto ao delimitarmos nosso objeto de estudo, de traçarmos um panorama do processo de transição da economia de Garopaba/SC, desde sua colonização até os dias atuais, levou-nos a busca de um referencial teórico que forneça elementos suficientes para compreendermos os determinantes desse processo.

Dentre os métodos desenvolvidos nas ciências humanas, e na geografia como tal, o materialismo histórico dialético nos oferece

suporte teórico suficientes para compreendermos o processo de transição da sociedade diagnosticado através da escala local.

Nesta seção apresentamos uma pequena síntese do que entendemos ser essencial no método para o desenvolvimento de nosso estudo.

A reflexão acerca dos postulados do método do materialismo histórico dialético conta com inúmeras vertentes. Optamos pelos textos de Karl Marx, Frederich Engels, que reelaboraram o método a partir dos apontamentos de Hegel, e de George Lukács, que produziu sínteses voltadas especificamente para as questões metodológicas inerentes ao marxismo ortodoxo. Aproximando-nos dos pensadores específicos da geografia seguimos as orientações de Milton Santos acerca da Categoria da formação sócio-espacial e de suas orientações acerca da construção de periodizações nos trabalhos voltados aos assuntos geográficos.

A categoria da formação econômico-social nos auxilia a compreender a evolução das organizações sociais, da sociedade humana, a partir da base que lhes é *protoforma*,² o trabalho, e de sua relação com as diferentes formas de propriedade personificadas na história. Aquele é condição material de reprodução³. Desse modo, a produção ao realizar-se viabiliza as condições materiais para a reprodução social e, conseqüentemente do espaço.

Milton Santos (1977), ao desenvolver a categoria que denominou formação sócio-espacial, incluiu na geografia os pressupostos teóricos do materialismo histórico. Segundo ele:

[...] Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, trabalho do homem para transformar, segundo as leis historicamente determinadas, o espaço segundo o qual o grupo se confronta [...] (SANTOS, 1977, p.82)

Ao formular suas proposições acerca do materialismo histórico dialético, Karl Marx, já havia assinalado para a relação homem-natureza

² O trabalho humano como fator originário da organização social, compreendido como o desenvolvimento do indivíduo social. (MARX, 2011)

³ “[...] é o ponto de partida metodológico a chave para o conhecimento histórico das relações sociais [...]” (LUKÁCS, 1981, pp. 69 e 70)

ou sociedade-natureza, contemplando assim, as questões relativas a organização do espaço. O próprio texto *Formações Econômicas Pré-capitalistas* (MARX, 2011) é um exemplo, quando Marx realiza um estudo de diferentes formações econômico-sociais.

Não iremos nos alongar, apenas optaremos por utilizar o termo formação econômico-social por entendermos que ele contempla as categorias caras a geografia⁴.

Vimos que a compreensão dos pressupostos teóricos importantes ao materialismo histórico dialético prevê o entendimento da origem da organização dos homens em sociedade, o que os fez seres sociais⁵, e o que norteia o desenvolvimento da sociedade no sentido da emancipação da humanidade⁶, bem como de sua relação com a propriedade.

Seguindo esse caminho, cabe observarmos a categoria determinante à ontologia do homem enquanto ser social. Os estudos acerca do processo de formação do “mundo dos homens” sob a ótica do materialismo histórico dialético estão sintetizados na passagem a seguir:

[...] o mundo dos homens apenas pode vir a ser em contínua interação com a natureza, o que significa que a determinação da particularidade do ser social requer imprescindivelmente a delimitação das continuidades e das rupturas ontológicas que se interpõem entre o ser humano e a natureza, o que, por sua vez, torna necessário o delineamento (por mais inicial) de uma ontologia [...] (LESSA, 2002, p. 49)

A ontologia a que se refere está centralizada na objetivação dada por meio do trabalho na transformação da natureza, a qual permite reformulações no modo geral de vida que determina cada organização social. As tais continuidades e rupturas mencionadas por Lessa,

⁴ Temos clareza que Milton Santos ao chamar a atenção para a categoria formação sócio-espacial, intencionava chamar a atenção dos geógrafos para o materialismo histórico dialético, ou para os postulados do marxismo ortodoxo, tarefa na qual teve grande êxito, e incluiu geógrafos entre os pensadores marxistas. Por esse motivo pensamos que podemos utilizar a categoria generalizada entre os pensadores marxistas das ciências humanas e sociais.

⁵ Em sua interação com a natureza, que configura o objeto da geografia.

⁶ “O progresso, naturalmente, é observável na crescente emancipação em relação à natureza e no seu domínio cada vez maior sobre a mesma. Esta emancipação [...] não apenas afeta as forças produtivas, como também, as relações de produção.” (HOBBSAWN *in* MARX, 2011, p. 17)

constituem as mutações ou avanços da relação homem-natureza, ou das forças produtivas.

Ou seja, o trabalho é visto como *protoforma* do ser social, uma vez que, por meio de sua realização, o homem transforma a natureza num processo teleológico. Na realização do trabalho os homens transformam a natureza e a si mesmo, e, nesse processo, transformam ou criam relações sociais, desenvolvendo assim organizações sociais.

Destarte, o homem é um ser social e transmuta juntamente com as modificações que ocorrem na formação econômico-social, na qual está inserido sendo sujeito, portanto, de uma dupla transformação.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de subsistência depende, antes de tudo, da natureza dos meios que eles encontram e têm de reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado, simplesmente, como a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressarem suas vidas, um definido modo de vida deles. (ENGELS; MARX, 2011, p. 113)

Portanto, o meio de manutenção da vida humana realiza-se pelo exercício do trabalho (inicialmente caçando, colhendo ou transformando conscientemente a natureza), ademais, esse processo onde os homens interagem com a natureza, produzindo sua existência, caracteriza a evolução social.

Nos exemplos acerca da origem ao *ser social*, é o trabalhador, ou o homem, proprietário das condições objetivas necessárias à sua realização. Temos aqui um ponto importante a destacarmos: na separação do trabalho de suas condições objetivas, expressa na relação capital-trabalho, reside a chave para a compreensão da evolução das relações sociais, em cada modo de produção.

Ou seja, o nível de desenvolvimento das forças produtivas (da organização da produção em si) combinado a conformação das relações sociais compõe a essência que dá movimento ao processo histórico.

Em cada modo de produção a divisão social do trabalho é fonte para a análise do nível de desenvolvimento das forças produtivas em nível interno à formação econômico-social, e sua relação interna e externa, nos permite compreender as relações de poder a nível local, regional e internacional, bem como, a expressão de cada modo de produção num território nacional e, em sua relação com outras nações.

Segundo Santos, “[...] a divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial [...]” (2008, p.129), vista dessa maneira representa ela mediação indispensável ao movimento da história.

Tal entendimento requer a compreensão, dos condicionantes históricos, partindo, a análise, não da realidade aparente manifesta nos fatos presentes, ou em sua imediata expressão no espaço. É necessária a apreensão da essência por meio da análise do processo e de seu movimento ao longo da história, como nos ensina Lukács acerca do método, é necessário compreender “[...] o seu condicionamento histórico enquanto tal e abandonar a perspectiva a partir da qual eles são dados como imediatos: é preciso submetê-los a um tratamento histórico-dialético [...]” (1981, p. 67)

Por meio da relação dialética procuramos a compreensão dos fatos em sua existência real e de seu núcleo interior⁷. Sua realização é possível por meio da análise dos fatos sem extrair-lhes a totalidade que os faz existir. Deste modo, o “[...] conhecimento parte das determinações simples, puras, imediatas e naturais [...] para avançar sobre elas no sentido do conhecimento da realidade concreta enquanto reprodução, no pensamento, da realidade [...]” (Idem, p.68). Ademais, a totalidade não está dada na realidade imediata ao pensamento, mas na unidade do múltiplo, na síntese das múltiplas determinações⁸.

Uma formação econômico-social se dá ao longo do território nacional, porém, a expressão do modo de produção dominante difere de acordo com os determinantes locais, e, seu próprio desenvolvimento em cada parcela do território⁹.

No processo de transmutação da realidade social se altera o modo de produção, ou seja, em sua realização se dá a sucessão de modos de produção. Tais alterações sociais modificam a estrutura e superestrutura da formação social e, como parte dela, reestrutura a organização do espaço, pois esta é determinada pelas relações sociais e pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas vigentes. A rigor, da contradição

⁷ “[...] o ponto de partida metodológico de toda a tomada de posição “crítica” conduz necessariamente a uma trivialização. De fato, o ponto de partida metodológico de toda a tomada de posição “crítica” consiste justamente na separação entre método e realidade, pensamento e ser [...]” (Idem, p.63)

⁸ “[...] O concreto é concreto, porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso [...]” (MARX, 2008, p. 258)

⁹ Transmutações na escala local decorrem do movimento das forças gerais que conduzem a distribuição geográfica, como expressão das mudanças estruturais. (SANTOS, 2008)

entre as forças produtivas e as relações de produção resulta o processo de transição.

Ademais, uma época de transição caracteriza-se pela transformação das estruturas do modo de produção vigente, da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, ou relações de propriedade até então vigentes. “[...] De formas evoluídas das forças produtivas que eram essas relações convertem-se em entraves [...]” (MARX, 2008. p. 47), gerando uma época de revoluções sociais.

A definição de modo de produção apresentada por Marx, foi sintetizada por Florestan Fernandes na seguinte passagem introdutória à Contribuição à Crítica da Economia Política¹⁰:

[...] implica todo um complexo sócio-cultural, extremamente típico e variável; compreende as noções de forma social e de conteúdo material em sua correspondência efetiva [...] compreende nele três elementos essenciais [...]: a) as forças materiais de produção [...]; b) um sistema de relações sociais, que definem a posição social de cada indivíduo na sociedade através de seu *status* econômico; c) um sistema de padrões de comportamento, de que depende a preservação ou transformação da estrutura social existente. Esses elementos são interativos [...] (in MARX, 2008, p.34)

Vimos que, importa-nos o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e sua inter-relação com a composição social dada no momento, suas relações sociais, interação que ocorre a partir dos padrões de comportamento e organização da sociedade ou, em outro termo, da superestrutura¹¹. Esta diz respeito aos padrões de comportamento da sociedade, a consciência *social*.

¹⁰ MARX, 2008.

¹¹ Nas palavras de Marx:

“[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual [...]” (2008, p.47)

No movimento da história:

[...] a cada nova transformação social, há, paralelamente, para os fabricantes de significados, uma exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos, ao mesmo tempo em que, aos outros, tornam-se possíveis o entendimento do processo e a busca de um sentido (SANTOS, 2008, p. 129)

Portanto, o materialismo histórico dialético, permite ao pesquisador social, ou ao geógrafo, como tal, o olhar para a realidade como um processo em constante transmutação.

Partindo das orientações supracitadas, delimitamos nossa pesquisa ao município de Garopaba/SC, com o objetivo de perceber o processo que desencadeou alterações na organização econômico-social local, partindo das diferentes expressões da relação capital-trabalho desde o período colonial.

Ao delimitarmos a área de pesquisa, um município, pensamos na totalidade que se reflete e se produz naquela localidade (como já mencionamos anteriormente). Acerca desta questão nos valemos da seguinte afirmação de Santos como suporte teórico:

As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O “valor” de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional. (1977, p.87)

Nosso objeto de pesquisa está centralizado na escala local, contudo, tal delimitação, está guiada pelos pressupostos teóricos acima descritos, desse modo, não seria possível sem interconexões diretas com diferentes escalas. Assim, nossa referencia é a formação econômico-social brasileira, ou o território nacional.

Para compreendermos o processo de sucessivas transformações na relação capital-trabalho no local partimos do entendimento que alterações nas relações sociais na escala nacional e, os processos de

superação do nível de desenvolvimento das forças produtivas, ocasionaram mudanças na organização do trabalho e da sociedade em Garopaba.

Sabendo que a internalização de relações capitalistas de produção se acentuou no Brasil a partir da segunda metade do século XX, concluímos ser imprescindível ao estudo uma periodização do processo histórico.

[...] Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, comportamento do Estado e da nação (ou das nações) e, certamente, as feições regionais [...] (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 20)

Desse modo, apoiados na relação da produção com a natureza e das técnicas que constituem a materialidade, juntamente com as formas de organização e regulação manifestas na escala local, traçamos a linha temporal para a descrição de nossa pesquisa¹².

1.2 - FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA: APONTAMENTOS GERAIS

Realizar apontamentos acerca da formação econômico-social brasileira é tarefa de síntese de difícil envergadura. Em primeiro lugar, pela fecundidade do debate da questão brasileira, a partir de diferentes correntes do pensamento filosófico. Cada qual nos fornece importantes apontamentos. Ao compararmos as conclusões verificamos a convergência de alguns pontos, e divergências conceituais, que terminaram por configurar barreiras ao diálogo dessas diferentes correntes.

A leitura dos clássicos foi, para nós, imprescindível. Os textos de Caio Prado Júnior¹³, acerca da história econômica, assim como Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado. Os postulados teóricos de Ignácio Rangel, em a Dualidade Básica da economia

¹² “O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das diversas etapas e do momento atual.” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 20)

¹³ Formação do Brasil Contemporâneo.

brasileira; de Florestan Fernandes, a partir de um aparato teórico da sociologia política (que apresenta a constituição da burguesia brasileira e, concomitantemente, a emergência da sociedade de classes). Todos nos apresentam pontos que nos permitem delinear a essência, ou seja, os determinantes da formação econômico-social brasileira.

Há ainda, as periodizações realizadas por Milton Santos, em *A Urbanização Brasileira*; e, em parceria com Maria Laura Silveira, no *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*, no qual, apresenta-nos uma periodização da história brasileira a luz das diferentes feições que se compuseram no território ao longo dos anos. Em ambos os textos parte-se das realizações técnicas e dos diferentes usos do território, embasados nos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais (SANTOS, 2009), em cada momento histórico. O faz sem delimitações temporais fechadas, tendo a intenção de demonstrar o movimento histórico em processo.

Entre tantos estudos importantes, escolhemos as orientações contidas em *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, e o modelo de periodização construído por Santos e Silveira para construirmos a periodização que apresentamos a seguir. Os demais trabalhos, citados acima nos forneceram embasamento para o estudo, como se pode perceber ao longo do trabalho.

O primeiro período histórico do território brasileiro é marcado por determinações naturais, onde a produção é delimitada a partir dos condicionantes da natureza. Condição notável, tanto no período que antecedeu a colonização portuguesa, quanto no período colonial, uma vez que as produções eram determinadas pelas feições naturais do espaço geográfico (território usado) e pela demanda do mercado internacional. Essa relação é perceptível, como predominante, do século XVI ao XIX. (SANTOS; SILVEIRA, 2008)

Tais determinações valem, a partir de 1500, ou de 1530, quando ocorreu o primeiro esforço colonizador de Portugal (PRADO JR., 1969).

Acerca disso faremos algumas considerações importantes para a compreensão da dinâmica do litoral catarinense desde sua gênese.

Pois bem, a questão da delimitação de um modo de produção definidor do Brasil colônia, a nosso ver, encontra-se em aberto na análise da questão brasileira, havendo diversas concepções, definidas a partir do materialismo histórico, concepção marxista, contudo sem consenso.

Uma afirmativa geral, e mais abrangente é a condição de modo de produção pré-capitalista (utilizada por Florestan Fernandes (2006), por

exemplo). Assentimos com a afirmação de *Ciro F. S. Cardoso* (1975) de que:

[...] a dinâmica desses modos de produção é particularmente complexa e tem que ser estudada levando-se em conta não somente as contradições internas, mas também os impulsos externos e as formas nas quais se interiorizam em função das primeiras. (p. 68)

Um exemplo de nomenclatura é a terminologia modo de produção colonial escravista (*CARDOSO*, 1975), onde o termo colonial designa uma relação de dependência estrutural externa, e escravocrata pelo emprego predominante de mão-de-obra escrava. Há nesse sentido, um fato colonial a ser considerado, “[...] a constituição de sistemas produtivos complementares em relação a Europa [...]” (*Idem*, p. 71). Tal afirmação, porém, descarta a tese circucionista. Tão pouco, corrobora com o entendimento de que há, no Brasil, em função das relações paternalistas aqui desenvolvidas e do aparato jurídico português, um feudalismo.

Na Europa, coexistiam diferentes modos de produção, e na mesma, processava-se um período de transição, que resultou no desenvolvimento do modo de produção capitalista, o qual se difundiu ao ponto de conformar uma hegemonia internacional. Não havendo um capitalismo desenvolvido, tampouco o feudalismo em Portugal estava fechado, como uma formação econômico-social propriamente feudal (mesmo que com importantes características do mesmo em sua superestrutura, mas em momento de transição lenta). Cabe, portanto, o uso do termo pré-capitalista¹⁴.

Em meio a esse cenário, figurava o Brasil colônia em imenso território onde as feições naturais determinavam o modo de vida, considerando as populações nativas, e as produções, com relação à economia colonial.

A estrutura social caracterizava-se pela concentração fundiária e pelo trabalho escravo, e por uma sociedade separada por estamentos sociais.

A produção da colônia adivinha de determinantes, internos, as produções viáveis segundo o meio natural, e, externos, o comportamento do mercado internacional.

¹⁴ Como o debate está em aberto, utilizaremos o que é consenso, o Brasil colônia como uma formação econômico-social pré-capitalista.

A concentração fundiária dava-se pela opção política de colonização de exploração, com produção em larga escala, em grandes extensões. Acrescentemos ainda a opção pelo trabalho escravo que fundava uma sociedade estamental¹⁵.

O cenário social e político do Brasil colonial imprimiu na sociedade certo imobilismo de ordem tradicionalista, para manter a estrutura fundiária e escravocrata.

O aparato legal, político, fiscal e financeiro do sistema colonial mantinham limites para a ocorrência de dinamização interna dos fluxos de renda (Idem). Conclui-se, pois, que as atividades econômicas desenvolvidas para o abastecimento do mercado internacional no Brasil colônia, contribuía para a acumulação primitiva de capital europeia. Contudo, localizava-se, esta, nos países europeus, com maior destaque para a Inglaterra e Holanda (pátrias dos investidores no mercado colonial e dos mercadores internacionais). O excedente internalizado na colônia representava uma espécie de remuneração do capital.

Ademais, não emergia da sociedade colonial o empresário burguês, sendo o senhor de engenho (para o exemplo do litoral nordestino), “[...] parte dependente e sujeita a modalidades inexoráveis de expropriação controladas fiscalmente pela Coroa ou economicamente pelos grupos financeiros europeus, que dominavam o mercado internacional [...]” (FERNANDES, 2006, p. 33). Portanto, o excedente econômico não poderia ser definido como lucro¹⁶.

Logo, o sistema de colonização de exploração não permitia dinamização da economia interna¹⁷. Assim, podemos compreender a delimitação temporal de Santos e Silveira (2008) do período colonial com predomínio dos determinantes naturais às dinamizações do território.

Sob essa ótica:

¹⁵ Estratificação social fechada e com reconhecimento legal.

¹⁶ Parcela de excedente que se mantinha elevada, por exprimir a forma de participação do senhor de engenho na apropriação colonial, a saber, a “[...] a expropriação de terras e do trabalho coletivo do escravo [...]” (FERNANDES, 2006, p.33), embora consideravelmente inferior a parcela dos rendimentos que se destinavam a Coroa, aos financiadores da produção, os que refinavam o açúcar e os comerciantes.

¹⁷ Cardoso (1975) definiu tais apontamentos como o fato colonial: as economias coloniais da América levavam a hipertrofia de setores em função da exportação, outras atividades eram desvalorizadas e, em certos casos proibidas; dependência ao mercado internacional de forma unilateral; e, comércio organizado em favor da metrópole.

[...] o principal fator da estagnação econômica da Colônia não provinha dos empreendimentos econômicos desenvolvidos, mas do contexto socioeconômico e político que os absorvia, sufocando-os e subordinando-os as dimensões de uma economia colonial [...] (FERNANDES, 2006, p.44)

No que tange a organização do espaço, o resultado da colonização foi um território, “[...] por muitos séculos, um grande arquipélago formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas, em grande parte com sua relação com o exterior [...]” (SANTOS, 2009, p.28)

A urbanização relacionava-se à instalação do poder-político administrativo (com ênfase para o setor fiscal), localização de agentes e atividades econômicas, mas as cidades não localizavam a produção. Esta se situava no campo, além disso, não haviam processos produtivos integrados (a não ser o abastecimento interno de alimentos destinados as zonas produtoras), entre as principais zonas produtoras para exportação.

Desse modo, os processos de urbanização estavam dispersos no território segundo a produção localizada em seu entorno (cana-de-açúcar, em Pernambuco e no Recôncavo Baiano, outro, em Minas Gerais, ou o café, em São Paulo – todos esses, ocorridos em períodos históricos diferentes). Em suma, a estrutura social, política e econômica do período colonial, continha, em si (num movimento tautológico) os limites para a dinamização dos fluxos internos. Exceto em casos como a criação de gado que interiorizou população no nordeste e no sul para atender as populações das economias exportadoras. (PRADO JR., 1971)

Durante quatro séculos vagarosos, o território brasileiro, mas, sobretudo algumas áreas, como a Bahia, foram a base de uma produção fundada na criação de um meio técnico muito mais dependente do trabalho direto e concreto do homem do que da incorporação de trabalho à natureza. Esta, de certo modo, teve ao longo do tempo um papel relevante na seleção das produções [...] (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 35)

Tais características persistiram após a Independência em relação a Portugal, contudo, embriões de transformações passaram a intervir na formação econômico-social brasileira.

Obviamente, entraves relativos aos interesses da Coroa têm sua permanência fragilizada, abrindo caminho para a atuação das elites nacionais para estabelecer a exploração de seus interesses. Estes não iam contra a ordem social, almejavam, e, efetivavam a realização de finalidades políticas, a saber: “[...] a internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros de poder. [...]” (FERNANDES, 2006, p.50).

Consequentemente, o liberalismo adotado no Brasil, servia de instrumento político para a permanência da mesma estrutura social colonial escravista. Contudo, a relação direta estabelecida após a Independência (1822) com o mercado internacional, desmascarou aos tais liberais, ou a parte deles, concepções econômicas e técnicas sociais necessárias à realização do comércio internacional, incluindo-se aí, o comércio de importação.

A Independência não acarretou na alteração, do caráter produtivo fundamentalmente dependente da escravidão somado às relações patrimonialistas, da elite agrário-exportadora.

Contudo, a constituição de um Estado nacional, com uma monarquia constitucional, amparada no liberalismo - mesmo que somente em uma aparência ideológica -, contribuiu para a abertura de possibilidades de internalização de atividades econômica (como o comércio de importação) e a necessidade de constituir uma burocracia nacional¹⁸.

A necessidade de burocratização política, após a Independência, e a expansão econômica, desde a abertura dos portos em 1808, reestruturaram as funções econômicas e sociais dos estamentos intermediários e superiores (FERNANDES, 2006) do Brasil. Para desvincular o comércio de importação de Portugal, foi necessária

¹⁸ “[...] Para objetivar-se e agir politicamente, no patrocínio de seus “interesses gerais”, os estamentos dominantes precisavam do aparato administrativo, policial, militar, jurídico e político inerente à ordem legal. E precisavam dele não privada e localmente, mas no âmbito da nação como um todo. Além e acima disso, a dominação estamental exprimia e dinamizava alternativas políticas que pareciam essenciais ao “favorecimento” ou ao “progresso da livre iniciativa”. Por aí, ela se tornava o único polarizador considerável do crescimento econômico interno e das alterações que ocorriam na estrutura da sociedade [...]” (FERNANDES, 2006, pp. 64-65)

expansão da infraestrutura para dar suporte à atividade (instituições extra-políticas).

A queda da condição de Colônia propiciou internalização do fluxo de renda, anteriormente apropriado pela Metrópole. Renda esta, controlada pelos agentes da grande lavoura e do comércio de importação. O simples fato da internalização do controle do comércio, de exportação e de importação, ao demandar instrumentos para o seu desenvolvimento, levou a diferenciações de papéis econômicos, bem como políticos, com relação ao Estado nacional.

Como consequência, foi necessária a assimilação de tecnologias para a organização do espaço econômico, social e político. Porém, tais transformações não representaram a reversão do *status quo*, da sociedade brasileira, uma vez que, das elites é que partiam os instrumentos reguladores e a condução do processo (Idem).

Tais condicionantes acarretaram, direta e indiretamente, a dispersão no território de aparatos técnicos que transformaram o espaço geográfico e a divisão territorial do trabalho. Os implementos técnicos, nada mais são que trabalho morto (natureza transformada pelo homem)¹⁹. Abrem então um período onde a técnica (SANTOS e SILVEIRA, 2008) contribui diretamente nas transformações no território, e de modo lento, na formação econômico-social brasileira.

Há que se notar que:

[...] as pressões da reorganização do fluxo de renda e do sistema econômico, da constituição de um Estado nacional e do crescimento urbano sobre a absorção de tecnologia, de instituições e de valores sociais puderam ser enfrentados sem tensões e sob aceleração crescente [...] a tutela estatal acabou sendo socialmente definida como uma sorte de equivalente histórico do “despotismo esclarecido” e a única via pela qual a sociedade brasileira poderia compartilhar com segurança os avanços do “progresso” [...] (FERNANDES, 2006, pp. 88-89)

¹⁹ A produção inicia um processo de mecanização, e o território passa a receber incrementos de infraestrutura alterando os determinantes da alocação dos recursos, ou da produção propriamente dita.

O caráter estamental e a relação colonial da sociedade, acima referidos, explicam a baixa dinamização interna. Sendo uma economia primária exportadora, o território foi equipado, com estradas de ferro, ou caminhos, pontes, e portos para atender as necessidades dessa economia.

Tal processo ocorreu com maior pujança, a partir da segunda metade do século XIX, e se estendeu até 1940. Caracterizou-se como um processo de incorporação de máquinas na produção, e do surgimento de fábricas, implantação de estradas de ferro e da navegação a vapor. Foi um momento em que, “[...] técnicas da máquina circunscritas à produção sucedem as técnicas da máquina incluídas no território.” (Idem, p. 35) A essa feição do território, Santos e Silveira (2008) denominaram, época colonial pré-mecânica num período de transição ao domínio técnico sobre o território, alterando assim, a relação homem-natureza.

Mas, o baixo nível de integração da nação, levou a concentração dos incrementos técnicos nas áreas mais dinâmicas e, a um compasso lento e residual de transformações no território nacional.

Os desdobramentos das transformações, a partir da internalização do comércio de importação e da fundação do comércio nacional, contribuíram para o desenvolvimento de relações sociais capitalistas, seja pela emergência de uma pequena burguesia, diretamente vinculada ao comércio internacional, seja, pela proletarianização, nas empresas comerciais.

O próprio crescimento urbano levou a necessidade crescente de desenvolvimento de um mercado voltado para dentro, tanto da expansão da lavoura, da produção e da comercialização interna de mantimentos, quanto para a expansão da produção interna artesanal e manufatureira. Tais processos contribuíram substancialmente para a absorção do ideário burguês, sobretudo nos setores ligados ao comércio de importação. Havia certa internalização de mecanismos próprios de um capitalismo efetivado na Europa e, posteriormente nos Estados Unidos.

Nas regiões mais dinâmicas “[...] emergia na cena brasileira o verdadeiro palco “burguês”; uma situação de mercado que exigia, econômica, social e politicamente, [...] a “concepção burguesa do mundo” (Idem, p. 120). Por essa via explicamos a dinamização diferenciada da economia cafeeira, combinada com as conexões econômicas e sociais resultantes da abolição da escravidão e da imigração estrangeira a partir da metade do século XIX.

Nesse íterim a elite patriarcal se adequou, lentamente, aos feitos da gestão capitalista da produção. O fez, mantendo a estrutura de poder

que a conservava, e, por meio do aparato legal, a estrutura concentradora da renda na nação brasileira.

A mudança de posição da aristocracia deu-se de modo a manter o monopólio de poder, o controle do governo e a liderança da vida econômica, concentrada em suas mãos. Não obstante, emergiam novas relações sociais, de modo lento a transição ao capitalismo se operava, na medida em que se dava a reorganização das relações de produção e de mercado em bases capitalistas

O movimento abolicionista foi expressão das transformações em curso, e do movimento, mesmo que pouco expressivo, para a superação dos entraves estruturais. Abria-se no país uma renovação da forma de ação econômica. A abolição da escravatura e a imigração européia contribuíram para a aceleração desses processos.

À medida que as relações sociais recebiam novas feições, e as forças produtivas, impulsos dinamizadores, no território a organização do espaço se alterava. Tanto pelo crescimento urbano, quanto os incrementos técnicos, de infraestrutura, que alteravam a circulação de informações, pessoas e mercadorias, modificaram a velocidade dos fluxos econômicos e o tempo de propagação das mudanças.

Esse processo não se deu apenas de maneira autônoma, o Estado brasileiro, teve papel crucial para a internalização das relações capitalistas. Desde a Revolução de 1930, ele assumiu um papel de condutor da modernização e do desenvolvimento, viabilizado por um pacto social que dava ação política a burguesia brasileira sem transformar as estruturas sociais e de poder, historicamente construídas. Houve, a partir de então uma intenção na ação governamental para articular a industrialização. Encontrava-se formada a divisão social do trabalho aos moldes das especificações do capitalismo, a qual se fundamentava na proletarianização dos trabalhadores e na formação de uma classe de detentores dos meios de produção.

A produção agrícola dos pequenos proprietários entrou em crise, devido ao desgaste do solo, explorado de modo rudimentar, e o parcelamento das propriedades entre os familiares. Contexto este, que liberou do campo uma massa de trabalhadores disponíveis para transformarem-se em proletários. Num segundo momento, o emprego de técnicas mais produtivas e mecanizadas acelerou ainda mais a expulsão de trabalhadores do campo. (SILVA, M. A. da, 2011)

Os investimentos estatais se direcionaram para o incremento produtivo, e para a unificação do mercado interno, passando a conformar o espaço brasileiro a partir da construção de uma base técnica

tendendo a determinações do mercado, em detrimento das feições naturais.

No que tange a divisão territorial, havia concentração do trabalho industrial no sudeste e nas zonas industrializadas da região sul. Essas centralizaram, em graus diferentes, o fluxo migratório das populações internas.

A partir de 1940 há maior presença de mecanização e a industrialização evoluiu sobre os ditames da grande indústria monopolista internacional, aliada ao Estado brasileiro. Para colocar a ferro as inovações produtivas, sem romper com as estruturas sociais historicamente determinadas, a elite conservadora promoveu a centralização do poder em uma ditadura militar opressora.

O período de 1940 até 1970 foi delimitado por Santos e Silveira (2008) como o de predomínio do meio técnico-científico, possibilitado pela construção, no período anterior, da circulação mecanizada e da industrialização.

Sobretudo a partir de 1950, houve um período de rápida integração nacional, que também se caracterizou pelo aumento das desigualdades regionais.

As transformações desencadearam o capitalismo industrial brasileiro. Este ocorreu, dentro de uma conjuntura internacional imperialista, na qual as nações hegemônicas operavam a dominação externa por meio da iniciativa privada, na ação da grande indústria monopolista.

A industrialização possuiu um caráter dependente, como determinante à condição de subdesenvolvimento. Ademais, sustentava-se em uma base social desigual, mantendo por meio do desemprego estrutural a pressão decrescente aos salários reais. A rigor:

[...] os dinamismos da economia capitalista mundial impuseram, de fora para dentro, o seu próprio tempo histórico, com seus momentos de verdade e de decisão. O que determinou a transição [...] foi [...] o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu e aproveitou

avidamente, edificando seus laços de associação com o imperialismo. (Idem, p.253)

Resulta daí, os limites estruturais ao desenvolvimento da própria indústria, expressos na desigualdade social brasileira. As pressões para a ruptura foram resolvidas pela burguesia juntamente com a conhecida classe patriarcal, com apelo a ditadura militar, 1964, que solapou resistências, e possibilitou a maior realização dos lucros da indústria monopolista.

O território foi integrado nacionalmente em função de diferentes produções, ou seja, a ação dos homens passou a determinar as formas de organização do espaço e a distribuição da produção.

O caráter dependente da economia brasileira se acentuou com o capitalismo monopolista, com o qual não havia margem para a nacionalização do excedente econômico, aqui sobrevalorizado e extraído da classe trabalhadora. (OLIVEIRA, 1988)

Na escala internacional a acumulação capitalista enfrentou uma depressão, que caracterizou uma crise estrutural, a qual acarretou o desenvolvimento de uma reestruturação das formas de acumulação.

Desta, resultaram novas formas de investimento industrial e a ampliação das esferas sociais para reprodução ampliada do capital. Destaquemos o setor de serviços.

A própria grande indústria ganhou novas feições, emergindo nas telecomunicações como veículo fundamental para a organização industrial. Ademais, indústria tornou-se dispersa no território, demandando rapidez aos fluxos no espaço.

Ao longo do século XX, o território brasileiro passou por transformações até o ponto de configurar um espaço geográfico caracterizado pela predominância de meios técnicos-científicos-informacionais, como determinantes para a ação econômica.

Daí por diante o que ocorre é a reprodução ampliada do que fora feito no lapso de tempo imediatamente anterior, de modo que tudo cresce ainda mais, porém no mesmo sentido: uma produção industrial extrovertida, um maior endividamento, maior penetração de firmas estrangeiras, para as quais tudo é facilitado, ampliação da capacidade de circulação no país e para os canais de exortação [...] (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p.50)

Tal fenômeno abriu para o capital a possibilidade desde a década de 1970 de ampliação da área de atuação atingindo áreas anteriormente marginais.

Nesse período ocorre uma grande ruptura. Importantes capitais fixos são adicionados ao território, em dissociação com o meio ambiente e com a produção. O capital comanda o território, e o trabalho, tornado abstrato, representa um papel indireto. Por isso as diferenças regionais passam a ser sociais e não mais naturais. (Idem, p.52)

Em meio à reestruturação da organização industrial ocorreu “[...] um processo de ofensiva do capital na produção que reorganiza o espaço-tempo da exploração da força de trabalho assalariado nas condições da crise estrutural do capital.” (ALVES, 2011, p.410)

No plano político, a classe trabalhadora buscou a reversão do quadro de concentração de renda da economia brasileira ao longo das décadas de 1970-1980, auferindo conquistas. Entre elas, incluímos a democratização do Estado brasileiro.

Todavia, na década de 1990 houve a reversão parcial das conquistas por meio da emergência do neoliberalismo, que para viabilizar a internalização da reestruturação produtiva da grande indústria, permitiu seguidas desregulamentações que atingiram todas as esferas de acumulação capitalista.

As conquistas da classe trabalhadora foram solapadas com a emergência de nova organização industrial, a qual ao difundir os preceitos neoliberais, operava a desregulamentação do sistema financeiro a nível internacional, e das garantias aos trabalhadores, em nível interno.

Ao flexibilizar suas formas de organização, a grande indústria abriu caminho para maximizar a expropriação dos trabalhadores, retirando garantias de vínculo e de remuneração.

No território passou a ser determinante, a ótica do mercado, com o:

Surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992, p.121)

Na atualidade a informação e as finanças condicionam a direção e a concentração dos fluxos no território. Os mesmos refletem a materialização neste de um capitalismo desigual, com grandes diferenciações regionais.

A questão da fluidez do espaço apresenta-se agora em outros termos. Como a informação e as finanças passam a ser dados importantes, senão fundamentais, na arquitetura da vida social, o espaço total de um país, isto é, o seu território enquanto suporte da produção em todas as suas instâncias, equivale ao mercado. Desse ponto de vista, distinguem-se no país áreas onde a informação e as finanças têm maior ou menor influência [...] (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 53)

Esse processo é parte da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) e da acumulação flexível do capital, a qual impera no capitalismo atual, e concomitantemente, na dinâmica de relações sociais brasileiras.

Atualmente, mesmo com o advento de um governo popular, os mecanismos de acumulação flexível do capital encontram-se plenamente desenvolvidos no país. Ousamos dizer, que o sentido do desenvolvimento nacional materializa o sentido do modo de produção capitalista.

1.3 - A COLONIZAÇÃO DO LITORAL CATARINENSE: GÊNESE DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL

O título desta seção chama a atenção para a o processo de gênese da organização social²⁰ do litoral catarinense, ao destacar a colonização dessa área. A redução da escala de análise, do território nacional à porção litorânea do estado de Santa Catarina, ora realizada, tem o intuito de aproximação da nossa área de estudo, inserida neste recorte espacial. Desse modo, iniciamos a apresentação das especificidades locais que determinam seu desenvolvimento.

²⁰ A terminologia organização social, refere-se a um recorte espacial na forma econômico-social. É recorrente o uso da terminologia formação sócio espacial do litoral catarinense, porém preferimos deixar o termo formação restrito a escala nacional.

A construção desta seção deu-se, como mencionamos na apresentação deste capítulo, por meio de um levantamento bibliográfico. Ao escolhermos os textos que darão sustentação a apresentação que aqui segue, optamos pelas análises feitas a partir do olhar geográfico. Os livros de Nazareno J. de Campos, *Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina* (1991), e de Célia M. e Silva (1992), *Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*, possuem capítulos dedicados à gênese da organização social do litoral catarinense, tarefa que cumprem de maneira exime.

Segundo os apontamentos da periodização realizada na seção anterior, ao realizar o domínio do território brasileiro, Portugal, possuía o desafio de explorar a produção de riquezas, num vasto território determinado por suas feições naturais.

Cabe, então, caracterizarmos os aspectos naturais do litoral catarinense para compreendermos sua organização social. O faremos tomando em conta, primeiramente, toda a porção meridional da Colônia de Portugal.

Duas características eram determinantes para o exercício da colonização, o clima e o acesso ao litoral. O clima temperado não oferecia condições para o cultivo de espécies tropicais (exceto de produtos desconhecidos do mercado europeu), tampouco atraía a população de possíveis colonos. A ligação do interior, Planalto, com o litoral e vice-versa é limitada pela presença imponente da Serra Geral. Tais condicionantes acarretaram num desinteresse inicial (no século XVI) para com a região. (CAMPOS, 2004).

Até o início do século XVII, a região sul caracterizou-se como um espaço sem domínios de europeus, sendo: “[...] as áreas temperadas de vazio demográfico relativo, expresso por populações ameríndias ainda nômades e semi-nômades que foram violentamente submetidas, ou, em sua maior parte, exterminadas [...]” (PEREIRA, 1997, p. 455)

Esta parcela do território compunha a Capitania de São Vicente, que, em contraposição a algumas Capitânicas do nordeste (a de Pernambuco, por exemplo), agroexportadoras, não havia tido êxito no mercado internacional.

Em São Vicente, desenvolveu-se, num primeiro momento, uma economia natural²¹ focada em seu próprio abastecimento. Posteriormente, a captura de indígenas levou ao desenvolvimento de um

²¹ Numa economia natural a produção não se destina ao comércio e, sim ao consumo da comunidade.

mercado interno de escravos na Colônia, (captura e comércio para abastecer o interior do nordeste, ou para a produção local).

O desenvolvimento do mercado de escravos ameríndio caracterizou a interiorização da Colônia na região central e sul. Os vicentistas adentraram ao interior para caçar indígenas, para o emprego e comercialização como escravos, e com a intenção de procurar por metais preciosos. Foram eles os desbravadores que primeiro transpuseram a Serra Geral, chegando ao Planalto, na área onde hoje se localiza a cidade de São Paulo. A partir de então, duas frentes de exploração adentraram aos territórios meridionais, uma via Planalto e outra pelo litoral (esta já explorada desde o século XVI).

A rigor, à população vicentista coube o papel de expansão e manutenção do território, bem como o de exploração para o conhecimento das riquezas presentes no interior. Logo, alimentaram o expansionismo das terras da Coroa portuguesa e sua política territorialista.

No litoral a captura indígena adentrou as terras meridionais, chegando a formar pequenos núcleos onde a agricultura era praticada como meio de subsistência. (PEREIRA, 2011)

Percebemos na ação vicentista um processo colonizador autônomo, em relação a Coroa. Porém, incapaz, de produzir mudanças estruturais.

Foi apenas após a descoberta de minas de prata no sudoeste da América, em terras espanholas, que o interesse português teve maior ímpeto na colonização das terras meridionais. (CAMPOS, 1991; PEREIRA, 2011; SILVA, 1991). Acrescente-se, o fato do acesso as minas de prata ser possível pelo Atlântico por meio da navegação no Rio da Prata, o que acirrou a disputa pelo território meridional entre as duas Coroas.

A ação da Coroa portuguesa foi dada por meio de uma política de incentivo à expansão da colonização, no final do século XVII (SILVA, 1991). O incentivo a migração de paulistas vicentistas para o litoral, e de paulistas sorocabanos para o Planalto de Santa Catarina, tinham o intuito de viabilizar sua defesa e a manutenção.

[...] A preocupação da Coroa portuguesa em fixar as fronteiras meridionais do território colonial, em permanente disputa com os domínios da Espanha, está na gênese da formação social sul - brasileira. Para tanto, estimula o avanço dos vicentistas em direção ao litoral com base na concessão de

sesmarias que dão origem às primeiras fazendas de lavouras responsáveis por um povoamento esparsa e de baixa densidade demográfica [...] (PEREIRA, 2011, p. 17)

Contudo, a migração para o sul exigia posse de recursos, para investimentos em produção de alimentos e construção de infraestrutura, por exemplo, ou a posse de escravos para a realização do trabalho braçal. (PEREIRA, 2011; SILVA, 1992)

Como meio de efetivar a intenção portuguesa, foram fundados três povoados no litoral sul: São Francisco (1658), Desterro (1673, por Francisco Dias Velho Monteiro) e Laguna (1676, por Domingos Brito Peixoto). No interior foi criada a Colônia de Sacramento em 1680, garantindo a Portugal o acesso ao Rio da Prata. Dessa e modo:

A origem modesta e desvinculada do lucrativo comércio colonial agroexportador imprimiu um caráter singular à formação sócio-espacial do Brasil Meridional, onde a ocupação da faixa Atlântica representou o primeiro momento da colonização lusa e constituiu um passo fundamental na conquista de vastas áreas situadas além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. (PEREIRA, 2003, p. 103)

O resultado da ocupação vicentista foi uma ocupação esparsa, insuficiente para fazer cabo à manutenção do território.

Contudo, a garantia e a expansão do território meridional importavam a Portugal e sua segurança dependia, naquele momento, do povoamento efetivo de suas terras, bem como da estruturação de uma guarnição militar. Para tal, no início do século XVIII uma segunda etapa de ocupação foi iniciada.

[...] um amplo projeto vislumbrava-se, podendo-se inferir que nessa ocupação, notadamente na área litorânea da colônia meridional, objetivava-se colocar ponto final nos conflitos e tensões existentes entre Portugal e Espanha. Estes conflitos obedeciam a uma lógica interna de poder, onde a luta de cada uma dessas nações expressava-se por uma busca crescente na expansão da teia de exploração que alimentassem o estado e seus capitais comerciais, e que, em

última instância atenderiam aos interesses das nações européias, Inglaterra e França, em transição para a acumulação capitalista. Com efeito, não só o povoamento expressava as lutas reinantes entre esses dois países metropolitanos. Igualmente, os tratados (Utrecht em 1715 e Madrid em 1750) eram tentativas de solucionar as referidas tensões. (SILVA, 1992, p.30)

A Coroa efetivou outro projeto para a manutenção e expansão do território meridional com intuito de derrotar a nação inimiga. Sua concretização ocorreu com a construção de fortalezas, ao longo da costa catarinense; a imigração, de habitantes oriundos das Ilhas dos Açores e da Madeira; e a implantação da manufatura baleeira (um componente econômico, vinculado ao mercado internacional).

Notadamente a porção meridional foi colonizada via de uma estratégica política territorialista, de domínio, controle sobre a população e exploração econômica. (Vianna, 2004)

As intenções da Coroa estão expressas na passagem a seguir que trata do povoamento da Ilha de Santa Catarina:

[...] nela há abundância de excelentes madeiras, muita abundância de peixe e outros frutos da terra [...] Fortificando-se a Ilha, será logo brevemente povoada [...] por haver comodidade para se fazerem fazendas comgado, engenhos de farinha e açúcar [...] Povoando-se esta Ilha e Rio São Pedro, se fecha de todo pela costa, o continente que pertence à Coroa de Portugal [...] finalmente, *crescerão as Rendas de Sua Majestade com estas povoações porque haverá mais frutos na terra e estebelecer-se-ão contratos* [...] (Apud SILVA, 1992, p.)

Em seu trabalho Silva (1992) apresentou estudos encomendados pela Coroa²² para o conhecimento das características do litoral

²² “[...] se no porto estão de todo tempo *seguras as embarcações...* se há *abundância de peixe* e se pode haver *pescaria de baleias...*, se feita uma *fortaleza em terra firme* defenderá que entrem levantadas em outras quaisquer embarcações e... se o *povoasse o dito distrito* poderá servir para o aumento da colônia [...]” (Certidão do Arquivo nacional *apud* SILVA, 1992, p. 31). Grifos

catarinense, a fim de elaborar um plano de defesa e povoamento do território, bem como, avaliar a viabilidade econômica ou as possibilidades de negócios a serem desenvolvidos. Os resultados dos estudos contribuíram para a elaboração da segunda etapa da colonização do sul brasileiro.

A organização territorial da Colônia teve de ser reestruturada para a fundação da Capitania de Santa Catarina²³, em 1738. A sede administrativa foi instalada na Ilha de Santa Catarina, então Desterro, um ponto estratégico para o acesso pelo oceano às colônias espanholas da América do Sul, via Atlântico sul.

Para exercer o governo da capitania foi nomeado o senhor Silva Paes, que teve como primeiras ações a construção de fortificações, inicialmente em Desterro e em Anhatomirim, e de infraestrutura necessária a instalação administrativa.

O povoamento foi efetivado por meio da atração de habitantes das Ilhas dos Açores e da Madeira, ambos integrantes do território português. Para tal, foram lançados editais com o objetivo de atrair casais jovens com filhos, ou em idade viável a gestação.

Era importante a presença de jovens, sobretudo homens, para suprirem a demanda do serviço militar na defesa do território.

Os primeiros imigrantes açorianos e madeirenses chegaram a essas terras em 1748 (CAMPOS, 1991; SILVA, 1992), receberam pequena porção de terra e ferramentas, destinadas à produção de alimentos para a manutenção familiar, o fornecimento de alimentos para os militares e para a classe de burocratas, e a comercialização dos excedentes no mercado interno (sobretudo da farinha de mandioca que já era produzida na região). Também serviram de soldados na defesa do território (foram construídas uma série de fortificações na região), e, uma parcela iria compor os quadros de trabalho assalariado especializado nas armações baleeiras.

À sequência de nosso relato acerca da colonização do litoral catarinense, pesa-nos, a necessidade de tratarmos da conjuntura econômica da Colônia e de Portugal, a qual condicionou o modo de ação da Coroa na efetivação do povoamento.

A economia açucareira, do nordeste colonial, enfrentou prejuízos desde o início do século XVII. No início do século o domínio holandês na capitania de Pernambuco, prejudicou os ganhos da Coroa portuguesa

da autora. (O parágrafo transcrito data de 1717, é parte de um documento encaminhado pelo Rei de Portugal ao Governador do Rio de Janeiro).

²³ A nova Capitania ficou sob a jurisdição da Capitania do Rio de Janeiro.

auferidos no comércio da mercadoria. Gastou, esta, concomitantemente, vultosos recursos para recuperar a área dominada. Num segundo momento, a quebra do monopólio comercial do açúcar, ocasionou o declínio do preço da mercadoria no mercado internacional.

Na segunda metade do século a rentabilidade da colônia baixou substancialmente, tanto para o comércio como para o erário lusitanos, ao mesmo tempo em que cresciam suas próprias dificuldades de administração e defesa. (FURTADO, 2005, p.72)

Ao baixarem os rendimentos advindos da Colônia, abre-se um horizonte econômico depressivo, tanto nesta quanto na Metrópole. A forte dependência do mercado de importações, para consumo de manufaturados, e a instabilidade política e militar na Europa, juntamente com os gastos na manutenção dos territórios coloniais, agravavam a situação²⁴.

A frente do Ministério da Fazenda o Marques de Pombal, a partir de 1750, acelerou a incorporação na política econômica portuguesa de medidas para reverter a situação de Portugal. O incentivo à criação de manufaturas em Portugal, a criação de Companhias Comerciais para atuação na Colônia, o monopólio comercial sob concessão da Coroa e o protecionismo econômico (restrição às importações), foram algumas dessas medidas²⁵.

²⁴ “[...] Esses fatores contribuíam para a reversão cada vez mais acentuada a formas de economia de subsistência, com atrofiamento da divisão do trabalho, redução da produtividade, fragmentação do sistema em unidades produtivas cada vez menores, desaparecimento das formas mais complexas de convivência social, substituição da lei geral pela norma local, etc.” (FURTADO, 2005, p.76)

²⁵ As questões da crise portuguesa devemos acrescentar a relação comercial desfavorável assumida com a Inglaterra, que comprometia a isenção tarifária aos produtos desta, em detrimento da organização de manufaturas em Portugal. Situação que possibilitou à Inglaterra extrair de Portugal as divisas adquiridas pela extração de ouro na Colônia no início do século XVIII. Entendemos que a crise pela qual passava Portugal remetia a questões fundamentais que podem explicar como, mesmo com o volume produzido e exportado por Portugal desde o século XV, este país não logrou acumulação de capitais. Fatores que dizem respeito à organização social de Portugal, baseada na divisão de classes do modo de produção feudal, na qual cabe ao senhor feudal, o papel de consumidor de valores de uso, distante que está do processo produtivo. E dentre esses valores de uso a escolha pelos valores luxuosos

No litoral catarinense, a presença de cetáceos viabilizou a produção de óleo de baleia, mercadoria de alto valor no mercado internacional. Este foi o diferencial da colonização de povoamento, na porção meridional. Além de investimentos na produção de uma manufatura destinada ao mercado internacional, a ocupação e defesa do território com a imigração açoriana e de madeirenses.

A Armação Baleeira estava vinculada ao referido processo de monopolização comercial “[...] com uma perspectiva de atender aos interesses de potentados capitais portugueses, ligados à área de intermediação comercial.” (SILVA, 1992, p. 34). A atividade constituiu o principal elemento econômico nesta fase da colonização do litoral.

A produção de óleo de baleia já existia em outras localidades da colônia e, com a reestruturação econômica, Portugal monopolizou (sob concessão da Coroa) a produção e o comércio do produto, exceto a produção da Bahia que já havia sido privatizada.

A primeira Armação instalada foi a de Piedade, em São Miguel, no ano de 1742. Foram instaladas Armações por todo o litoral catarinense, Lagoinha (1772), Itapocoróia (1778), Garopaba (1791) e o suplemento de Imbituba (1796), além da extensão da Ilha da Garça (1807). Os investimentos na manufatura baleeira passaram a caracterizar “[...] a fisionomia sócio-espacial do litoral de Santa Catarina.” (SILVA, 1992, p. 50)

A estrutura burocrática político-militar, a manufatura baleeira e a pequena produção caracterizaram a gênese da organização social do litoral catarinense. Delas resultam: a organização do espaço, da sociedade e economia.

Concretizava-se, desta maneira, a realização do projeto político para ocupação do litoral catarinense, onde se associou o caráter político-militar ao caráter sócio-econômico: uma pequena produção mercantil assegurou a posse efetiva da terra, colocando-se como possibilidade para compor parte da força de trabalho no interior da manufatura baleeira. Esta, por sua vez, valia-se de

próprios ao consumo da nobreza, costume esse adquirido pelos comerciantes portugueses, que direcionavam estritamente ao consumo os valores auferidos do comércio. A esse respeito pode ler Buarque de Hollanda (1991), cujos argumentos são muito próximos aos que sustentou o marxista inglês Maurice Dobb (1987) para falar das debilidades das grandes companhias mercantilistas para se transformarem em estruturas estritamente capitalistas.

um modo de produção escravista e tinha por finalidade alimentar o Estado e os capitais mercantis portugueses. [...] (SILVA, 1992, p.39)

A organização social resultante do modelo de colonização adotado constitui importante determinante à organização social vindoura. Ao organizar a colonização do litoral catarinense em pequenas propriedades se projeta um resultado diverso daquele desenhado com base nas grandes propriedades no restante da colônia.

[...] Diferentemente de outras regiões brasileiras onde predominava a exploração monocultora em vastas glebas de terra utilizando mão-de-obra escrava, no litoral catarinense a colonização açoriana alicerçada na pequena propriedade familiar permitia ao colono a prática de uma policultura de subsistência que, somada à produção pesqueira, garantia os excedentes que ampliaram as relações comerciais da antiga vila de Nossa Senhora do Desterro [...] (PEREIRA, 2003, pp. 105-106)

Com a instalação das Armações e a chegada de imigrantes o espaço natural sofreu significativa modificação, tanto no que diz respeito à paisagem, alterada pela necessidade de edificação e desmatamento para o cultivo agrícola, quanto, em termos da organização do espaço. Esta deixou de ser determinada pelo desenvolvimento de atividades de subsistência, característica da ocupação vicentista, para estar submetida às necessidades de uma produção voltada para o mercado internacional e para o abastecimento interno da Colônia a partir do fornecimento de alimentos.

A produção agrícola e a pesca eram as principais ocupações dos imigrantes, ambas desenvolvidas a partir da divisão familiar do trabalho. O excedente, produzido por ambos, era trocado por meio de escambo ou comercializado via comércio de cabotagem, que estava centralizado no Mercado de Desterro e de Laguna.

A farinha de mandioca era o principal produto comercializado, sendo exportada para o restante da Colônia, com destaque para o Rio de Janeiro.

Além da pequena produção as manufaturas baleeiras compunham a produção local. Com uma organização do trabalho diversa da pequena produção, a armação baleeira incorporava a associação de trabalho

escravo e trabalho livre (e uma divisão social do trabalho determinada pela especialização da produção).

Ademais, a instalação de fortalezas ao longo da costa possibilitou a formação de uma burocracia militar, que, juntamente com a burocracia civil encarregada dos afazeres pertinentes a administração local e da gestão das Armações Baleeiras, personificavam os *costumes* oligárquicos próprios da estrutura social estamental de então.

Cabe destaque, ademais aos comerciantes locais que realizavam a intermediação do excedente produzido localmente. Estes não se incorporavam aos estamentos oligárquicos, tão pouco a pequena produção, mas eram aliados diretos dos primeiros.

Desse modo:

[...] Os vicentistas e açorianos, com suas atividades sócio-econômicas, imprimiram à formação sócio-espacial litorânea de Santa Catarina características próprias, decorrentes das particularidades naturais e da evolução econômico-social interna, aliada aos interesses da metrópole portuguesa e à conjuntura mundial cujas heranças impregnaram o território e as comunidades de grande parte da orla catarinense [...] (BASTOS apud PEREIRA, 2011, p. 25)

Contudo, não podemos perder de vistas os apontamentos levantados na seção anterior. Mesmo com características peculiares, a capitania de Santa Catarina estava submetida aos determinantes estruturais da formação econômico-social da colônia, ou de Portugal. Ou seja, imperava na superestrutura o *fato colonial* (CARDOSO, 1975), em meio a uma sociedade estamental. A superação desses entraves é potencializada pela condução da colonização por meio do povoamento e do desenvolvimento da pequena produção, mas não condicionada exclusivamente por ela, como verificaremos nas seções seguintes.

1.3.1 - Armação Baleeira: características e efeitos na dinâmica social do litoral catarinense

Nesta seção, traçaremos um panorama da atividade de produção de óleo de baleia na costa catarinense, com enfoque nas relações de trabalho inerentes a ela. Nosso intuito é o de percebermos quais efeitos ela ocasionou na dinâmica social do litoral de Santa Catarina.

Nossa pesquisa teve como base as conclusões apresentadas por Silva (1992) e os trabalhos de pesquisa de Ellis (1957; 1969; 1973) acerca das armações baleeiras no Brasil.

No século XVIII, houve, na costa brasileira, a expansão da produção do óleo de baleia²⁶, desde Pernambuco até a costa sul. Inserida neste contexto, encontra-se a instalação das Armações em Santa Catarina, referida na seção anterior.

A atividade compunha os produtos coloniais direcionados ao mercado internacional. A produção de óleo de Baleia dependia de concessão da Coroa, e, esta, era outorgada com exclusividade a comerciantes portugueses.

A primeira armação de Santa Catarina, Armação de Piedade (1742), foi feita segundo essa jurisprudência (ELLIS, 1957). No entanto, o redirecionamento da política econômica efetuado por Pombal a partir de 1750, determinou o monopólio da atividade, unificando a concessão das unidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. A concessão foi dada a um grupo de comerciantes portugueses, por um período de doze anos, podendo haver renovação²⁷.

O contrato de concessão especificava o comprometimento no abastecimento das capitais das províncias onde estavam instaladas e das fortificações próximas²⁸, bem como a exclusividade de comercialização com Portugal²⁹. A expansão da atividade foi autorizada, sendo que, ao término do contrato, todos os capitais imobilizados na Armação de posse da Coroa. (ELLIS, 1967)

A lucratividade da atividade rendeu aos cofres da Coroa 100.000 cruzados anuais, após doze anos de contrato, passando a 120.000 cruzados anuais após doze anos, na renovação do contrato, e à Companhia comercial lusitana, 8.000.000 de cruzados nos primeiros vinte e quatro anos de contrato. (Idem, 1957)

²⁶ O óleo destinava-se à iluminação pública, além dele, as barbatanas destinavam-se a produção de espartilhos, usados, na época, pelas mulheres, e o espermacete refinado, na produção de velas.

²⁷ A concessão foi renovada por duas vezes ao mesmo grupo de comerciantes (Companhia comercial).

²⁸ Lucros da Coroa relativos à atividade foram investidos para sustentar fortificações e a Colônia de Sacramento. (ELLIS, 1957)

²⁹ “É oportuno lembrar que a lucratividade deste comércio mundial assumia, a cada ano, consideráveis proporções, não sendo outro o motivo pelo qual, inúmeras vezes, aqueles capitais abandonavam o abastecimento da colônia, cujos maiores prejuízos recaíam sobre os pequenos produtores, possuidores de engenhos que funcionam durante a noite [...]” (SILVA, 1992, p. 53)

Não obstante, no final do século XVIII as baleias estavam se tornando escassas³⁰, somada a isso, a carência de capitais para investimento, de apoio do Estado e a concorrência de ingleses e norte-americanos no oceano³¹ levaram à decadência da atividade. Com a nova conjuntura a firma de novos contratos para o desenvolvimento da atividade não despertava mais interesse. Com o fim do monopólio do comércio e exploração de óleo em 1801, a exploração estava liberada, e a concorrência estava aberta, dificultando a produtividade das instalações de Santa Catarina. As Armações foram colocadas a venda pela Coroa. Não havendo comprador, a estatização de um setor em crise (SILVA, 1991)

A infraestrutura da Armação Baleeira era composta por um barracão, que abrigava o engenho para frigar o óleo; residências para a administração, para abrigar os baleeiros e para os feitores; senzala; capela; casa para hospitais e botica; armazéns entre outros. Além das edificações diretamente utilizadas com a produção de óleo de baleia, a companhia possuía terras destinadas à produção agrícola visando garantir a subsistência.

Essas manufaturas constituíam-se de enormes instalações marítimas e manufatureiras implantadas ao longo do litoral catarinense que se destinavam a produzir óleo de baleia sob a concessão da Coroa para o abastecimento do mercado interno português fomentando o intenso processo manufatureiro europeu. A exploração dessa atividade, sob a forma de mão-de-obra escrava, era monopólio da metrópole interessada em ingressar no vantajoso comércio internacional de óleo de baleia, assegurando ao capital comercial português, grandes lucros nas transações. (PEREIRA, 2011, p.23)

A produção do óleo, obviamente, carecia da presença do cetáceo na costa nas proximidades da Armação, a qual não era contínua ao longo do ano. As baleias franca são animais que migram em busca de águas

³⁰ Entre 1748 e 1750, foram capturadas uma média de 500 baleias por ano. Em 1795, o total de capturas havia caído pela metade, com 254 animais. Já entre os anos de 1817 e 1819, foram capturadas 73 baleias nas armações da costa catarinense. (SILVA, 1992, p 52)

³¹ Havia no oceano a pesca clandestina da baleia realizada por estrangeiros.

mais cálidas para efetuar o acasalamento e o parto dos filhotes. O período de presença na Costa vai do mês de junho até setembro, em média.

Assim, as atividades produtivas nas Armações davam-se de modo sazonal. Consequentemente, a dinâmica social e econômica das áreas influenciadas pelas Armações, tinha diferentes características ao longo ano.

Entre as atividades produtivas da Colônia, as Armações apresentaram uma especificidade que influenciou toda a dinâmica produtiva nas localidades relacionadas à elas. A saber, a combinação do trabalho livre com o trabalho escravo na produção do óleo de baleia.

A divisão do trabalho nas Armações reproduzia o modelo de trabalho da Colônia, baseado numa sociedade estamental, bem como a concentração da renda e riqueza nas mãos dos comerciantes portugueses e da Coroa. Desse modo, a mão-de-obra de trabalhadores cativos predominava no exercício das atividades produtivas. Contudo, o trabalho escravo estava combinado com diferentes formas de assalariamento.

[...] Concentravam técnicas, aparelhagem e mão de obra assalariada e servil, para as arriscadas lidas marítimas a primeira e a segunda destinada às fabricas de beneficiamento do óleo de baleia e aos serviços terrestre, em geral, intensificados e extenuantes à época das safras, mais lentos, todavia, no desgaste do capital humano representado pelo escravo incorporado àquela indústria. (ELLIS, 1973, p.308)

Segundo a autora, o processo produtivo era dividido em etapas: a captura dos animais no mar, a extração e processamento do óleo e dos demais produtos extraídos da baleia. Aos trabalhadores assalariados cabia a realização da primeira etapa da produção, aos escravos da segunda. Assim, no interior da Armação havia uma divisão técnica do trabalho.

Para o emprego de trabalhadores livres no processo produtivo encontramos duas explicações: uma relacionada com a necessidade de especialização para a captura do cetáceo e, outra, com o imperativo de preservação do escravo, uma vez que o trabalho no mar oferecia muitos riscos à saúde e à vida do escravo (um capital imobilizado da Armação que possuía elevado valor monetário). Ambas as explicações se inter-relacionam.

Do ponto de vista dos capitais comerciais portugueses, as combinações destas formas de trabalho tornaram-se prementes, em função da necessidade de produzir em larga escala aliando-se a esse fator o “baixo grau de produtividade”, ensejado pelo trabalhador escravo, além do restrito espaço de tempo em que era possível a captura do animal (julho a outubro).

Por outro lado, garantir as possibilidades de produção em larga escala e de forma barateada, descartando-se a possibilidade de trabalho totalmente em bases salariais, exigia um arranjo de várias formas de relações de trabalho e, conseqüentemente, domínios de diversas ordens. (SILVA, 1992, p. 57)

Segundo, Silva (1992) o trabalho assalariado começou a ser empregado nas Armações a partir de 1765, portanto, no contexto de expansão das Armações na Capitania de Santa Catarina.

O aparecimento do trabalho remunerado na atividade, não remete, contudo, as características do assalariamento no modo de produção capitalista. Neste o trabalho assalariado desenvolve-se com a expropriação das condições de reprodução da vida aos trabalhadores, compondo uma classe social de trabalhadores, inseri numa sociedade de mercado. No caso das armações baleeiras trata-se do emprego de pequenos produtores (pescadores em geral), que aproveitam a oportunidade de ganhos temporários, sem deixarem a condição de pequenos proprietários.

Ao escravo estava imposta a condição de subsistência vinculada à condição natural de reprodução de sua força de trabalho, manutenção do indivíduo. (MARX, 2011)

Ellis (1973) afirma ter sido “[...] a indústria baleeira do passado, no Brasil, um dos mais amplos setores da coexistência do trabalho escravo e do assalariado na sociedade colonial [...]” (p. 309)

No mar, a captura das baleias era tarefa desenvolvida em meio a riscos aos trabalhadores. De um lado, a resistência dos animais, que desestabilizava as embarcações, e, de outro o próprio mar. Por esse motivo, poupava-se ao escravo o desenvolvimento da tarefa, e, ao mesmo tempo, havia resistência dos pequenos proprietários para exercer a tarefa.

A partir do estudo de cartas de administradores de armações no século XVIII, Ellis apontou a resistência dos trabalhadores livres para exercerem a atividade e a preservação do cativo no exercício da tarefa:

Quanto ao inferno dos brancos e dos negros forros e mulatos livres dos entrepostos baleeiros, era no mar que se encontrava, durante os terríveis embates da arriscada pesca das baleias, a que muita gente era forçada e de que muitos vinham doídos ou feridos, ou então jamais voltavam. A êsse seria, em geral, poupado o negro escravo. Reservaram-no, de preferência, às rudes fainas terrestres, desde a remoção e o retalhamento das baleias mortas à apuração, beneficiamento e do óleo e acondicionamento do óleo [...] o escravo, investimento de capital, melhor seria não desgastá-lo ou perdê-lo na caça aos leviatãs [...] (1973, p. 309)

Ao trabalho desenvolvido pelo escravo, acrescentemos a coleta de lenha para o aquecimento das caldeiras de frigar, tratamento das barbatanas, limpeza dos espaços, produção de alimentos entre outros.

Uma das mercadorias mais importantes do mercado internacional, o escravo, há época era comercializado no Rio de Janeiro e em Salvador. Seu valor era muito elevado³², e, sendo alto o risco de perdas no mar, preferiam arriscar a vida daqueles a que a morte ou ferimentos não lhes traria maiores prejuízos. Além do preço elevado do escravo no mercado colonial, o acréscimo de sua manutenção, tornava o trabalho remunerado na temporada de pesca da baleia menos onerosos aos cofres da companhia.

Porém, como assinala Ellis na passagem acima transcrita, não era sem resistência que os trabalhadores exerciam a função de captura.

A mão-de-obra remunerada era recrutada entre as populações do litoral de pescadores e pequenos agricultores “[...] de ínfimo nível de vida [...]” (Idem, p. 320). Por vezes, eram obrigados, sob a autorização da Coroa, a cumprir a tarefa de caçar no mar.

³² Um bom negro custava 148\$000 em geral, no ano de 1816. (ELLIS, 1973)

Havia também, nas Armações uma modalidade peculiar de escravidão, os escravos de pena. Brancos, mestiços e negros forros condenados nas vias judiciais exerciam trabalhos forçados³³.

Outras funções eram empregadas sob assalariamento nas armações. Trabalhos de ofício, como ferreiros, tanoeiros, pedreiros e carpinteiros. Ademais, havia os feitores, com a função de coerção e controle sobre os cativos. Todos recebiam salários ou jornal. Os primeiros ganhavam por dia trabalhado, e os feitores, um valor fixo acrescido de comedorias (auxílio monetário para financiar gastos com alimentação).

Entre os trabalhadores assalariados havia ainda os administradores, o capelão, cirurgião, vendedor de azeite, entre outros. A distribuição de todas as funções compunha uma teia ramificada de forma hierarquizada³⁴. A administração da Armação estava no topo da cadeia hierarquizada de trabalhadores (SILVA, 1992), em seu cargo estava incumbência de garantir a produção do óleo de baleia. A gerência de todo o processo captura – produção – comercialização do monopólio estava a cargo do Caixa e Administrador Geral.

Já aqueles que se arriscavam na pesca das baleias recebiam valores segundo a produtividade. A remuneração dos arpoadores, timoneiros e remeiros, era incerta, e calculada sobre o número de baleias capturadas (ELLIS, 1957, 1969, 1973; SILVA, 1992) Segundo Ellis (1973) a remuneração por baleia no início do século XIX, na Armação de Itapocoróia, distribuída por função era a seguinte: arpoadores recebiam 3\$000, os timoneiros, 1\$000, remeiros e tripulantes das lanchas de socorro \$800.

³³ “À falta de voluntários para pilotar tais embarcações, empunhar remos ou arpões, recorriamos administradores aos cárceres e as milícias, onde obtinham, com permissão das autoridades e com privilégios que lhes conferia o real monopólio, uma mão-de-obra forçada àquêles trabalhos marítimos. (Idem, p. 321)

³⁴ “[...] esta cadeia esboçou-se em vários níveis, primeiramente, com o feitor que dirigia as atividades na praia – feitor da praia – seguida do feitor–mor, supervisor dos serviços no engenho de frigar. Além destes, cirurgião, caixeiro, capelão, mestres, vendedor de azeite subordinavam-se ao administrador geral da Armação que, por sua vez, subordinava-se ao Caixa e Administração Geral, geralmente um dos sócios do contrato [...] Por último, todos estes agentes de intermediação recebiam instruções do Caixa Geral e Administrador, instalado em Lisboa [...]” (Idem, pp. 63-64) A autora detalha a distribuição na Armação de Piedade.

Mas, caso a pesca não fosse boa, pesava sobre os trabalhadores adiantamentos recebidos, e a alimentação consumida durante a pesca, uma dívida que os comprometia ao trabalho na Armação na temporada seguinte. Do contrário, numa pesca farta poderiam os arpoadores receber uma balela como recompensa, com a qual poderiam perfazer maiores recursos.

Na medida em que a lucratividade da atividade entrou em declínio, começou a surgir dificuldade para o pagamento dos trabalhadores, sobretudo quando a atividade ficou sob responsabilidade da Coroa, no início do século XIX. Passou a ser utilizada como forma de pagamento a entrega de escravos aos trabalhadores³⁵.

Por sua vez, a queda no número de escravos demandava o aluguel de cativos para a efetivação da produção nas Armações, o que consubstanciava a oportunidades de novos rendimentos.

Ao tratarmos da pequena produção, na seção seguinte, retrataremos como a posse de escravos representou uma oportunidade de diferenciação social no litoral catarinense.

Cada armação baleeira influenciava a dinâmica local, por possuir capela, armazém e botica, ocasionava a aglutinação da população do entorno.

Influenciava também as pequenas propriedades e a produção familiar, seja pela redução de trabalhadores em períodos de pesca nas propriedades (escravos ou pequenos produtores – esses sob riscos de vida), seja pela possibilidade de ganhos monetários que oferecia.

Destarte, não produziu efeitos dinâmicos suficientes para o desencadeamento de outras atividades produtivas. Característica esta, própria do sistema colonial (ou *fato colonial*, como destacamos anteriormente). A maior parcela da renda auferida pela produção e comercialização dos produtos extraídos da baleia cabia aos comerciantes portugueses (esses detentores da Armação) e a Coroa. Ao litoral catarinense restavam os recursos advindos dos pagamentos realizados aos trabalhadores livres da atividade.

De conclusivo a partir dos estudos por nós analisados, o maior legado à economia catarinense foi incremento produtivo na produção de alimentos para abastecer o mercado interno da Colônia, sobretudo pela possibilidade de auferir escravos para o trabalho nas lavouras.

³⁵ Era uma prática realizada anteriormente, mas em menor grau.

Com o declínio da atividade, não emergiu algo novo na dinâmica econômica do litoral catarinense, sendo predominante a pequena produção de alimentos.

1.3.2 – Produção de farinha de mandioca e pescado no litoral catarinense: pequena, média e grande propriedade

Nesta subseção caracterizaremos as atividades produtivas desenvolvidas no litoral da Capitania de Santa Catarina pelos imigrantes oriundos do arquipélago de Açores e da Ilha da Madeira, bem como pelos remanescentes da ocupação vicentista.

Conforme indicamos ao iniciarmos a seção, o embasamento para esta produção tem como maior fonte os estudos de Campos (1991) e de Silva (1992). Aproveitamos também dados sintetizados por Penna e Biléssimo, além de artigos que trazem particularidades caras ao nosso objetivo de estudo.

Abordaremos aqui aspectos da produção agrícola e pesqueira no litoral, com enfoque nos condicionantes que influenciaram a economia do litoral até o século XX, caracterizando, assim, o modo de vida dos colonos do litoral.

Vimos que a necessidade de manutenção do território meridional da Colônia Brasil, levou a Coroa portuguesa a organizar um fluxo migratório para povoar a região.

Segundo as diretrizes da Coroa, os colonos receberam terras e equipamentos para efetivarem produção agrícola e pesqueira. Desse modo, a produção dar-se-ia em pequenas propriedades com base trabalho das famílias. A chegada dos imigrantes às terras brasileiras foi repleta de dificuldades:

[...] depararam-se com uma morfologia acidentada e uma vegetação cerrada com animais ferozes, o que deve a princípio ter-lhes causado alguns contratempos. Todavia, se por um lado a fechada vegetação, constituída pela mata tropical atlântica, era um problema, pois as árvores tinham de ser derrubadas, compunha-se por outro lado, num excelente potencial de terras novas e férteis, a serem aproveitadas. (CAMPOS, 1991, p. 26)

O preparo da terra para o cultivo representava grande esforço aos colonos, pois teriam de enfrentar a derrubada das matas, a drenagem das

áreas alagadas, o conhecimento das plantas cultivadas, a adaptação de outras culturas, entre outros. Aos pescadores cabia o conhecimento do mar, suas características na costa e o conhecimento dos peixes acessíveis.

O desenvolvimento da agricultura transformou a paisagem local, paulatinamente, no dia a dia da produção (CESCO, 2010).

Vimos que como estímulo à imigração, havia um comprometimento da Coroa em ofertar lotes, equipamentos e matéria-prima para o início da produção. Fato esse que não se cumpriu de pronto, em todos os casos. Havendo, conseqüentemente a livre ocupação das terras que foram tardiamente demarcadas. Tais fatores influenciaram a escolha do cultivo, como assinala Cesco (2010), na passagem a seguir:

[...] na maioria das vezes optando-se por produzir mandioca e outros produtos da terra cuja experiência já indicava sucesso ao invés de aventurar-se em novidades. A agricultura da ilha emprestou características das grandes lavouras e as associou ao cotidiano e às necessidades locais, criando feições próprias [...] (p.439)

O aprendizado dos cultivos favoráveis a produção local, já estabelecido pelos primeiros colonos de origem vicentista, foi importante a organização da produção agrícola do litoral catarinense. O sistema produtivo adotado era o primitivo de rotação de terras, ou coivara, no qual primeiramente efetiva-se a derrubada e queima da mata para, posteriormente, realizar o cultivo, e que, tinha na expansão da área cultivável a solução para eventuais quedas da produtividade do solo.

Ademais, feijão, banana, arroz, café, laranja, milho, mandioca, cana-de-açúcar, entre outros, compunham a base da lavoura dos pequenos agricultores.

Além do cultivo de alimentos para subsistência (feijão, banana, arroz, café, laranja, milho, mandioca, cana-de-açúcar), desenvolveram-se pequenas unidades de processamento de alimentos, engenhos destinados a transformação de mandioca e milho em farinha, e de cana-de-açúcar em açúcar, melado e aguardente. (CAMPOS, 1991; SILVA, 1992)

A produção de farinha de mandioca predominou entre os cultivos em todo o litoral. Foi a exportação deste item que teve o maior volume comercializado na província no século XIX. (BILÉSSIMO, 2010; CESCO, 2010; PENNA, 2005)

Nas pequenas propriedades o trabalho era realizado pelas famílias de produtores e, nas médias e grandes havia o emprego de trabalho cativo.

Todavia, aqueles pequenos produtores que conseguiram acumular recursos suficientes para a aquisição de escravos, empregavam a mão-de-obra cativa no processo produtivo, tendo, estes maiores possibilidade de produzir quantidade excedente ao consumo familiar e as requisições da Coroa (descreveremos as requisições civis e militares de produtos agrícolas no litoral), para comercializar no mercado colonial.

No ano de 1797 a população total do litoral catarinense era de 23.865 habitantes, sendo 18.219 pessoas livres, 455 forros e 5.191 cativos. (BILÉSSIMO, 2010)

A partir daí percebemos que a maior parcela da população era livre, e como descrevemos acima, de pequenos proprietários, sendo predominante, portanto, a agricultura com o emprego do trabalho familiar.

Houve também, um processo de diferenciação social, manifesto na concentração fundiária, médias e grandes propriedades produtoras de farinha de mandioca, com emprego de mão-de-obra escrava. (CESCO, 2010; SILVA, 1992)³⁶

Se nas primeiras décadas da ocupação, Santa Catarina se caracterizava como colônia de povoamento destinada a defender o território colonial, sustentada em uma agricultura de subsistência. O início do século XIX, com o desenvolvimento das armações baleeiras e o aumento da produção agrícola comercializada (abastecendo o centro exportador da colônia), possuía outra feição, sendo importante ao abastecimento de alimentos da Colônia ou do Império, após a Independência. (PENNA, 2005)

A farinha de mandioca destinava-se a alimentação de escravos e das camadas populares das áreas de grande produção para exportação. A possibilidade de produção sem interferência de sazonalidade colaborava para a escolha do produto como principal item da lavoura.

Em todo o litoral catarinense predominou a produção de farinha de mandioca entre os pequenos, médios e grandes produtores.

Em 1797, havia registro na Ilha de Santa Catarina e na freguesia de São Miguel da Terra Firme (na área continental), de 540 engenhos de mandioca e 117 de aguardente. (CESCO, 2010)

³⁶ Predominava em Desterro, em 1870, a posse de 2 a 4 cativos, representando 48,84% dos proprietários, e de 1 escravo, correspondente à 23, 26% dos proprietários. (BILÉSSIMO, 2010)

Para exemplificarmos a diferenciação social entre os produtores, utilizaremos os dados apresentados por Penna (2005) que tratam da posse de escravos na Freguesia do Ribeirão da Ilha (na Ilha de Santa Catarina). Nela, 40% dos produtores de mandioca possuíam escravos nas propriedades (o que correspondia a 146 famílias), as 218 famílias restantes não possuíam escravos.

A posse de escravos, além de ilustrar riqueza segundo os padrões da época, significava mão-de-obra na lavoura, e a possibilidade de especialização produtiva. Desse modo, predominavam entre os produtores que comercializavam a farinha de mandioca, os senhores de escravos. Ademais, eram esses donos de propriedades médias a grandes. (Idem).

No mercado de exportação de alimentos perceberam-se períodos de maior crescimento da demanda pela farinha, os quais possuíam diferentes características.

Entre 1860 e 1880 a demanda elevou-se em função do abastecimento aos soldados empenhados na Guerra do Paraguai e ao crescimento das lavouras de café em São Paulo. Nesse período a exportação da Província oscilou entre “[...] 12.305.942,03 e 29.060.503,29 litros anuais [...]” (CESCO, 2010, p. 457)

Vimos que esse foi um período em que houve um crescimento dos aglomerados urbanos, e uma nacionalização do comércio em função da independência, fazendo emergir paulatinamente, uma burguesia comercial (FERNANDES, 2006), e que a nação estava sob o comando da oligarquia exportadora.

Na dinâmica econômica do Império, os comerciantes intermediários se apropriavam dos lucros auferidos do comércio de cabotagem, tanto vendendo os alimentos, como farinha de mandioca, ao mercado consumidor, quanto comercializando aos produtores bens importados. Ademais, como detentores do poder político nacional, os grandes produtores influenciavam o mercado de alimentos, buscando a redução de seus custos, portanto, mantendo os preços em baixos níveis.

Em Santa Catarina as maiores fortunas do período figuravam entre os comerciantes (BILÉSSIMO, 2010). Segundo este autor, os comerciantes detinham o maior poder econômico, financeiro e político na província (retomaremos essa questão na próxima seção).

Já aqueles pequenos proprietários desenvolveram uma economia de subsistência, produzindo outros itens necessários à sua subsistência, como “[...] a confecção de roupas em teares próprios, produção de móveis, louças de barro, ferramentas, utensílios caseiros, etc., o que reduzia a relação de consumo do campo para com a cidade [...]”

(CAMPOS, 1991, p. 26). Portanto, constituíam-se como propriedades relativamente auto-suficientes.

Agricultores também efetuavam a pesca no mar, nas lagoas e nos rios do litoral (PENNA, 2005). Havia entre os pequenos produtores a especialização produtiva, entre agricultores e pescadores, porém a fronteira entre as atividades ganhou maior especialização somente no século XX. Contudo, havia produtores que dedicavam maior parcela de tempo a pesca, e comercializavam na costa e em Desterro³⁷ o pescado seco. Trabalhavam organizados coletivamente, em grupos divididos por embarcações ou em arrastões com rede na praia. A produção era dividida no conjunto, dando cada um diferente destino ao mesmo (consumo, troca ou comercialização).

Cabia-lhes:

[...] a garantia da reprodução de sua unidade em função do abastecimento que realizavam às populações instaladas ao longo da orla marítima catarinense, como também fornecendo provisões às classes abastadas que gravitavam em torno da burocracia civil-militar, além dos armazéns reais, estabelecidos em Desterro. [...] Produziam, assim, valores de troca, para serem comercializados nos mercados de Desterro, embora ainda de forma simples, pois sua finalidade fosse adquirir valores (de uso) [...] (SILVA, 1992, p. 66)

A partir da descrição acima percebemos que a organização dos pequenos produtores configurava um *complexo rural*. Este termo nos serve para classificarmos a organização em que se insere tanto o pescador quanto o pequeno produtor rural, uma vez que a “[...] estrutura interna da unidade semi-natural, como um complexo de atividades integradas vertical e horizontalmente, incluindo desde a produção de matéria-prima até a elaboração final e não somente de um produto, mas de muitos [...]” (RANGEL, 2005, p. 98).³⁸ Integra em sua unidade

³⁷ “Desterro era uma das principais praças comerciais do sul do Brasil. Por seu porto passavam com destino ao porto do Rio de Janeiro as mercadorias produzidas nas regiões próximas ao litoral da província. Santa Catarina tinha uma economia subsidiária, fornecendo farinha de mandioca, feijão, milho, couro e madeiras para as regiões que produziam para o mercado internacional” (MAMIGONIAN, 1999, pp. 179-180).

³⁸ “A unidade agrícola fechada é, portanto, um microcosmo econômico no qual as pessoas distribuem seu tempo entre numerosas atividades. Cada uma dessas

produção e consumo e, ao produzir, se ocupa de inúmeros produtos, compondo, assim, um complexo rural.

A classificação das propriedades como *complexo rural*, denota o entendimento de que nela há ausência de especialização produtiva, e que, apenas o excedente daquele montante destinado ao consumo familiar poderia ser comercializado.

Nas pequenas unidades de produção familiar o trabalho desempenhava a produção de valores de uso necessários a reprodução dos indivíduos, seguido dos condicionantes da sociabilidade, a saber, o destino da produção excedente³⁹. No complexo rural a relação capital-trabalho, se expressa pela propriedade e uso da terra e dos utensílios de trabalho (como no caso da pesca). Nessa condição o modo objetivo de existência estava diretamente ligado a propriedade da terra, ou seja, dos meios de produção.

Já os produtores senhores de escravos e proprietários de unidades produtivas mais extensas, ao possuírem especialização produtiva, notadamente a produção de farinha de mandioca, podem ser classificados como produtores mercantis. Destas unidades poderia emergir um processo de acumulação de capital, aos moldes capitalistas.

Todavia, aquela superestrutura, determinante a sociedade brasileira do século XIX, e início do século XX, restringiam a ocorrência de acumulação àqueles produtores.

A drenagem da renda efetuada pelos comerciantes impedia a acumulação por parte dos produtores de engenhos. Em seu estudo, (BELÉSSIMO, 2010) apresenta dados dos inventários da Ilha de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX. Segundo suas conclusões, entre as maiores fortunas da Ilha, encontravam-se os comerciantes

atividades representa o estado rudimentar daquilo que, como desenvolvimento, se tornará uma “indústria”, ou seja, a atividade exclusiva de numerosas pessoas. É evidente que o camponês não têm consciência da multiplicidade de suas atividades. Ele considera que elas formam um todo indivisível. Essa inespecialização é sua especialidade. Mas isso não o impede de ganhar consciência da divisibilidade de sua profissão, quando a possibilidade da divisão se apresenta e a vantagem da separação de atividades se torna evidente.” (RANGEL, 2005, p. 98).

³⁹ Ao descrever a produção comunal na Europa do século Xv e XVI, Marx (2011) afirma que “[...] em todas estas formas, nas quais a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, conseqüentemente, o objetivo econômico é a produção de valores de uso, isto é, a *reprodução dos indivíduos* em determinadas relações com sua comunidade [...]” (p. 77, Grifos do autor)

locais. Em seus inventários, constavam as dívidas de seus credores, que se relacionavam a créditos financeiros e ao consumo de bens importados (os devedores eram os maiores proprietários rurais, produtores de farinha de mandioca, e funcionários administrativos). Nos inventários dos maiores produtores constavam suas dívidas aos comerciantes, por vezes, maiores que os bens deixados de herança.

1.4 – LIMITES À EXPANSÃO E DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA DO LITORAL CATARINENSE ATÉ O SÉCULO XIX

As questões acima trabalhadas nos permitem um panorama sobre a distribuição do trabalho produtivo no litoral catarinense. Dividido entre produção agrícola e pesqueira e, extração do óleo de baleia, o espaço litorâneo era moldado a partir do trabalho familiar, do trabalho remunerado e da exploração de mão-de-obra cativa.

Contudo, o litoral catarinense possuía inúmeras fortalezas militares, e concomitantemente, um contingente militar que exercia as tarefas a elas correspondentes.

E, com o *status* de Capitania, Santa Catarina, possuía uma estrutura administrativa situada no litoral. O desenvolvimento comercial acarretou na formação de pequeno contingente comercial, com maior destaque para Desterro.

A menção das características da organização econômico-social do litoral catarinense deu início a esta seção pela relação que possui com os limites sociais e econômicos a dinamização produtiva no litoral catarinense. Ademais, esses são caros para a compreensão da pobreza do litoral catarinense no início do século XX.

Denominamos de limites para a expansão da pequena produção entraves sociais, econômicos e políticos. Chamamos aqui a atenção para esta questão, por entendermos que o desenvolvimento da especialização produtiva entre os pequenos proprietários tem, em si, o potencial de acumulação de capitais e, conseqüentemente de diferenciação social.

As questões que destacaremos a seguir ilustram os reflexos dos condicionantes da formação econômico-social brasileira no litoral catarinense. Referimo-nos a estrutura social estamental, o exclusivo econômico centralizado na produção agrária exportadora e, os determinantes da organização do território estar vinculados às feições naturais.

A estrutura social estava dividida em burocracia civil e militar, de origem aristocrática, comerciantes locais, produtores senhores de escravos, e pequenos produtores familiares.

Predominaram na colonização os condicionantes geopolíticos, sobretudo a defesa e expansão do território colonial. A instalação de fortalezas demandou material humano para compor o contingente militar. Este se compunha pelo recrutamento dos jovens que habitavam a região. Nos períodos de invasões estrangeiras ou outros conflitos, quando necessário o aumento do número de soldados, recrutavam-se os demais homens das comunidades do litoral. Segundo Campos (1992), em 1820 um décimo da população fazia parte da milícia.

A relação do poder administrativo militar com os pequenos produtores ocorria por meio da requisição de homens para servirem como soldados e de alimentos, para alimentá-los.

Já a estrutura administrativa da Capitania de Santa Catarina continha, entre outros órgãos, Armazéns Reais. Entre outras funções, cabia a eles o abastecimento de alimentos. Os alimentos eram adquiridos por meio de requisições aos pequenos produtores da costa, os quais deveriam ser devidamente remunerados.

Contudo, os pagamentos referentes aos alimentos requisitados não eram prontamente realizados aos produtores. Por vezes, nem o foram feitos. Os fornecedores ficavam em condições desfavoráveis, ao entregarem seu excedente sem a pronta remuneração da Real Fazenda⁴⁰.

Quando a Coroa portuguesa assumiu a produção de óleo de baleia, a ineficiência administrativa levou ao atraso ou o não pagamento dos rendimentos aos trabalhadores, inadimplência que também ocorreu no pagamento dos alimentos adquiridos junto à classe senhorial ou aos pequenos agricultores.

A queda do número de homens nas famílias trabalhando nas propriedades acarretava na queda da produtividade. De outro lado, as requisições de alimentos, comprimiam o excedente a ser comercializável ou mesmo a manutenção da alimentação familiar, imprimindo prejuízos financeiros aos produtores.

Do exposto podemos afirmar que “[...] as constantes requisições tanto de soldados⁴¹ quanto de mantimentos bloquearam uma possível ascensão desse pequeno produtor.” (CAMPOS, 1992, p.32)

⁴⁰ A obrigatoriedade de abastecimento foi suprimida em 1801. (SILVA, 1992)

⁴¹ “[...] interessante para a Coroa era a formação de um colono-soldado, que serviria tanto às necessidades das milícias (soldados) quanto às necessidades de

Desse modo, a presença de uma burocracia civil-militar, trouxe, para os pequenos produtores, como conseqüências negativas, a queda da produtividade (requisição de soldados) e a expropriação do excedente (requisição de alimentos tardiamente remunerada e, por vezes, sem o respectivo pagamento).

Ademais, a administração local, além de obrigar o abastecimento dos Armazéns Reais, controlando assim a oferta de produtos no comércio, também controlava a quantidade produzida, estabelecendo limites por produto, sob a pena de perda das terras, em caso de não cumprimento. (CAMPOS, 1992)

A possibilidade de comercialização do excedente era favorável ao pequeno produtor, fator que lhe possibilitava auferir renda monetária, e para economia local, e poderia possibilitar a abertura do complexo rural, por meio do desenvolvimento da pequena produção mercantil. Contudo, tal envergadura dependia de condições endógenas e exógenas favoráveis.

Vimos que o principal produto da agricultura do litoral catarinense era a farinha de mandioca. O mercado da farinha de mandioca ganhou maior impulso após a independência (pós-1822), no contexto social e político em que se desenvolvia uma burguesia ligada diretamente ao comércio internacional.

A farinha de mandioca era destinada, em maior quantidade, ao abastecimento das lavouras, para alimentação dos escravos. Compunha, assim, os custos de produção da aristocracia brasileira. Sabemos que o controle político e econômico do Estado estava a cargo deste estamento social, para o qual a aquisição de vantagens estava em primeiro lugar. Por esse motivo, influenciavam os preços dos alimentos comercializados internamente. Vejamos o exemplo da mercadoria em questão:

Campos (1991) classificou o mercado de farinha de mandioca como de concorrência oligopolista⁴². O comércio de cabotagem do produto era centralizado por comerciantes do Rio de Janeiro. Exerciam a aquisição do produto com menor preço, entre os diferentes estados produtores. A rigor, a atuação dos comerciantes era determinante para expansão ou retração da produção de farinha de mandioca.

Destarte, o fato da farinha de mandioca ser produzida em todo o território colonial, acarretava em pequena variação da demanda pelo

produção e abastecimento de setores não produtivos [...]” (CAMPOS, 1992, p.24)

⁴² O mercado era composto por Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

produto, o que facilitava a atuação, da concorrência oligopolista. Uma possível variação da demanda total pela farinha de mandioca (ocasionada por uma seca, por exemplo) favorecia aos produtores do litoral catarinense gerando-lhes prosperidade, por perceberem o que Campos (1991), denominou “riqueza popular”.

Há que se considerar ainda o baixo rendimento do produto, que, segundo Cesco (2010), por possuir baixo valor de mercado, acarretava na necessidade de diversificação da produção para o desenvolvimento do litoral.

Ademais, entre o produtor local e o comerciante carioca estavam os comerciantes locais como intermediários da relação de troca para a exportação da produção. Sua atuação visava o escoamento da produção local e a comercialização de produtos industrializados aos produtores.

Ao analisar as fortunas de Santa Catarina na segunda metade do século XIX, Biléssimo (2010) constatou que as maiores fortunas pertenciam a comerciantes e que, nos inventários a elas correspondentes, constavam quantias significativas de dívidas da aristocracia local (burocracia civil e militar, produtores médios e grandes). Entre outros, o endividamento com os comerciantes, decorria do consumo excessivo de produtos importados.

O excedente do pequeno produtor dividia-se em várias partes. Em primeiro lugar havia:

[...] um movimento de acumulação do excedente, que era dominado primeiramente pelo capital externo, que obtinha superlucros; em segundo lugar pelo capital interno, que acumulava uma parte menor, e por fim, pelo próprio produtor que, naquele momento de preços favoráveis, também acumulava (CAMPOS, 1991, p. 37)

Ao pequeno produtor agrícola familiar a prosperidade de sua atividade era, portanto, limitada por inúmeros fatores.

A dominação dos pequenos produtores, no entanto, não estava calcada apenas no plano da produção. A comercialização, igualmente, obedecia aos ditames do poder instituído, ao serem obrigados a abastecer os armazéns reais, de onde os produtos tinham um duplo destino: alimentar a burocracia político-militar e o excedente, abastecer outras áreas da Colônia, o

que indiretamente articulava-os aos interesses metropolitanos, ao subsidiar outras produções coloniais. (SILVA, 1992, p. 67)

A presença da classe de comerciantes, pelo desenvolvimento do comércio interno, não representou o desenvolvimento de iniciativas industriais locais, reproduzindo na escala local as feições do território nacional.

O comerciante de forma parasita ao desenvolvimento da pequena produção mercantil. Ao retirar-lhe expressivo excedente, destinado ao consumo extravagante, saqueava-lhes a possibilidade de inversões visando especialização produtiva, a diferenciação social e a formação de uma classe que participa da produção como força de trabalho, ou trabalhador individualizado.

[...] é improvável que uma classe mercantil, cujas atividades são essencialmente as de intermediário entre produtor e consumidor, procure converter-se em uma classe dominante naquele sentido radical e exclusivo do qual falávamos a pouco. Como sua riqueza tenderá a se prender ao modo de produção existente, será mais provável que seja induzida a preservar esse modo de produção, ao invés de transformá-lo. Ela deverá esforçar-se por “entrar” numa forma existente de apropriação do trabalho excedente, mas não é provável que tente modificar essa forma. (DOBB, 1987, p.15)

No caso da formação brasileira, coube aos comerciantes incentivar a mudança da conduta econômica, com tímida emergência do liberalismo, todavia, a estrutura escravocrata mantida colaborava com o desenvolvimento de sua atividade, não havendo razões aparentes para o enfrentamento em direção a transformações estruturais.

Concluimos, pois, que a riqueza do comércio de farinha era acumulada por comerciantes e proprietários de navios, e, em alguma medida, pelos produtores senhores de escravos.

A estrutura pré-capitalista do Brasil Imperial, baseada em estamentos sociais, contribuiu para a opção de negócios direcionada à formação de monopólios, da prática de especulação e da usura. “[...] As próprias estruturas sociais e econômicas, bem como a atuação das

entidades estatais , tinham como norte a reiteração desta organização [...]” (BILÈSSIMO, 2010, p.94)

Vimos que ocorreu a emergência econômica dos comerciantes no Brasil Imperial, como uma nova característica interna após a Independência. Em Santa Catarina ocorreu à reprodução desta feição, contudo com certa peculiaridade, uma vez que, precocemente o poder político foi exercido pelos detentores do capital mercantil (Idem) - porém, com a manutenção da estrutura social e econômica nacional.

Tratamos acima de condicionantes ligados a estrutura social colonial e brasileira que compõem as razões da estagnação econômica do litoral catarinense. A seguir apresentaremos um condicionante do aparato jurídico da sociedade colonial que acarretou em dificuldades para os produtores. A saber, a estrutura fundiária.

A propriedade da terra da colônia estava submetida à data da terra⁴³, concedida pela Coroa e vinculada ao sistema de sucessão de terras, segundo o qual os filhos dos colonos herdavam parte das terras, o que parcelava as áreas de cultivo. (CAMPOS, 1991)

Havia dificuldade de aquisição de novas propriedades, havendo maior possibilidade para aqueles que alcançavam alguma diferenciação ou ocupavam as áreas devolutas.

O sistema produtivo empregado era o sistema primitivo de rotação de terras, no qual a derrubada da mata e posterior queima, coivara, possibilitava o cultivo em terras mais férteis. Todavia, demandava constante expansão da área de cultivo, uma vez que, sem o uso de adubação, o solo desgastava-se rapidamente⁴⁴. (WAIBEL, 1988)

A redução da área para cultivo, devido a partilha da propriedade, combinada com a utilização de um sistema de rotação de terras primitivo, acarretou na queda da produtividade. Com o passar dos anos, estes foram fatores decisivos para o empobrecimento dessa população.

⁴³ “[...] uma extensão de um quarto de léguas em quadro [...]” (DIEGUES, 1959, p. 76)

⁴⁴ “Quanto à produção da farinha na ilha, nunca houve um investimento significativo na melhoria do processo produtivo, o que manteve os custos em um mesmo patamar. O processo era muito simples, sendo dividido em etapas. Primeiro a colheita e transporte das raízes para o engenho, que era um galpão na maioria das vezes de pau a pique, onde ficavam os cochos para armazenamento da mandioca ralada e cevada; as prensas nas quais era extraído o ácido cianídrico, tachos de cobre, peneiras e fornos, onde, sobre fogo controlado, a farinha era torrada. O trabalho de descascar, ralar e cevar a mandioca em geral cabia às mulheres. Depois, a polpa era prensada e a prensa era movida por tração animal ou pela força dos escravos.” (Cesco, 2010, 458)

Em resumo, como determinantes endógenos da formação brasileira que contribuíram para estagnação econômica do litoral catarinense, temos:

- o comportamento das burocracias civil e militar;
- a estrutura jurídica fundiária, da sucessão de terras;
- o comportamento dos comerciantes;
- a estrutura política (dependente da Metrópole, inicialmente)

Mesmo em uma região em que a propriedade da terra era desconcentrada em pequenas propriedades, a riqueza reproduzia o modelo colonial concentrador. E aos pequenos produtores restava a participação com a comercialização de pequeno excedente, como em outras regiões da Colônia.

Em suma a economia do litoral catarinense exercia papel secundário, na economia brasileira do século XIX e início do Século XX. Nem sequer havia investimento nas unidades produtoras de farinha de mandioca, no que diz respeito à inovação tecnológica. (PENNA, 2005)

A seguir citamos uma síntese elaborada por Pereira a partir do trabalho de Bastos⁴⁵ acerca da pequena produção mercantil em Santa Catarina:

Num universo populacional formado por pequenos produtores independentes – agricultores e pescadores – havia uma diversificada produção cujo excedente era comercializado. A policultura fornecia excedentes alimentares tais como café, arroz, milho, feijão, melado, etc. além de diversos pescados. Mas o maior destaque ficava com a farinha de mandioca cuja exportação foi a atividade mais rentável no século XVIII, alcançando os mercados do Rio de Janeiro, Salvador, Buenos Aires e Montevideú. Entre os pescadores, abria-se a oportunidade de nos meses da safra baleeira, comporem a força de trabalho no interior das grandes manufaturas trabalhando como remeiros, timoneiros e arpoadores, o que traduziu-se num acúmulo de riquezas que

⁴⁵ BASTOS, J. M. Urbanização comércio e pequena produção mercantil na ilha de Santa Catarina. In: SANTOS, M. A. dos (org.) **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

favoreceu a sua transformação em senhores de escravos.

Os entraves ao desenvolvimento da pequena produção mercantil açoriana estão relacionados a um conjunto de fatores, entre os quais cita-se o papel concentrador dos comerciantes e aristocratizante dos capitais mercantis; o artesanato açoriano que com sua excessiva diversificação não permitia a especialização do artesão num único ofício e, conseqüentemente, não possuía o vigor indispensável para dar o impulso necessário ao surgimento de unidades industriais, tal como aconteceu nas colônias de imigração. Há que se lembrar também dos elementos característicos da formação sócio-espacial açoriana próprios de relações pré-capitalistas: a fragmentação excessiva dos pequenos lotes por herança, a redução da mão-de-obra produtiva provocada pelo recrutamento dos açorianos para as milícias, o esgotamento do solo arenoso, bem como o espírito de camaradagem existente entre agricultores, pescadores e artesãos, mentalidade tipicamente pré-capitalista.” (BASTOS apud PEREIRA, 2003, p.106-107)

Ademais, foram, antes de tudo, os determinantes da superestrutura, inerentes ao período de colonização, decisivos à pobreza que caracterizava o litoral catarinense no início do século XX.

Como resultado, os desdobramentos da economia colonial do litoral catarinense desembocaram em uma economia de subsistência, com alguma diferenciação social entre os produtores.

Entre os pequenos proprietários, pescadores e agricultores, exerciam seus ofícios com o trabalho distribuído no seio familiar. Na costa catarinense a economia de subsistência caracterizou-se pela formação de um complexo rural, no qual se desenvolviam a produção das necessidades básicas de toda população litorânea.

2 – TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA ECONÔMICO-SOCIAL DE GAROPABA NO SÉCULO XX

Localizada na Costa catarinense, a área do atual município de Garopaba apresenta as mesmas características de ocupação e desenvolvimento socioeconômico relatadas no capítulo anterior. Possui em seu território uma Armação Baleeira e teve suas terras ocupadas pela pequena produção agrícola e pesqueira de base familiar, com predomínio na economia local de um complexo rural.

Houve também especialização produtiva em propriedades médias e grandes destinadas a produção de farinha de mandioca com emprego de mão-de-obra escrava.

Neste capítulo dissertamos sobre as características da organização econômico-social do município de Garopaba ao longo do século XX.

A aproximação à área de estudo esteve imersa em uma série de dificuldades tanto para a escolha de metodologia adequada quanto para sua realização.

Ao buscarmos dados estatísticos da economia local encontramos a primeira dificuldade. O primeiro empecilho foi por Santa Catarina não possuir uma base de dados específica que agrupe dados estatísticos. Outra dificuldade foi o fato de Garopaba ter se constituído como município apenas em 1960, por esse motivo os dados anteriores agrupavam-se a outras comunidades, sendo possível extrair apenas um panorama geral.

Utilizamos também a metodologia de pesquisa baseada na oralidade, extraindo da memória dos entrevistados um percurso da história local.

Escolhemos em três comunidades do município, pessoas para serem entrevistadas. A idade dos moradores e a referencia para a comunidade foi determinante para a escolha. Também entrevistamos o senhor Manoel Valentim, um professor de história que desde a década de 1950, sintetiza informações da história do município. Ao realizarmos as entrevistas utilizamos o tipo semi-estruturado e aberto, no qual elaboramos um roteiro de questões e pontos a serem tratados, chamando a atenção para eles ao longo do diálogo.

Outras fontes de dados foram publicações de estudos realizados no município que dialogam com nosso objetivo de pesquisa. Destacamos dois livros que contam a história do município e dissertações de mestrado que tratam da agricultura, da pesca, do convívio entre os moradores e os que migraram para o município entre outros. Os materiais nos forneceram elementos para compreendermos o

processo que conduziu as transformações na economia e sociedade local.

Os resultados dessas leituras, entrevistas e análise de dados estatísticos encontrados são apresentados neste capítulo com o objetivo de destacar as transformações ocorridas na segunda metade do século XX, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980.

2.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Garopaba está situado no litoral Centro-Sul de Santa Catarina (mesorregião⁴⁶ Sul Catarinense), com a sede na latitude 28°02'30'' e em longitude 48°61'30''. Os limites do território são: ao sul o município de Imbituba, ao norte e ao oeste o município de Paulo Lopes e, ao leste o Oceano Atlântico.

Segundo a delimitação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o município compõe a microrregião de Tubarão. Situa-se em seu limite noroeste e no limite sudeste da microrregião de Florianópolis. Estando a mesma distância aproximada de Tubarão e de Florianópolis (90 km desta – partindo da sede via SC 434 - e 88 km de Tubarão), Garopaba recebe influência de ambas às cidades centrais.

A área total do município é de aproximadamente, 108,1 Km² com predomínio do Bioma da Mata Atlântica. Sua superfície é aproximadamente 60% montanhosa, suas planícies se caracterizam pela formação de banhados (áreas de pântanos e manguezais), dunas e lagunas, e sua costa é composta por enseadas recortadas.

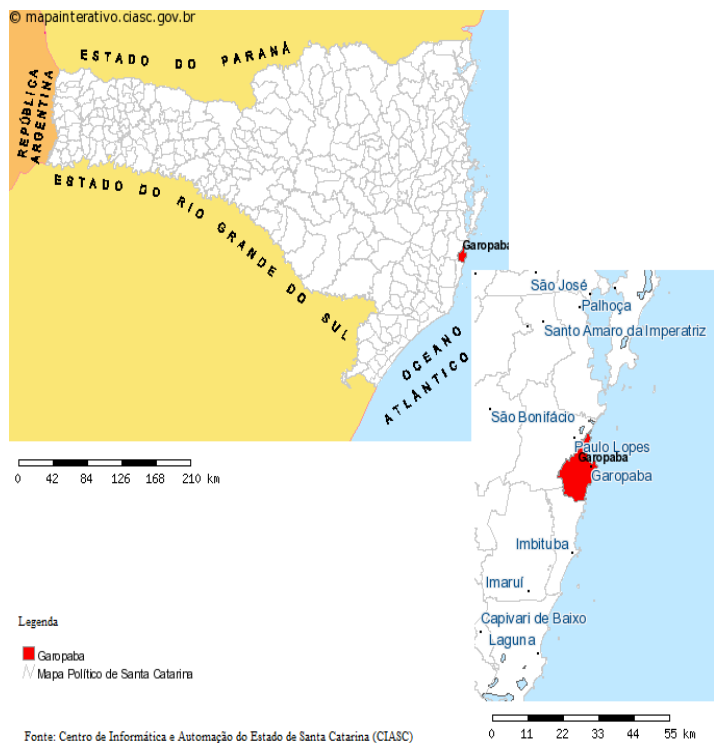
A costa do município tem cerca de vinte quilômetros com oito praias caracterizadas, em sua maioria, pela presença de constantes ondulações e belas paisagens.

Tais feições naturais constituem um meio físico propício a visitação para banhos e prática de esportes aquáticos. A presença de duas lagunas e de pequenas lagoas com suas barras junto ao mar, de dunas e cachoeiras, agregam atrativos à paisagem, e proporcionam a possibilidade de banhos em água doce ou salobra em suas respectivas praias⁴⁷.

⁴⁶ Delimitação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

⁴⁷ Cabe notarmos que o território municipal está inserido na Área de Proteção Permanente (APA) da Baleia Franca, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável gerida pelo Instituto Chico Mendes (ICMbio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), que foi regulamentada no ano 2000. A Unidade é responsável por “[...] regular as atividades humanas com a finalidade

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo



A população municipal é de aproximadamente 18.138 habitantes (IBGE, 2010), sendo 84,46 % de habitantes da zona urbana, é uma pequena cidade com elevada taxa de urbanização.

Ocorre que, a característica de sua urbanização configurou uma organização do espaço onde as áreas de zona rural e urbana se

de preservar o equilíbrio de ecossistemas vitais para o ciclo reprodutivo de espécies migratórias, como a baleia franca, além de proteger importantes áreas terrestres com costões rochosos, dunas, banhados e lagoas. [...]” (APA, 2009, p.3) Abrange uma área de 130 km na costa catarinense, a qual inclui toda a faixa litorânea de Garopaba. Encontra-se em fase de elaboração o Plano de Manejo da APA Baleia Franca, que estabelecerá critérios de zoneamento e manejo que se sobreporão às legislações municipais (a APA é composta nove municípios do litoral central e sul catarinense). (SCHERER, M., C. FERREIRA; J. MUDAT; S. CATANEO, 2006)

confundem, havendo, por conseguinte, uma confluência entre o rural e o urbano que resultou numa cidade na qual as relações deste com aquele, levaram a sobreposição urbana (Côrrea, 2011).

O núcleo central concentra a oferta de empregos e serviços, entretanto, o baixo dinamismo da economia local ao longo do ano, acarreta na busca por postos de trabalho em outros municípios, como a Grande Florianópolis ou Tubarão (trataremos desta questão mais adiante).

As áreas próximas das praias, anteriormente ocupadas predominantemente por pescadores, sofreram uma ressignificação conseqüente da exploração de sua paisagem ou de seus atributos naturais, para banhos ou práticas desportivas. Ambas as atividades foram determinantes para o desenvolvimento do turismo de veraneio em Garopaba. Desse modo, o espaço que era designado para a produção artesanal de pescados é hoje também utilizado para outros fins.

A dotação de infra-estrutura para receber os turistas alterou a organização do espaço, por meio da construção de hotéis, pousadas, restaurantes e segundas residenciais próximas às praias. A rigor, tais alterações exerceram, e exercem, pressão imobiliária nos antigos proprietários, pescadores em sua maioria, para a venda de suas propriedades⁴⁸.

Ademais, a atividade pesqueira foi diretamente prejudicada, sendo expressivamente reduzida como atividade complementar à renda (FILARDI, 2007), do mesmo modo que a agricultura (SANTIN, 2005). Não apenas o turismo ou a pressão imobiliária explicam a decadência da pequena produção pesqueira e agrícola, mas também fatores externos como a modernização da produção, por exemplo.

Em substituição ao binômio pesca artesanal-agricultura familiar (LINS, 2002) herdados da colonização açoriana, o turismo de veraneio, ou turismo de massa, emergiu como principal ramo de atividade na economia do município. A delimitação do setor inclui a prestação de diversos serviços como transporte, hospedagem e alimentação, e a diversificação do comércio para atender aos turistas. Ademais a construção civil acompanha o crescimento do setor possibilitando o aporte da infra-estrutura necessária.

⁴⁸ A este respeito a análise da legislação municipal de zoneamento urbano e bom como de seu plano diretor, ilustra os destinos das zonas, definindo os espaços para moradia, e da construção de residências de veraneio, destinada a um público de alta renda (GAROPABA, 1987, 2010, 2010b, 2010c)

Os efeitos do desenvolvimento do turismo proporcionaram a dinamização da economia local, a qual recebeu inicialmente investimento nos setores da indústria têxtil e de equipamentos para a prática de esportes no mar, e posteriormente na indústria de construção civil, madeireira e moveleira.

Até meados da década de 1970 a divisão social do trabalho na localidade estava calcada na divisão familiar do trabalho, hoje, a exploração da força de trabalho é presente em de várias maneiras, com elevado nível de terceirização da produção industrial, contratação de trabalhadores temporários a baixos salários, migração sazonal para atender a demanda por trabalhadores na temporada de veraneio e formas “rentistas” de acumulação de capital.

2.2 – O MUNICÍPIO DE GAROPABA: RESGATE HISTÓRICO

Nas seções anteriores oferecemos caracterizações da organização econômico-social local a partir do geral, ou seja, da formação econômica social brasileira e das especificidades do litoral catarinense. Nesta seção abordaremos a internalização das questões anteriormente tratadas na escala local, abordando especificidades do caso de Garopaba/SC.

Seguindo o procedimento anteriormente realizado tratamos da ocupação do território a partir do domínio português do qual resulta a sociedade local.

Recordemos que a primeira fase de ocupação do litoral catarinense deu-se pela colonização efetuada por vicentistas⁴⁹, e que esta resultou numa ocupação esparsa e de baixíssimo dinamismo econômico.

Contudo, havia um processo de reprodução da população que acarretava na expansão das áreas ocupadas. Deste processo resultou o início da ocupação (não ameríndia) nas terras do atual município de Garopaba.

Em 1729, João de Magalhães⁵⁰, requisitou sesmaria na área em questão. O senhor Magalhães era então residente da vila de Laguna. (VALENTIM, 2007)

⁴⁹ Final do século XVII.

⁵⁰ Consta que João de Magalhães era esposo de Ana Brito (sobrenome do fundador de Laguna) e exercia atividade política em Laguna. Podemos concluir, então, que as primeiras iniciativas colonizadoras referentes ao hoje município de Garopaba têm origem vicentista.

Como no restante da costa catarinense, não houve alterações relevantes a partir desta ocupação, havendo maior dinamismo com o intento da segunda etapa da colonização do litoral catarinense, no século XVIII. O espaço, hoje referente à Garopaba, recebeu imigração de açorianos e madeirenses, foi repartido em pequenas propriedades destinadas a produção agrícola e teve a instalação de uma Armação Baleeira.

A Armação de São Joaquim de Garopaba foi inaugurada em 1795⁵¹, já na transição da concessão privada para a administração estatal. Portanto, quando instalada, a atividade estava em decadência.⁵²

Localizada na Enseada de Garopaba, a atividade da Armação esteve sob a administração da Coroa, Fazenda Real até o ano de 1816, quando foi vendida a Antônio Mendes de Carvalho e, em 1837, vendida a Antônio Claudino e Manoel Francisco de Souza Cordeiro.

O baixo rendimento do negócio, em crescente decadência no mercado internacional, levou à suspensão da atividade em 1951. (VALENTIM, 2007) Embora a última baleia tenha sido capturada em 1971, até essa data o óleo era processado no município vizinho, Imbituba.

Percebemos que o exercício da atividade de extração do óleo de baleia insere-se no período de gestão pela Coroa. Recordemos que ao tratarmos das Armações Catarinenses no capítulo anterior, esse foi um momento de dificuldades para a atividade. A gestão ineficiente realizada pela Coroa rebatia na remuneração aos trabalhos exercidos, a qual atrasava, podendo ser realizada em espécie, como o pagamento com escravos (SILVA, 1992).

Subentende-se, pois, que o processo de diferenciação social resultante do emprego remunerado nas Armações tenha ocorrido como resultado da posse de escravos, que foram empregados na lavoura.

O entorno da Armação agregava outras atividades como Armazém, Botica, Igreja e cemitério, constituindo um núcleo para toda a

⁵¹ O Sargento-Mor Manoel Marques Guimarães foi o primeiro administrador da Armação de São Joaquim, motivo que o identifica como o fundador de Garopaba (embora o território político tardasse em ser constituído).

⁵² “[...] Embora fundadas outras armações, como por exemplo, a de Garopaba, em 1796, ao sul da Ilha de Santa Catarina, com um prolongamento em Imbituba, mais ao sul ainda, apesar disso, a pesca foi diminuta e as vantagens reduzidas. É que o mamífero se ia tornando escasso nos mares do Brasil [...]” (ELLIS, 1957, p. 456)

população do entorno. Nesse período, o território da Armação pertencia à Freguesia de Enseada do Brito.

Há registro de que a Armação de Garopaba tinha 73 escravos no trabalho durante a safra (ELLIS, 1973), o que demonstra a importância do trabalho escravo para o desenvolvimento da atividade. Nem todos esses escravos pertenciam diretamente a Armação, sendo uma parte de outras Armações, e outra parcela alugados⁵³.

Silva (1992) assinalou o processo de diferenciação social resultante do exercício de trabalho remunerado nas Armações e do aluguel de cativos as mesmas.

No que diz respeito ao trabalho remunerado na Armação de Garopaba, Ellis (1973) chama a atenção para o recrutamento entre as populações litorâneas de “[...] ínfimo nível de vida [...]” (p. 320), ao qual não se dispunham facilmente devido ao elevado risco para a vida e a baixa remuneração, no início do século XIX.

Com relação à posse de escravos, Penna (2005) destaca que correspondiam às famílias mais abastadas, produtores de farinha de mandioca, donos de propriedades maiores. Ou seja, na estratificação social do litoral correspondia a classe de aristocratas. Portanto, a diferenciação social relativa ao aluguel de escravos à Armação, correspondia à maior concentração da renda e riqueza na localidade em questão.

A presença de comunidades Quilombolas, originadas da população regional, pode ilustrar o peso do trabalho escravo em sua produção.

Nas proximidades da Lagoa de Garopaba, atual bairro da Encantada, o senhor Domingos Martins, é mencionado como proprietário de muitos escravos e grande produtor de farinha de mandioca⁵⁴.

A senhora Maria Silva (entrevista realizada 25 de janeiro de 2013) relatou a vinda de seu bisavô, quando criança em um navio negreiro para trabalhar como escravo na lavoura de mandioca do Senhor

⁵³ “[...] somente em 1816 foram destinadas 17 baleias e 102 escravos, como forma de pagamento à baleeiros, além de 33 escravos, fornecidos através de aluguéis às Armações de Piedade, Lagoinha e Garopaba por 31 proprietários, cujos ganhos variavam entre 3\$840 a 36\$500 réis por “peça” alugada.” (SILVA, 1999, p.63)

⁵⁴ Entrevistados: Valentim (14 de novembro de 2012) e Hercílio Zanelatto (06 de janeiro de 2013).

Domingos Martins, muito provavelmente seu traslado ocorreu após a extinção do tráfico negroiro.

Conforme o restante do litoral catarinense, com a decadência da produção do óleo de baleia a atividade agrícola e pesqueira predominava em Garopaba no final do século XIX e início do século XX. Entre os produtores pequenos predominava o trabalho familiar sustentado sob as bases econômicas do complexo rural, com comercialização de algum excedente.

Havia produtores especializados com predomínio da produção de farinha de mandioca (SANTIN, 2005) e emprego de mão-de-obra escrava. Silva (1999) destaca a presença de unidades fazendeiras em Garopaba, organizadas da seguinte maneira:

Seus produções eram diversificadas – café, arroz, milho, farinha de mandioca, etc. -, sendo que a mão-de-obra utilizada, era escrava, originária do período colonial, além de negros de ganho, tanto de proprietários particulares como os ociosos nas armações, alugados pelo Estado Provincial. (p. 64)

A especialização na produção de farinha de mandioca marcou a produção de Garopaba para o abastecimento do mercado nacional em meados do século XIX (Idem) - que, como vimos, foi um período de expansão da exportação deste produto, em virtude da Guerra do Paraguai, primeiramente, e do crescimento da lavoura cafeeira, posteriormente.

A abolição da escravatura deu-se, sobretudo, pela aquisição de cartas de alforria por fundos de emancipação, anteriormente a 1888. Em Garopaba parte dessa população concentrou-se em Quilombos, como o Quilombo da Aldeia, onde foram ocupadas terras devolutas, ou permaneceram nas propriedades trabalhando em regime de servidão. (CARVALHO, 2011)

A prática da produção por arrendamento foi bastante realizada desde o século XIX, até meados do século XX, conforme Silva (1999) a produção era dividida pela terça, cabendo ao trabalhador a terça parte da mesma.

No início do século XX, a integração dos pequenos produtores a grande lavoura local dava-se por meio de diferentes formas de remuneração, a saber: pagamento em dinheiro, por meia ou terça parte da produção (arrendamento), segundo acordo pré-estabelecido.

(BITENCOURT, 2003) Dava-se pelo arrendamento das terras ou do engenho, porém sem denotar a dependência com relação ao proprietário. A remuneração em dinheiro dava-se por meio de colaboração direta, muitas vezes junto aos familiares.

Tomemos o exemplo da família do senhor Manoel Valentim relatado em entrevista. A propriedade, originalmente de seu avô, fora partilhada entre dez filhos. A parte que coube a sua família era insuficiente para proporcionar-lhes o alimento necessário a sua subsistência. Desse modo, a opção pelo trabalho em outras propriedades foi inevitável. O trabalho era exercido por meio do plantio em terras arrendadas e da produção da farinha no engenho do proprietário, sua família recebia a terça parte da produção de farinha.

Reproduzindo a estrutura social brasileira, reproduzia também a econômica, na qual, a posição de fornecedora de alimentos de baixo valor de mercado conduziu Garopaba a uma vila de pescadores envolvidos numa economia de subsistência até a segunda metade do século XX. O interior ocupado pelos produtores familiares e latifundiários, não diferia, caracterizando-se pela pobreza da população, salvo as exceções dos maiores proprietários.

No início do século XX, a situação não havia se alterado substancialmente, sendo Garopaba uma vila de pescadores, com o interior ocupado pela produção agrícola, destinada a cultivos variados, como banana, feijão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca.

A atividade pesqueira era desenvolvida nos rios, lagoas e no mar, e o excedente comercializado ou trocado, sendo suficiente para a manutenção familiar ou subsistência (SILVA, 1999). A zona costeira era ocupada pela população de pescadores, havendo roça para o consumo familiar. Ranchos de pesca nas orlas das enseadas serviam de abrigo para as embarcações e mesmo dos pescadores, em períodos de maior produção, como no caso da pesca artesanal da tainha nos meses de inverno.

A produção era trocada com os produtores rurais ou comercializada via comércio de cabotagem.

As encostas dos morros e as planícies destinavam-se a produção agrícola e a pecuária, com emprego de mão-de-obra familiar. Relatos da colaboração entre famílias no trabalho da roça são frequentes, por meio da realização de mutirões (SANTIN, 2005).

A senhora Maria Silva relatou a importância dos puxirões para a produção de farinha de mandioca destinada ao sustento familiar, segundo ela após o trabalho nas roças as famílias se reuniam nos engenhos para trabalharem no processamento da farinha.

Havia propriedades mais prósperas nas quais era empregada a força de trabalho remunerada, na produção da lavoura e da farinha de mandioca. (VALENTIM, 2007)

O sistema produtivo, como em todo litoral catarinense, era o primitivo de rotação de terras, onde há um rápido esgotamento do solo e a demanda de expansão da área de cultivo para permitir a rotação de terras acaba por levar a uma queda produtividade do solo. (WAIBEL, 1988) Combinado a este fator, a divisão das propriedades em lotes menores configurava outro entrave a expansão agrícola.

Todos aqueles entraves a expansão econômica das famílias se manifestavam na escala local. No final do século XIX e início do século XX o desgaste do solo, a fragmentação do terreno, a expropriação do excedente compunham fatores que operavam como determinantes a condição de pobreza local.

Notamos que o espaço estava organizado segundo as atividades produtivas exercidas, sendo o interior e encostas ocupados por agricultores, e as zonas praianas pelos pescadores. Em torno da Armação Baleeira havia ocupação de maior densidade pela localização dos pescadores, trabalhadores da empresa e dos seguimentos administrativos localizados na vila de São Joaquim de Garopaba. Desse modo, em Garopaba, notamos um prolongamento no início do século XX, da organização do território determinada pelas características naturais. Neste período a velocidade dos fluxos econômicos era lenta, vagaroso era o tempo de internalização de mudanças, impulsionadas por reformulações políticas e econômicas, a partir de 1930, e pelos incrementos técnicos ao território delas resultantes.

Para pensarmos em uma divisão territorial do trabalho, na escala local, temos que considerar o fato de ser determinada por condições naturais, necessárias ao desenvolvimento das atividades produtivas, a saber, a costa marítima, para a pesca, e as encostas dos morros e planícies, para a lavoura.

A relação capital-trabalho variava entre os pequenos proprietários, os arrendatários e os grandes proprietários. Uma vez que a posse de meios de produção permitia a existência enquanto produtores e pescadores, determinando a identificação social.

A comercialização dos produtos agrícolas era efetuada por meio do comércio de cabotagem, presente em toda a costa brasileira. Da baía de Garopaba saíam em direção ao porto de Desterro, na Ilha de Santa Catarina, e do porto fluvial de Araçatuba, no rio D'Una até Laguna (VALENTIM, 2007), canoas com o pescado, produtos agrícolas, produtos extraídos da mata nativa e a farinha de mandioca.

Vimos o fortalecimento da classe de comerciantes em Desterro, os quais articulavam o escoamento da produção local com o abastecimento desde gêneros de primeira necessidade, como o sal, até artigos de luxo.

Existia um fluxo de comerciantes pela costa que trocavam os produtos agrícolas por manufaturados, notadamente o sal, e o querosene, desde o século XIX.

2.3 – REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL: IMPULSOS E CONSEQUÊNCIAS NA ESCALA LOCAL

Denominamos impulsos os diferentes condicionantes sociais e econômicos que no processo de transição da economia pré-capitalista brasileira para o capitalismo afetaram a dinâmica local.

No que tange ao espaço geográfico, as diferentes feições do território afetam o tempo de difusão de mudanças a partir dos centros mais dinâmicos do país. Ou seja, da passagem do período com determinação das feições naturais à organização do território, para um período onde a natureza transformada pela técnica transformava o meio natural em meio técnico (SANTOS; SILVEIRA, 2008) numa relação de sobreposição do homem à natureza, houve maior intensidade na integração nacional decorrente da transformação em direção a um meio técnico-científico (Idem), culminando em incrementos tecnológicos com os quais é a tecnologia que determina a organização do território. Uma feição própria do capitalismo contemporâneo.

No decorrer desse processo foi necessária uma reestruturação da divisão social do trabalho, para constituir uma sociedade de classes a qual sustenta o modo de produção capitalista.

Ou seja, o que é peculiar ao capitalismo é a formação de uma classe que vive da venda de sua força de trabalho, tendo nesta expropriação a fonte de subsistência.

A distribuição do trabalho na sociedade, juntamente com a propriedade dos meios de produção, caracterizam a divisão social do trabalho. Em meio a diferentes formas de organização social, inteiramente relacionada ao modo de produção⁵⁵ vigente, existem formas peculiares de divisão social do trabalho. No concreto, representa

⁵⁵ Ao definir modo de produção, Dobb afirma ser a “maneira pela qual se definia a propriedade dos meios de produção e as relações sociais entre os homens, que resultavam de suas ligações como processo de produção”. (1986, p. 7)

a forma de produzir e reproduzir a vida humana, segundo as especificidades de cada sociedade.

A análise da divisão social do trabalho nos permite compreender as diferentes formas de expressão da relação homem-natureza ou sociedade-espaco que estão expressas na realização do trabalho.

Partimos do entendimento da cidade como “[...] uma totalidade menor, dependente, ao mesmo tempo, de uma lógica local, de uma lógica nacional e de uma lógica mundial [...]” (SANTOS, 2009, p. 14) pra delimitarmos a escala de análise. Por esse motivo a escala local é central em nossa pesquisa, ao delimitarmos a escala local a entendemos como parte do território nacional e em constante interação com os fluxos nacionais e ou internacionais.

Há que se considerar, também, as especificidades locais, decisivas ao tempo de internalização e espacialização das alterações que ocorrem na formação econômico-social. Os diferenciais resultantes do tempo de interiorização ou espacialização, definem diferenciais regionais.

Pois bem, o processo de industrialização do Brasil alterou, com diferenciais temporais, as relações sociais em nossa área de estudo, como em todo o território nacional.

Vimos que a partir da renovação da aliança de poder nacional, a partir de 1930 houve a aceleração dos investimentos em infraestrutura por parte do Estado, para dinamizar os fluxos de circulação no país e viabilizar a integração do território nacional. A medida que a industrialização se materializava ia se modificando as feições do território, no qual passou a imperar os aparatos técnicos e, tecnológicos em detrimento da natureza.

Até a década de 1940 havia um estímulo a urbanização fraco e restrito aos centros mais dinâmicos, sendo que a urbanização possuía relação direta com a centralidade administrativa, como é o caso de Florianópolis.

Após 1940, a indústria e sua localização passou a exercer atração da população aos centros urbanos, com destaque na região sul para Porto Alegre e o vale do Itajaí.

A urbanização se acelerou por meio do êxodo rural para os centros industriais, e o campo, transformou-se por meio da capitalização e especialização produtiva.

O processo de proletarianização dos pequenos produtores esteve vinculado aos limites à expansão da produção agrícola devido ao sistema produtivo empregado e à divisão dos lotes entre os familiares. Segundo Silva (2011) “[...] este processo atuou certamente em volume

crescente com o passar dos anos, como um importante fator das migrações campo-cidade pelo menos até a década de 1950 [...]” (p. 63) Posteriormente, os incrementos técnicos na produção agrícola em outras regiões contribuíram para o declínio da produção local, e conseqüentemente, para a proletarianização dos pequenos proprietários. Em aspectos diferentes o mesmo ocorreu com a pesca, tendo o desenvolvimento das técnicas de pesca e do processamento industrial do pescado, alterado em duas vias a produção artesanal. Por um lado reduziu o pescado na costa, e de outro passava a empregar os pescadores, proletarianizando-os. (SILVA, 1999)

Na terceira etapa de nossa periodização vimos como lógica econômica espalhou-se pelo território nacional, em diferentes estágios, segundo o tempo de internalização das relações sociais pertinentes ao capitalismo industrial, combinado com as especificidades de cada região, ou localidade, imprimindo assim *mudanças moleculares* no território nacional.

A lógica econômica descrita contém uma reestruturação da divisão social do trabalho, que pôs em cheque toda uma experiência de distribuição do trabalho acumulada. Em meio à transição lenta e gradual brasileira, já havia o trabalho escravo perdido lugar na economia, ao emergirem as idéias do liberalismo econômico, que embasaram o movimento abolicionista. Já aqueles pequenos produtores agrícolas imersos numa economia de subsistência com uma divisão familiar do trabalho, representaram a população potencial para a composição da classe de trabalhadores (urbanos e assalariados). Como parte desse processo ambíguo de ruptura e continuidade, a divisão social do trabalho nacional sofreu alteração, por meio do assalariamento dos trabalhadores, o qual representa a expropriação do trabalho humano na venda da força de trabalho.

O Estado nacional desenvolvimentista, desde a década de 1930, implantou no território nacional soluções técnicas para apoiar o processo de substituição de importação. A integração nacional desencadeada com o aporte de infraestrutura de rodagem compunha um programa de investimentos para estimular com condições técnicas o processo de substituição de importação (sem deixar de lado à política fiscal, monetária e financeira, voltada as novas relações sociais emergentes – inclusive o incremento do consumo). O espaço, ou meio geográfico, ao ser remodelado:

[...] é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que

necessitasse novo meio geográfico para sua realização. A informação em todas as suas formas é o motor fundamental do processo social e o território é também equipado para facilitar a sua circulação. (SANTOS, 2009, p.38)

A Aliança Liberal levou ao poder, em Santa Catarina, um representante do latifúndio de Lages (na região Serrana de Santa Catarina), comprometido com o pacto de poder estabelecido e com o ideal de Estado desenvolvimentista. Nereu Ramos assumiu o governo estadual em 1935, e efetuou medidas de estímulo à indústria investindo nos setores de energia, transporte (rodoviário e portuário), entre outros. (MAMIGONIAN, 2011)

Entre 1933 e 1937 foi construída a primeira estrada de rodagem federal que interligava o país, a qual margeava o município de Garopaba a oeste, no traçado da atual BR 101.

No mesmo período o Plano Rodoviário Estadual, levou a cabo, de 1937 a 1941, no caminho de boi que ligava a vila de Garopaba a comunidade de Araçatuba, situada às margens do rio D'Una, a construção da estrada de rodagem estadual (SC 434) e a ligação, ao norte entre Paulo Lopes e o morro do Siriú, chegando até a vila central.

Ambas representaram emprego para a população local, melhoria para o escoamento da produção (comerciantes buscavam de caminhão os produtos) e integração regional.

Na terceira fase das transformações do território nacional, vimos um aprofundamento da industrialização brasileira. A expansão industrial demandou maiores investimentos em infraestrutura de transporte, para permitir a melhor circulação⁵⁶ das mercadorias, matéria-prima e trabalhadores.

[...] O capital monopolista supõe, dentro e fora da cidade, a utilização de recursos maciços. De um lado, é preciso dotar as cidades de infra-estruturas custosas, indispensáveis ao processo produtivo e à interna dos agentes e dos produtos. De outro, para

⁵⁶ Para Marx (2011b) existe uma identidade entre produção, circulação, consumo e troca. Desse modo, uma expansão da produção comporta a expansão do consumo, circulação e troca. O consumo refere-se ao bem produzido, mas não somente, nele estão incluídos matéria-prima, equipamentos e trabalho humano (mão de obra), demanda a expansão da classe de trabalhadores e dos consumidores. O mesmo ocorre com a circulação e com a troca.

atingir o mercado nacional, é exigida uma rede de transportes que assegure a circulação externa. Esse processo é concomitante ao de centralização de recursos públicos em mãos do governo federal, que os utiliza em função de suas próprias opções. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.113)

A cidade capitalista caracteriza-se pela presença de meios de consumo coletivo e pelo modo específico de reprodução capitalista (capital e trabalho). A concentração dos meios de reprodução responde pelo crescimento das cidades, e a oferta de infra-estrutura, meios de consumo coletivo, é parte necessária da continuidade da acumulação capitalista⁵⁷ (LOJKINE, 1979).

A conformação de mercado para o consumo de massa correspondente a produção da grande indústria, relaciona-se, em tese, a trabalhadores melhor remunerados e a solidificação de direitos trabalhistas que visam à manutenção e recomposição da força de trabalho.

Foi na quarta fase, iniciada na década de 1970, quando o meio técnico-científico e informacional, passou a ser determinante à organização do espaço, que maiores efeitos se fizeram sentir no espaço local.

A alteração da velocidade dos fluxos de circulação contribuiu para a difusão das relações sociais capitalistas. Desse modo, “[...] quando já existe um capitalismo maduro, é que vamos testemunhar a possibilidade de uma difusão da modernização não só presente quanto os capitais, como quanto às tecnologias e às formas de organização.” (SANTOS, 2009, p. 39)

Em 1971 foi concluída a pavimentação da BR 101, a facilitação do acesso ao litoral catarinense, permitiu a exploração do turismo costeiro em suas enseadas, setor que desencadeou a reestruturação da

⁵⁷ [...] Aquilo que vai caracterizar duplamente a cidade capitalista é a concentração crescente a cidade capitalista é: a) concentração crescente dos “meios de consumo coletivos” que vão pouco a pouco, criar um modo de vida, necessidades sociais novas – o que se pôde chamar de “civilização urbana”; o modo de aglomeração específico do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que vai se tornar uma condição cada vez mais determinante do desenvolvimento econômico. (LOJKINE, 1979, p. 18)

economia litorânea. (BASTOS, 2011; CAMPOS, 2010; PEREIRA, 2011)

Vimos que o capitalismo internacional passou a partir de então por processos de reformulação visando a maximização da acumulação capitalista. Nesse ínterim o setor terciário elevou sua participação na economia e as formas de organização do trabalho na indústria e nos outros setores se dinamizaram o que permitiu a expansão da indústria em outros termos.

Desdobramentos das questões acima listadas imprimiram transformações na organização social de Garopaba. Listamos a seguir pontos gerais que serão abordadas na próxima seção:

- O crescimento urbano elevou a demanda por alimentos, o que caracterizou um mercado favorável para a farinha de mandioca local no início do século XX.
- A força de atração do emprego industrial, particularmente nas áreas em industrialização do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, combinada com os limites à expansão da produção agrícola familiar na localidade, caracterizam impulsos para a expropriação da população local.
- A integração pelo modal rodoviário favoreceu a migração pendular para o trabalho em outras localidades, mantendo a residência em Garopaba, o escoamento da produção local e a atração para o turismo local.

2.4 – ASPECTOS GERAIS DA REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO LOCAL

Nesta seção abordamos aspectos que conformam as alterações na organização econômico-social de Garopaba, originadas dos condicionantes acima descritos.

Primeiramente apresentaremos um histórico da delimitação do território municipal. Para, posteriormente tratarmos de questões relativas ao espaço geográfico e a sociedade local.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram referidos no início do primeiro capítulo.

2.4.1 – Demarcação do território municipal: idas e vindas da emancipação política do município

Até este ponto apresentamos questões relativas à estrutura econômica e social do litoral catarinense, sem estabelecer conexões

entre essas categorias e a condução da política, bem como o aparato jurídico que lhes fornece suporte. A seguir pontuaremos aspectos da estrutura política e jurídica local.

Ao ser instalada a Armação de São Joaquim de Garopaba em 1795, o território local pertencia à Freguesia da Enseada do Brito, com sede ao norte de Garopaba. Para exercer o cargo de administrador da Armação foi nomeado o então administrador da Freguesia, o Sargento-Mor Manoel Marques Guimarães. Portanto, a gestão do território local estava vinculada à atividade produtiva do óleo de baleia.

Com a decadência da economia baleeira, ficou a economia local isolada, politicamente, da estrutura regional. Organizados, os habitantes da localidade, com o apoio do pároco, Padre Vicente dos Santos Cordeiros, solicitaram ao presidente da província o título de Freguesia, bem como a estrutura administrativa necessária para sua organização. Foram contemplados com criação da Freguesia em 1830⁵⁸, juntamente com um Distrito Policial. Mas somente em 1846 a Freguesia foi efetivada, e as construções necessárias para a condução dos trabalhos administrativos concluída. (BESEN, 1980)

A Freguesia teria contribuído para o aprimoramento das relações comerciais possibilitando assim destino ao excedente agrícola. Foi, em 1851, demarcado o limite territorial da Freguesia de Garopaba⁵⁹, tendo nova demarcação em 1869. (VALENTIM, 2007)

Após a criação da Freguesia (descrita no próximo item) foram instaladas casas comerciais, as quais funcionavam como intermediárias nas trocas, oferecendo no local o que anteriormente tinha que ser buscado em Desterro ou Laguna (ou esperar a chegada de um comerciante).

Em 1889, por intermédio do Padre Rafael Faro, os habitantes do lugar enviaram solicitação à República para a elevação da Freguesia a município⁶⁰, e, em 1890 foi desmembrada do município de São José a e

⁵⁸ Após a Independência de Portugal.

⁵⁹ Nesse período estavam os vales catarinenses sendo ocupados pela colonização européia. Esse motivo torna importante a demarcação de limites territoriais, para fins de controle fiscal e administrativos. Configura mais um exercício daquela estratégia territorialista e de controle da população herdados dos portugueses, como recurso da política nacional e da província, para solução dos conflitos com os indígenas presentes habitantes dos vales.

⁶⁰ Novamente a Igreja Católica intermediou as questões políticas locais. Em 1864 assumiu a paróquia o padre italiano Rafael Faraco, homem dinâmico e

elevada a município, com dois distritos policiais, o de Paulo Lopes e o de Garopaba, e ficou estabelecido um Conselho de Intendência.

Em 1923 deixou de ser município passando a compor a Comarca de Laguna. A justificativa para o fato está na baixa arrecadação local, insuficiente para manter estrutura administrativa, o fato ocorreu em meio a uma reforma administrativa em Santa Catarina, não tendo ocorrido apenas em Garopaba. (LOPES, 1940)

Em relatório estatístico de 1920 há registro de uma população de 10.700 (dada a organização política estão computados os dados de Paulo Lopes e Garopaba). Em um dado discriminado de 1930, consta a presença de 3.121 habitantes (com 593 casas) e a ausência de estradas de rodagem, com o predomínio do transporte pela via fluvial, que ligava Garopaba à Laguna, por meio do rio D'Una, a cavalo até Paulo Lopes e a integração pela orla marítima. (LOPES, 1940, p.75)

Somente em 1961 Garopaba retornou a condição de município, em meio à corrente de mudanças estruturais vivenciadas pelo país. Houve uma reforma administrativa no estado, e a pressão de um grupo político, ligado aos maiores proprietários rurais, para a emancipação.

Os primeiros prefeitos estavam diretamente ligados a esse grupo. Posteriormente novos atores passaram a fazer parte política local. Destaquemos que a posição política esteve sempre ligada aos partidos da ordem. Segundo Valentim (2007) sempre houve a preocupação de aproximação com deputados estaduais e federais, assim como senadores, por meio de alianças políticas, contudo nunca houve uma representação oriunda do município para os cargos referidos.

A emancipação política figura como um indicativo de mudanças, por demandar infraestrutura e, em tese, por centralizar o atendimento das demandas locais.

Duas ações dos primeiros prefeitos do município possuem relação direta com a pesquisa: a implementação de um loteamento na área central, Lei nº 33 de 14 de junho de 1964, e a autorização de investimentos para propagandas de Garopaba, expressa na Lei nº 129, de 6 de junho de 1969, nos principais veículos de comunicação do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com o objetivo de incrementar o turismo (VALENTIM, 2007). Tais ações indicam o direcionamento político dado para incentivar transformações na organização econômico-social local, com destaque para as questões geográficas.

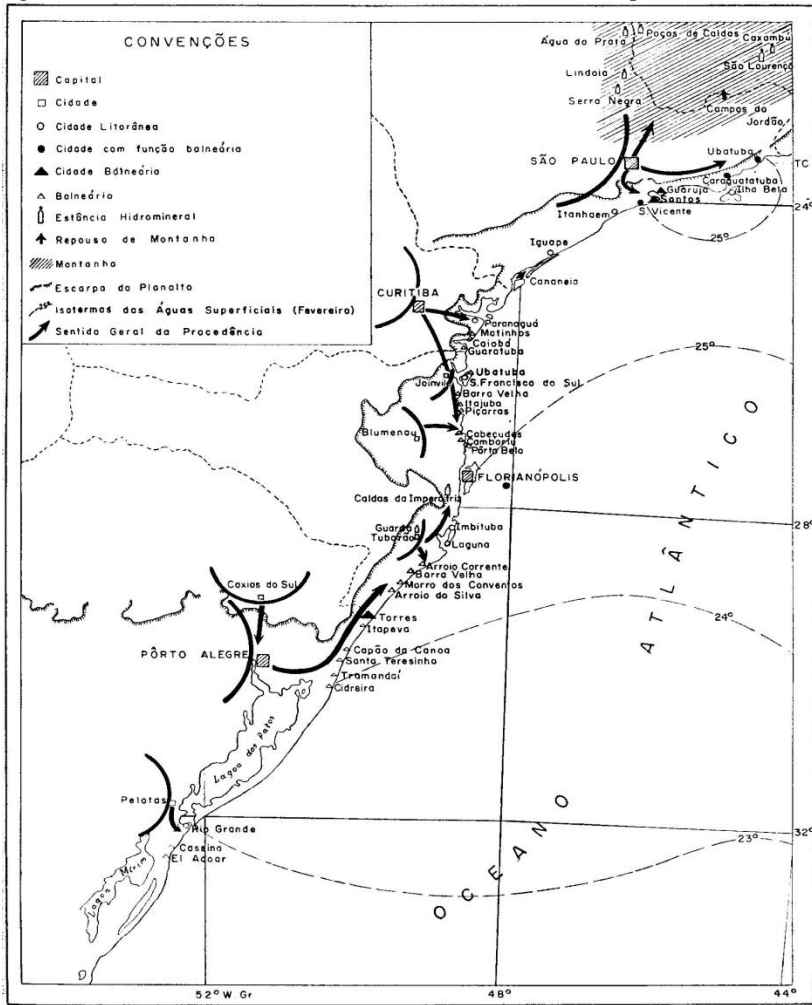
atuante que, com seu trabalho, deu um impulso à vila dos pescadores, obtendo, graças a seu esforço, a condição de município para Garopaba, fato ocorrido no dia 6 de março de 1890. (ERNANDORENA, 2003, 156)

No loteamento estava prevista a construção da sede do município, prefeitura municipal, de uma praça central e de um novo edifício para a Igreja Matriz católica. Obviamente, o resultado foi o deslocamento do centro da antiga vila no entorno da armação baleeira para a nova área, uma notável reorganização do espaço local. Acrescenta-se o fato de que nos contratos de compra e venda de terrenos do loteamento havia uma cláusula contratual que obrigava a construção em um ano. Atualmente, o comércio local está centralizado na rua principal do referido loteamento, a qual está interligada a SC 434, e termina na Enseada de Garopaba.

Já a divulgação do município, ou de seus atributos naturais, estava atrelada a política estadual do então governador Ivo Silveira (1966-1971), que investia na propaganda da costa catarinense como incentivo ao desenvolvimento do turismo.

A figura 2 ilustra a origem e direção dos fluxos e visitantes no litoral catarinense no período. Situada entre Imbituba e Florianópolis, Garopaba recebia visitantes do Rio Grande do Sul, com destaque para a Grande Porto Alegre.

Figura 2 – Localidades de veraneio no Brasil meridional (Esquemático).



Organizado por CARLOS AUGUSTO F. MONTEIRO

Escala



Desenhado por COAIR SILVA

Fig. 70

Fonte: CATALDO, D. M. (Org.) **Geografia do Brasil**: grande Região Sul. Vol. IV, Tomo 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. In: Pereira, 2003, p. 119.

2.4.2 – Efeitos da reestruturação do território brasileiro em Garopaba (SC)

As mudanças estruturais aceleradas no Brasil a partir da década de 1930, que renovaram a organização produtiva nacional por meio da industrialização, chegaram ao litoral sul catarinense em um compasso mais lento, e, em Garopaba, com maior significado, a partir da década de 1970, em meio ao exercício de um projeto de integração nacional.

Nossa análise concentra-se na terceira fase de organização do território brasileiro, na qual as feições técnicas e científicas passaram a se sobrepor às naturais no que tange a organização do espaço geográfico, imprimindo uma dinâmica de fluxo populacional, produtivo e financeiro, mais acelerada.

Na escala da grande região, Rio Grande do Sul e Santa Catarina possuíam já na década de 1950, importante parque industrial. Inclusive a microrregião de Tubarão, por meio do desenvolvimento da indústria do carvão, foi responsável desde a década de 1930, por boa fatia do mercado nacional deste produto, sendo uma atividade que contribuiu para a efetivação de vários centros industriais do sul catarinense (MAMIGONIAN, 2011). No entanto, no litoral, o processo de industrialização produziu efeitos diferenciados.

Vimos que a economia local se articulava após a decadência da produção de óleo de baleia, em torno de um complexo rural, com a predominância de pequenos produtores familiares com agricultura de baixa escala e a pesca artesanal, combinado com a presença de latifúndios destinados a produção de farinha de mandioca.

As transformações nacionais influenciaram o desenvolvimento de modificações estruturais, como veremos a seguir.

Para ilustrarmos o processo de modificação, detalharemos os apontamentos destacados no final da seção 2.1.

a. Elevação da demanda por alimentos

O crescimento da urbanização brasileira no início do século XX influenciou a produção agrícola em todo país, seja pela atração (ou expulsão do campo) dos trabalhadores rurais, que migraram massivamente às zonas urbanas centrais, seja pelo aumento da demanda por alimentos, o que passou a delimitar claramente a divisão territorial do trabalho na relação campo-cidade, o primeiro como fornecedor de alimentos e, o segundo como uma zona de consumo de alimentos.

Com o uma mudança advento da urbanização no padrão alimentar da população urbana foi acompanhado pela modernização do campo. Tendências essas, não acompanhadas pela economia local.

Por volta da segunda metade do século XX, muitas mudanças ocorreram nas comunidades pesqueiras situadas no litoral catarinense [...] em muitas dessas comunidades, estava ocorrendo, em 1966, um abandono das atividades agrícolas e criando-se uma maior dependência nas atividades pesqueiras. Além disso, estava ocorrendo uma intensificação da comercialização de pescados, especialmente através de atravessadores, devido a um aumento do consumo nos centros próximos e à melhoria e/ou pavimentação das estradas locais [...] (SEIXAS, 2011, p. 9)

A industrialização atingiu a produção de alimentos, como exemplo, a produção de pescado passou a ser processada em unidades industrial produtoras de conservas de pescados (enlatados) estabelecidas no Rio Grande do Sul, Santos e Rio de Janeiro. Inicialmente, essa indústria se abastecia da produção autônoma da costa catarinense, contudo, estruturou-se para realizar a pesca oferecendo emprego aos pescadores da costa. (SILVA, 1999)

Em 1930 foram registrados 215 engenhos (dados não discriminados – engenhos de farinha de mandioca ou milho, açúcar e cachaça, e agregados para os atuais municípios de Paulo Lopes e de Garopaba) em relatório estatístico da produção do distrito. (LOPES, 1940).

Valentim (2007) realizou um levantamento em 1961 dos engenhos locais, tendo auferido os seguintes números:

- Engenhos de açúcar: 86.
- Alambiques: 20.
- Engenhos de farinha de mandioca: 286 (sendo 277 engenhos movidos a boi, 8 engenhos movidos a água e 1 engenho movido a motor)

Notamos que de 1930 a 1961 houve um crescimento do número de unidades produtoras. Ao entrevistarmos o senhor Valentim, questionamos acerca da causa deste aumento, segundo ele, após a segunda guerra mundial houve um aumento da produção de farinha de mandioca, que tinha um bom preço, tendo ocasionado o aumento das

unidades. Nesse período houve significativo crescimento das áreas urbanas.

A senhora Natália Souza⁶¹ relatou que no período se produzia muito, mas que com o tempo não se vendia tanto e a produção era para o sustento, não sendo possível reservar riquezas, ou seja, não produziu efeitos de acumulação de capital ou melhoria nas condições de vida da população.

Portanto, mesmo com o impulso da demanda nos centros urbanos, não foi a produção agrícola que impulsionou mudanças internas, e tampouco essa teve continuidade na economia local, exceto como complemento da alimentação e da renda. Em Garopaba a produção de valores de uso predominou entre os agricultores familiares.

A influência da Revolução Verde, que modernizou a forma de produzir alimentos a partir da década de 1970, compôs novo fator limitante à agricultura, juntamente com os supracitados.

Na pesca não foi diferente. A modernização da captura do pescado, pelo desenvolvimento da pesca industrial, em alto mar, além de ser de difícil acesso, dado o aporte de recursos necessários para entrar na atividade, teve dois outros efeitos sobre a continuidade da pesca artesanal: a redução do pescado junto da costa e a migração para o emprego assalariado nas embarcações pesqueiras. Entre os pescadores, muitas dificuldades econômicas se passaram a partir desse período, dadas as dificuldades de realização da pesca artesanal. Atualmente a pesca artesanal representa uma atividade complementar da alimentação e da renda das famílias, e até um esforço para a manutenção da tradição pesqueira (FILARDI, 2007)

Assim também, a produção de farinha de mandioca foi comprometida:

O cultivo da mandioca ainda se mantém, porém basicamente em mãos dos produtores mais antigos, com o objetivo de produzir farinha para auto-consumo e comercialização ocasional. Os produtores de farinha aspiram dar continuidade a este cultivo na região, argumentando que ‘... os nossos fornecedores são todos maiores de 60 anos; daqui uns anos não vamos mais ter fornecedores’ (A. da R., agricultor e farinheiro, Garopaba). Preocupam-se, portanto, com o êxodo de jovens do meio rural, atraídos pelas opções de

⁶¹ Entrevista realizada em 23 de outubro de 2012.

emprego sazonal nos centros urbanos. (SANTIN, 2005, p. 81)

As transformações locais que relataremos no capítulo seguinte lograram o cultivo de mandioca e a produção de farinha, juntamente com a pesca artesanal, o papel de elementos da cultura popular do litoral catarinense, além de atividades complementares a renda e a alimentação dos habitantes locais. (PACHECO, 2010)

Concluimos, pois, que os limites a expansão da produção local agrícola e pesqueira, descritos na seção anterior, ao impossibilitarem o direcionamento da produção de alimentos voltados para o mercado, ou a continuidade da subsistência em meio ao complexo rural, colaboraram para a transformação dos pequenos proprietários do litoral, em trabalhadores assalariados. Ou seja, as dificuldades para produzir os alimentos, seja na pesca ou na agricultura, deixaram como única alternativa aos pequenos proprietários a proletarização.

b. Oportunidades de trabalho e emprego, um estímulo à migração dos habitantes locais⁶²

A constatação da existência de um fluxo migratório em direção as áreas industrializadas, ocorreu a partir das entrevistas realizadas e da menção do fenômeno nos textos referentes à área de estudo.

A combinação dos limites à expansão da produção inerentes a organização econômico-social do litoral catarinense, e de Garopaba, com o dinamismo econômico das áreas em industrialização exerceu uma pressão para a emigração da população local.

As áreas industrializadas exerciam atração a população local, tanto de agricultores quanto de pescadores (SILVA, 1999), tendo ocorrido migração predominantemente direcionada às áreas industrializadas do vale do Itajaí, região carbonífera de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Nas décadas de 50 e 60, muitos jovens do local, quando atingiam 20 anos de idade, buscavam trabalho em outras regiões, por falta de oportunidades de trabalho dentro das comunidade

⁶² Parte das informações aqui apresentadas resulta da experiência como agente de desenvolvimento local exercida nas comunidades locais em 2011. Nas reuniões com as mulheres das comunidades, era por elas relatada a história do lugar. Percebemos que era recorrente o relato de familiares que deixaram o município para trabalhar nas indústrias.

[...] a vida nas comunidades naquela época era considerada muito sacrificada [...] A maioria das casas era muito precária. Algumas feitas de pau-a-pique e cobertas de palha. Fogão era só a lenha, e colchão era feito de macela ou pluma. (SEIXAS, 2011, p. 11)

A autora refere-se às comunidades do entorno da Lagoa de Ibiraquera situada entre os municípios de Garopaba e de Imbituba. Esse trecho ilustra as condições de pobreza em que vivia a população local.

A produção de carvão teve influência mais direta pela proximidade, a exemplo da atração exercida por Imbituba (município vizinho ao sul de Garopaba) a partir da instalação do Porto Privado e da usina de cerâmica. Nota-se na estrutura da indústria do carvão do sul catarinense o incremento técnico ao espaço característico da segunda fase, com a Construção do Porto de Imbituba (1922) e da Ferrovia Tereza Cristina (iniciada em 1884 e concluída em 1927), que ligava o porto de Imbituba às minas de carvão.

A atividade portuária acabou atraindo trabalhadores e comerciantes das cidades próximas. Alguns destes, interessados em investir no local, construíram armazéns e comercializavam a produção agrícola com os mercados do Rio de Janeiro [...] (RAIMUNDO, 2012, p.73)

Para Imbituba se dirigiu parte da população de Garopaba, atraídos pela oferta de trabalho no porto e na usina de cerâmica. Essa configurava uma oportunidade de trabalho assalariado nas proximidades do município.⁶³ Outros se dirigiram para as minas de carvão.

Com a descoberta do carvão e a prosperidade das colônias dos vales litorâneos de Santa Catarina “[...] o eixo de dinamismo local desloca-se do litoral para o interior [...]” (GOULART FILHO, 2013, p.161), exercendo atração aos agricultores e pescadores do litoral.

Como oportunidade de emprego no município, temos o exemplo da construção das rodovias estadual e federal que passavam por Garopaba.

⁶³ Neste período a circulação de pessoas e produção dava-se pelo mar, pelo Rio Duna, (no norte de Garopaba fazendo a ligação com Laguna) e por terra em caminhos de difícil transposição. As estradas foram implementadas na década de 1940.

Em 1937 foi instaurado o Plano Rodoviário Catarinense, que ao interligar por terra Florianópolis e Laguna, permitiu o acesso a Garopaba. Em 1944 foi o Plano Rodoviário Nacional que permitiu a integração de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul e ao Paraná, com o início da construção da BR101.

A senhora Natália Souza (de setenta e dois anos), moradora da comunidade do Ambrósio, relatou como o trabalho de seu pai na construção da rodovia estadual SC434, foi importante para sua família. Segundo ela a agricultura lhes proporcionava o necessário, e com a renda adquirida puderam fazer melhorias no engenho, adquirir animais e produtos das vendas.

A oportunidade de auferir rendimentos pela venda da força de trabalho desencadeou a abertura do complexo rural característico do local. Ao mesmo tempo reduziu a força de trabalho nas propriedades rurais e na atividade pesqueira. Conseqüentemente o excedente era menor, o que inviabilizava ainda mais a continuidade dessas atividades produtivas.

Para Porto Alegre e entorno foram muitos trabalhadores, filhos de agricultores e pescadores, para trabalhar em indústrias, no comércio e na construção civil⁶⁴.

Não encontramos dados agrupados acerca desse movimento migratório, contudo, segundo os entrevistados, não foi capaz de gerar um esvaziamento ou envelhecimento da população decorrente da saída dos mais jovens.

Veremos que a partir de 1970 há um movimento de atração direcionada à Garopaba, em função do desenvolvimento do turismo.

Percebemos que a reestruturação brasileira em meados do século XX imprimiu alterações, no seio da produção familiar.

⁶⁴ Alguns retornaram e investiram no município, como é o exemplo do senhor Jailson de Souza, que atualmente possui uma serraria no bairro do Ambrósio, e que em Porto Alegre trabalhou na construção civil.

Um exemplo pontual é o do senhor Renê Melo do Nascimento, filho de pescador e oriundo da comunidade do Macacú. Foi para Porto Alegre, juntamente com outros jovens de Garopaba, para trabalhar na rede de sorveterias Nevada, a convite de seu proprietário. Após aprender o ofício de sorveteiro, reservar uma poupança, e perceber o movimento de turistas durante o verão, investiu em uma sorveteria em Garopaba, em sociedade com seu irmão. Inaugurada na temporada de verão de 1978, a Gelomel, primeira sorveteria de Garopaba, é hoje uma rede de sorvetes artesanais de abrangência regional (SARAIVA, 2011, pp. 32-35)

As dificuldades da população local evidenciadas pelo “[...] empobrecimento social, para não se falar do estado de miséria e penúria a que estão submetidos [...]” (SILVA, 1999, p. 76), faziam do assalariamento uma alternativa para a manutenção da vida.

A alternativa da venda da força de trabalho significou entre os pequenos proprietários a dissolução do complexo rural, ao possibilitar a aquisição dos meios de subsistência fora do seio familiar.

A presença do consumo de bens industrializados também alterou a composição do complexo rural, uma vez que alterou a relação de consumo.

c. Oportunidades de trabalho e emprego, um estímulo à migração dos habitantes locais⁶⁵

Desde a colonização a navegação pela costa catarinense era a principal forma de integração costeira. Seja para fins comerciais ou para o transporte de pessoas. A integração pela costa era dificultada pelo relevo acidentado, que continha obstáculos de difícil transposição como o Morro dos Cavalos, situado no município de Palhoça e o do Siriú, em Garopaba. (GOULART FILHO, 2013)

Os investimentos no modal rodoviário a partir da década de 1930, bem como a priorização deste, a partir de 1950, ao integrarem a costa catarinense pela via terrestre contribuíram para a desarticulação do sistema de cabotagem.

A ele estava vinculada a burguesia comercial da Ilha de Santa Catarina, que como vimos, desde o Império concentrava poder político e econômico em Santa Catarina (PENNA, 2005).

A decadência do capital comercial da capital catarinense a partir da década de 1930 deveu-se, “[...] entre outras causas, pelo fato da logística das tradicionais casas de comércio ter permanecido até os anos 60 atrelados ao transporte de cabotagem e ter resistido às novas formas de organização que o setor demandava.” (BASTOS, 2011, p. 420) Não se pode descartar a emergência de uma burguesia industrial e comercial no vale do Itajaí e em Blumenau, que passou a exercer influência no poder político e econômico do estado. (Idem)

⁶⁵ Parte das informações aqui apresentadas resulta da experiência como agente de desenvolvimento local exercida nas comunidades locais em 2011. Nas reuniões com as mulheres das comunidades, era por elas relatada a história do lugar. Percebemos que era recorrente o relato de familiares que deixaram o município para trabalhar nas indústrias.

O acesso rodoviário, concluído na década de 1970, abriu caminho para a chegada de produtos industrializados e para o escoamento da produção local por terra, e contribuiu para pressionar o ritmo das rupturas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo em Garopaba.

O aporte de investimentos na circulação rodoviária, ao viabilizar o acesso às praias da costa catarinense, possibilitou a conformação de um atrativo mercado regional, o turismo de massa⁶⁶. Com efeito, num período de expansão do consumo de bens duráveis, notadamente de automóveis, na classe média, o acesso às praias e aos demais atributos da paisagem, colaborou para o desenvolvimento do turismo em larga escala.

2.5 - CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DE GAROPABA (SC)

Vimos que a partir de 1970 os incrementos técnicos e tecnológicos inculcidos no território nacional permitiram uma integração com aceleração do tempo de difusão das mudanças. (SANTOS; SILVEIRA, 2008)

Aquele processo lento e gradual de internalização das relações capitalistas de produção teve novo impulso dinamizador do território.

Como consequência, as transformações na economia nacional emanaram processos diversos de internalização das relações capitalistas de produção.

A combinação de diferentes fatores ligados a formação natural e a organização social local contribuíram para o ritmo das mudanças em Garopaba.

A reestruturação da divisão territorial do trabalho desencadeada pelo desenvolvimento industrial brasileiro, num primeiro momento, suprimiu a posição de Garopaba como fornecedora de alimentos, e fez emergir o turismo como principal atividade econômica.

Com a popularização do veraneio e a dinamização das atividades turísticas, os municípios da orla catarinense passaram a conhecer ritmos diferenciados de ocupação e crescimento, o que fez com que alguns deles se tornassem muito cedo centros de atração de fluxos de veranistas e

⁶⁶ O turismo costeiro mobiliza a maioria dos consumidores, por esse motivo podemos adotar a denominação turismo de massa, para tratarmos da atividade.

turistas, enquanto outros foram afetados só muito recentemente. [...] afirmando-se nacional e internacionalmente como rota de veraneio, tanto por sua geografia privilegiada quanto pela proximidade com os países do Cone Sul. (PEREIRA, 2003, p. 116)

O desenvolvimento do turismo de massa não seria possível caso não houvesse a economia nacional conformado uma classe média (trabalhadora) com capacidade de reservar divisas para consumir em lazer⁶⁷.

A beleza e a diversidade das paisagens do litoral catarinense contribuíram para o desenvolvimento da atividade. Somado a esse fator, a proximidade de importantes centros industriais brasileiros, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem como da Argentina, favoreceu, inicialmente, a visita dos turistas.

Nesse sentido, o aporte de infraestrutura rodoviária, que integrava as paisagens da costa catarinense aos centros industriais, foi elementar.

Vimos o decreto municipal de 1969 que visava divulgação nos meios de comunicação dos atributos naturais de Garopaba, em parceria com o governo estadual, como forma de atração de visitantes.

A recepção de uma juventude em busca de liberdade de expressão e maior contato com a natureza, que acampados nas praias e ranchos de pesca desfrutavam das belezas locais contribuiu para a divulgação das praias de Garopaba.

Outro episódio notório foi a estadia de um jornalista do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde*, ambos de Porto Alegre, que contribuiu para a propaganda, ao publicar relatos de sua viagem, em 1972. (BITENCOURT, 2003)

Em ambos os casos enaltecia-se a tranqüilidade e o caráter bucólico do modo de vida local, como uma alternativa para o descanso e a fuga das adversidades dos grandes centros.

A recepção dos visitantes, fossem jovens em busca de liberdade ou famílias a procura de tranquilidade e descanso, paulatinamente transformou o modo de vida da população de Garopaba, e imprimiu novos usos e significados ao espaço. “[...] Mudavam os olhares sobre os mesmos espaços, coisas velhas ganhavam novos sentidos e sentiam-se novas necessidades [...]” (ALVIM, 2014, p. 223)

⁶⁷ O lazer exercido no turismo de veraneio vincula-se as férias dos trabalhadores, sendo esta um meio de recomposição da força de trabalho dos indivíduos.

O turismo permitiu o desenvolvimento de novas atividades econômicas vinculadas ao setor, possibilitando o maior nível de assalariamento da população. Os novos usos do espaço produziram impacto sobre o valor das propriedades, sobretudo as próximas as praias. À medida que atraía maior número de visitantes, impulsionava um fluxo de fragmentação das propriedades direcionado, num primeiro momento para construção de segundas residências, e, posteriormente à reserva de valor (especulação imobiliária).

O processo de desenvolvimento das relações capitalistas desencadeou transformações que afetaram o modo de vida no território nacional, imprimindo ao espaço geográfico uma capaz de atender as necessidades da acumulação capitalista. Quando o espaço geográfico nacional recebeu maior fluidez, a partir da década de 1970, o processo de urbanização brasileira passou a se expandir pelo território, imprimindo novas dinâmicas ao espaço.

No município de Garopaba a atividade econômica que alavancou transformações substanciais no espaço geográfico foi o turismo, mas houve posteriormente o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como veremos no capítulo seguinte.

Na Tabela 1 apresentamos a evolução da população municipal a partir de 1970, com dados desagregados para população urbana e rural.

	1970	1980	1991	2000	2010
População Total	7.458	8.237	9.918	13.164	18.138
Urbana	1.851	2.922	5.178	10.722	15.320
Rural	5.607	5.315	4.740	2.442	2.818
Taxa de Urbanização	24,80%	35,50%	52,20%	81,40%	84,46%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Vemos que de 1970 a 1991 a população municipal teve um aumento pouco expressivo. Mas a taxa de urbanização passou de 24,80% para 52,20%, no mesmo período. Já no período de 1991 a 2010, a população total teve um aumento de 95,32%, passando de 9.918 habitantes, em 1991, para 18.138 habitantes, em 2010.

O crescimento da população não apenas refere-se à taxa de natalidade, mas também a um processo de migração espontânea ao

município. Segundo dados do Censo de 2010, a população residente nascida em outros países e outras regiões do Brasil era de 857 pessoas⁶⁸. Como os dados da região sul estão agrupados não pudemos extrair a população migrante nascida nesta região, da qual se originam a maior parcela dos moradores que migraram para o município.

Houve a inversão da população rural em relação à população urbana, a partir de 1991. A taxa de urbanização passou de 24,80%, em 1970, para 84,46% em 2010. Acompanhando, assim, a conjuntura nacional.

Na Tabela 1 podemos perceber um incremento da população rural de 376 pessoas, entre 2000 e 2010, fenômeno que pode ser explicado pela fragmentação dos terrenos rurais destinados a residência, e pela configuração de um panorama em que o campo passou a ser local de residência em detrimento da produção. (GUILARDI, 2012)

Com relação às alterações no espaço, a Tabela 2 apresenta dados da estrutura fundiária de Garopaba, do número de estabelecimento segundo o tamanho para os anos de 1975 e 1995.

Tabela 2 – Número de Estabelecimentos segundo tamanho em Garopaba/SC – 1975 e 1995

MENOS DE 10 ha		10 A MENOS DE 20 ha		20 A MENOS DE 30 ha		30 A MENOS DE 100 ha		100 A MENOS DE 500 ha		500 OU MAIS ha		TOTAL DE ESTAB.	
1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995
487	126	67	35	21	24	8	9	2	5	0	1	585	200

Fonte: IBGE. Elaborada pela autora.

Vemos que o número de propriedades com menos de 10 hectares predomina, tanto no ano de 1975 quanto em 1995. Houve, contudo, uma queda substancial no número de estabelecimentos, de 487 para 126, uma queda de 74,13% aproximadamente. Com origem na colonização, a parcela de pequenos estabelecimentos é predominante. Porém, a redução do número de estabelecimentos representa um indício do abandono da atividade agrícola, e da fragmentação dos lotes.

Os estabelecimentos entre 10 e 20 hectares, também relacionados às atividades de agricultura familiar, sofreram igualmente uma redução, caindo, em 1995, para menos da metade dos estabelecimentos de 1975.

⁶⁸ Ver dados no Anexo A.

Segundo SANTIN (2005) o parcelamento dos lotes para venda caracteriza o período de descenso da agricultura no município. As famílias vendem lotes de terra, predominantemente para pessoas oriundas de outros municípios (não necessariamente residentes em Garopaba) e, utilizam o dinheiro para investir em outras atividades, adquirir bens, como automóveis, ou sobreviver da renda dos recursos adquiridos.

Já os estabelecimentos com maior extensão de terra, tiveram um aumento no período. Os maiores aumentos estão entre os estabelecimentos entre 20 e 50 hectares, e entre 100 e 500 hectares, ambos com um acréscimo de três estabelecimentos.

Os estabelecimentos entre 50 e 100 hectares, tiveram o aumento de um estabelecimento. E, como novidades na estrutura fundiária municipal têm a presença de um estabelecimento acima de 500 hectares.

Tais dados expressam a elevação da concentração fundiária, num primeiro momento. E, como o número de agricultores que sobrevivem exclusivamente das atividades agrícolas e pecuárias, em 1995, somava treze proprietários de pequenos estabelecimentos (SANTIN, 2005), a presença de especulação imobiliária.

Em cidades litorâneas no processo de urbanização há uma tendência da presença de atividade especulativa sobre os imóveis, sobretudo em municípios onde o turismo de veraneio é explorado. (SABINO, 2007)

A baixa densidade demográfica, com alta oferta de terras a baixos valores, no início do desenvolvimento do turismo, combinado com o baixo nível de renda da população local, a qual, era proprietária dessas terras, caracterizaram terreno fértil para a especulação imobiliária e para a tendência de crescimento dos valores dos terrenos, atualmente com preços exorbitantes. De conclusivo temos que houve um reordenamento da propriedade da terra no município.

Reafirmamos que o desenvolvimento do turismo abriu caminho para a reestruturação econômica, social e do espaço no município. A manutenção de atividades diretamente ligadas ao turismo produziu um efeito multiplicador na economia local capaz de originar uma série de atividades industriais, como veremos no capítulo seguinte.

A indústria local emergiu em meio à ascensão de uma nova estrutura organizacional da grande indústria, pela qual foi diretamente influenciada.

Ao capitalismo nacional, os agricultores e pescadores do litoral catarinense, representavam na década de 1960, reserva de mão-de-obra. O desenvolvimento de novas condições de reprodução social e de

propriedade a partir da década de 1970 modificou o modo de vida da população local (PACHECO, 2010), os pequenos produtores e pescadores foram submetidos às relações capitalistas por meio da venda da força de trabalho. Espaços anteriormente destinados a produção, como as praias e lagoas, passaram a receber novos usos para o desenvolvimento de atividades de lazer (essas questões serão detalhadas no capítulo três).

Portanto, a divisão familiar do trabalho predominante na organização social local desde a colonização foi reestruturada, passando os pequenos produtores e pescadores a comporem a classe de trabalhadores brasileira.

Podemos dizer que desde a colonização aos dias atuais, na área em estudo, encontramos modos diversos de exploração do trabalho, ou uma divisão social que internalizou diferentes formas de propriedade. Na Armação Baleeira o trabalho cativo estava combinado com o exercício de trabalho remunerado; entre os pequenos proprietários, agricultores e pescadores têm a presença do trabalho familiar e do comunal, exercido nos mutirões de produção de farinha de mandioca, por exemplo; vinculado aos latifúndios produtores de farinha de mandioca, temos a produção em bases de servidão (remuneração por produto); e, atualmente o assalariamento, próprio do modo de produção capitalista, e uma pequena e média burguesia (como veremos a seguir).

Há um contínuo desabrochar nas relações sociais locais, percebendo-se a expressão da contínua mudança do ser social, ou seja, as diferenciações na divisão social do trabalho da formação econômico-social brasileira, desenhadas na escala local.

Na pequena produção o objetivo econômico era a produção de valores de uso, na produção capitalista, destina-se a produção de valores de troca, de mercadorias.

Em todo o processo acima descrito foram alteradas as relações de propriedade e de trabalho, isso significou modificações da relação capital-trabalho.

Na organização econômico-social local a sociedade passou a ser entrelaçada pela teia de relações próprias do modo de produção capitalista, onde aqueles que não detêm os meios de produção ofertam sua força de trabalho no mercado, produzindo mercadorias que não lhes pertencem.

[...] os sujeitos – reduzidos a trabalhadores – estão subordinados à dinâmica incontrolada do produto de sua própria atividade, de seu trabalho [...] o sentido

da produção é a quantidade, e, portanto seu crescimento ilimitado [...] o sentido da produção da riqueza está perdido para os sujeitos [...] a mercadoria [...] em lugar de objetivação da produtividade do trabalho social se apresenta como poder externo que submete o trabalhador e suga trabalho vivo. (DUAYER, 2011, p. 20)

Esse novo contexto da relação capital-trabalho é intangível, em meio ao processo social, ou seja, o estranhamento a que foram submetidos os trabalhadores refere-se ao não pertencimento do produto de seu trabalho, e ao mesmo tempo, a extração do mais valor exercida pelos detentores do capital sobre os trabalhadores.

3 – ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE GAROPABA (SC)

No capítulo um apresentamos o processo de evolução da formação econômico-social brasileira destacando os condicionantes que determinam a estrutura e superestrutura nacional; tratamos das especificidades da colonização do litoral catarinense e de seus desdobramentos na organização posterior da região. Por sua vez, esse desenho da história do litoral forneceu-nos subsídio para a compreensão do tempo de internalização das relações capitalistas em Garopaba. Vimos que somente quando o capitalismo brasileiro estava solidificado nos primeiros centros industriais, e o território suficientemente equipado e integrado para sustentar os fluxos de circulação da produção, as relações capitalistas se desenvolveram e solidificaram em Garopaba.

Como subsídio teórico para a construção da análise da atual organização econômico-social do município, apresentamos neste capítulo uma seção que trata da reestruturação das formas de acumulação capitalista nas décadas finais do século XX.

Ademais, apresentamos dados que demonstram como o capitalismo encontra-se desenvolvido em Garopaba. Destacamos os setores da economia local segundo sua importância no produto agregado, as atividades predominantes e a forma como estão organizadas.

Abordamos também, a organização do trabalho com enfoque no emprego no município e nas diferentes formas de arranjos produtivos que se desenvolveram.

Para tal, realizamos a coleta de dados secundários junto a instituições de pesquisa e ministérios da federação⁶⁹, e realizamos entrevistas em estabelecimentos comerciais, com funcionários e empresários, e industriais.

3.1 – REESTRUTURAÇÃO DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: APONTAMENTOS GERAIS

Nas últimas décadas do século XX ocorreram transformações na organização do capitalismo internacional com o objetivo de superação

⁶⁹ IBGE, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Prefeitura Municipal de Garopaba e SEBRAE-SC.

da crise estrutural por que passava. Para tal foi desenvolvido um novo regime de acumulação de capital, classificado por Harvey como *acumulação flexível* (1993).

O período anterior ocorreu, a expansão da grande indústria internacional (monopolista) sobre as bases do *fordismo*, do trabalho assalariado e do estado de bem-estar social. Contudo, os mecanismos utilizados para e financeira internacional; elevado nível de desemprego estrutural a reversão da crise estrutural, produziram conjunturas econômicas desfavoráveis (taxas de crescimento muito baixas; instabilidade econômica; desregulamentação dos vínculos empregatícios). (CHESNAIS, 1996)

O que se colocou foi uma reversão do aparato ideológico do modo de produção capitalista que sustentou os períodos de crescimento anteriores, sendo assim, os direcionamentos do estado de bem-estar social foram substituídos pelas recomendações neoliberais do Consenso de Washington. Ademais o desenvolvimento de novas formas de organização industrial, sintetizadas no *toyotismo*, permitiu modificação das relações com os trabalhadores assalariados e as organizações sindicais. (ALVES, 1999) Percebemos assim, como estava correto Marx (2011b) ao afirmar que “[...] toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, formas de governo ... [...]” (p. 43)

Nesse ínterim, emergiu a propaganda da globalização como:

[...] expressão das “forças de mercado” liberadas [...] dos entraves erguidos durante meio século. De resto, para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levados a cabo, que as empresa tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção sejam submetidos à valorização do capital privado. [...] (CHESNAIS, 1993, p. 25)

Ademais, o progresso técnico e tecnológico, passou a ser recomendado em todos os níveis, visando ampliação da estrutura informacional para redução de tempo de duração dos fluxos de informação, o que permite diferentes alocações para a produção industrial e o aproveitamento de novas formas de acumulação capitalista (formas “rentistas”).

No interior da grande indústria mutações organizacionais e de operações de valorização do capital, resultaram na mudança da [...] a

própria morfologia do capital industrial alterou seu modo de ser e (operar) diante da mundialização do capital. (ALVES, 1999)

As reformulações por que passou, permitiram o desenvolvimento de um novo padrão de racionalidade do processo de reprodução ampliada do capital, que em escala global comanda processos de flexibilização do trabalho e do trabalhador

Emergiram novas formas de relações estabelecidas entre as empresas (CHESNAIS, 1993). Por exemplo, a organização como *holding*, que expressa o fortalecimento das posições “rentistas” por parte do capital produtivo; o advento das empresas-rede que permitiu novas formas de investimento; e, a proliferação de acordos de subcontratação e de cooperação inter-empresas, inclusive entre parceiros de poder econômico desiguais.

Daí resulta os processos de terceirização da produção que contribuíram para solapar a estabilidade do emprego formal característica do período fordista e para a emergência de um ciclo de reprodução ampliada do capital-dinheiro ou capital-monetário (Idem)

A definição de terceirização parte da teorização de Alves (2011) segundo a qual é o modo específico de (des) organização de coletivos de trabalho caracterizada pela “[...] transferência para uma outra empresa de parte da produção da empresa-mãe, a qual busca concentrar sua produção em uma única e específica atividade, considerada o foco de atuação da empresa.” (p.409)

Em meio ao processo de reestruturação produtiva, a terceirização refere-se à reorganização da força de trabalho assalariado no espaço-tempo, como meio de maximizar a expropriação do mais valor, e, dificultar a organização coletiva dos trabalhadores para defesa de melhores condições de trabalho e renda, por exemplo, via dispersão da produção. Implica ela na precarização do trabalho e sobre a conformação da consciência de classe do trabalhador.

A terceirização é uma das inovações organizacionais mais importantes do capital nas últimas décadas, significando em si, a fragmentação de coletivos de trabalho visando a racionalização organizacional tendo em vista novas condições de concorrência capitalista num cenário de instabilidade da economia de mercado. [...] é movida de imediato pela redução de custos salariais [...] tendo em vista a recomposição das margens de lucro [...] um novo modo de acumulação capitalista [...] (Idem, p. 410-411)

Como meio de viabilizar a incorporação das inovações os capitalistas exerceram pressões sobre os estados nacionais focadas na desregulamentação dos fluxos financeiros, na liberalização das relações comerciais, ambos em nível internacional; na redução do Estado, por meio de terceirização de funções administrativas e de privatizações; na redefinição das leis trabalhistas; entre outros.

As diferentes formas de organização da produção permitiram uma redução dos postos de trabalho na indústria, estruturando as unidades produtivas para produções diversas, e os trabalhadores para o exercício de diferentes funções.

Por meio de diferentes mecanismos de terceirização, empresas maiores passaram a focar sua lucratividade em formas “rentistas” de reprodução ampliada do capital, e a transferir para as licenciadas as responsabilidades produtivas (as quais podem inclusive atuar na produção de mais de uma marca). A proliferação de formas autônomas de produção implicou em maior grau de exploração do trabalho humano, podendo conter a intensificação da jornada de trabalho, o trabalho familiar e, neste, a exploração do trabalho infantil.

Todavia “[...] as formas assumidas pela mundialização dos grupos industriais, dos grandes grupos de distribuição e do capital monetário exercem, de modo estrutural, um efeito depressivo sobre a acumulação. Esse efeito é global [...]” (CHESNAIS, 1996, p. 304) e, acrescentemos, infere sobre todas as esferas de acumulação e escalas de produção.

No setor de serviços, o comércio e as atividades relacionadas ao turismo foram diretamente afetados. No primeiro caso a relação com os fornecedores, caracterizada por diferentes níveis de terceirização, e com os trabalhadores, pela diversificação das formas de vínculo e dos tipos de remuneração (determinada pela produtividade). No segundo caso, houve a diversificação das formas de consumo do espaço, e um redirecionamento em direção a sua massificação, bem como, da expansão dos lugares e atividades direcionadas ao turismo. (BRANDÃO, 2009)

Também podemos notar um processo de mercantilização crescente que atinge diferentes serviços, como saúde e educação. A administração pública também foi influenciada, havendo diferentes formas de terceirização e contratação de serviços públicos.

Grosso modo, os aspectos acima apontados, delineiam um processo de reinvenção de formas anteriores de acumulação e expropriação do *mais-valor*, materializadas em formas mais complexas. No âmbito da relação capital-trabalho emerge uma “cooperação-

complexa” que minimiza a remuneração do trabalho, e mascara o fenômeno com mecanismos sofisticados de *fetichização*.

Para sintetizar utilizamos as palavras de Alves (2011) com esta longa citação:

Portanto, com a “cooperação complexa” da produção do capital instaura-se uma etapa histórica de intensa socialização da produção social e de agudização das contradições do sistema mundial do capital, em que a linha de demarcação entre as instâncias das inovações tecnológicas, organizacionais e sócio-metabólicas tende a tornar-se ainda mais tênue. Nesse caso, a ideia de produção do capital incorpora a totalidade social com os limites entre produção, circulação, distribuição e consumo tomando-se deveras sutis (nesse caso, as ideias de flexibilidade e integração explicitam, no plano linguístico, alterações materiais ocorridas na forma social da produção do capital). O capital, como categoria social abstrata, torna-se mais efetivo na sua forma de ser. Com a “cooperação complexa” ocorre o movimento de absolutização do capital. Nesse sentido, constitui-se a produção como totalidade social, em que a ideia de rede informacional, que está na empresa, mas também na escola e no lar, aparece como seu lastro tecnológico. As mutações sociomateriais do capitalismo global alteram as determinações categoriais do ser social. (p.416)

O autor destaca como a acumulação flexível contém meios de deixar mais agudas as contradições do modo de produção, não somente entre os capitalistas e os trabalhadores, mas também, no plano internacional, nas diferenças entre nações ricas e nações pobres.

A separação que antes demarcava a identidade produção - circulação - consumo - troca foi refeita de modo sutil permitindo a atuação da reprodução ampliada do capital em novas esferas e escalas. Desse modo a produção tornou-se a “totalidade social”, e, a própria determinação do ser social foi adensada com novas categorias, estas mais complexas.

3.2 – REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO EM GAROPABA: ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DOS SETORES DA ECONOMIA LOCAL

No capítulo dois concluímos que a economia de Garopaba passou por um processo de transformação no final do século XX. Contudo, as informações apresentadas fornecem uma vaga idéia de como se encontra estruturada a economia municipal. A análise de dados estatísticos nos fornecerá um panorama da atualidade.

Iniciaremos a análise apresentando os dados do Produto Interno Bruto (PIB), um agregado macro. Ele ilustra a produção como um corpo social, composto por uma totalidade de ramos de produção (MARX, 2011b). Posteriormente, trataremos das atividades econômicas desempenhadas no município, construindo um panorama da distribuição da produção local, segundo suas particularidades.

3.2.1 - Produto Interno Bruto Municipal de Garopaba (SC): caracterização dos setores

O PIB corresponde à renda gerada nas atividades econômicas desenvolvidas no município, por meio de sua decomposição, podemos compreender como está distribuída a produção de Garopaba em cada setor.

Trabalhamos com a série anual de 1999 a 2011, com base nos dados disponibilizados pelo IBGE, para valores nominais. As informações coletadas estão reunidas na Tabela 3, a seguir.

Desde 1999 até 2011, o peso dos impostos e da agropecuária (incluindo-se a pesca) são os menores valores do PIB. Contudo os impostos superaram a agropecuária a partir de 2001. O fato de o setor agropecuário ter tido o menor crescimento explica-se pelo exposto no capítulo anterior, acerca da desarticulação da produção agropecuária. Já o crescimento do dinamismo da economia municipal elevou a arrecadação (cresceu 5,96 vezes no período e a agricultura, 2,98 vezes).

TABELA 3 – Evolução do PIB Municipal (1999-2011) por setores da economia

Ano	Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes R\$	Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes R\$	Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes R\$	Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes R\$	PIB a preços correntes R\$
1999	3.483,00	5.990,00	32.934,00	3.631,00	46.037,00
2000	4.064,00	8.986,00	36.238,00	3.899,00	53.177,00
2001	4.644,00	10.349,00	44.173,00	5.699,00	64.865,00
2002	5.016,00	12.717,00	48.071,00	5.916,00	71.720,00
2003	6.360,00	18.855,00	56.940,00	8.900,00	91.055,00
2004	7.190,00	26.715,00	64.660,00	11.512,00	110.077,00
2005	7.599,00	29.344,00	77.726,00	12.078,00	126.747,00
2006	9.383,00	39.215,00	90.373,00	12.001,00	150.973,00
2007	9.144,00	35.589,00	95.326,00	12.371,00	152.431,00
2008	9.148,00	39.463,00	104.873,00	13.440,00	166.924,00
2009	10.771,00	41.349,00	129.142,00	16.604,00	197.866,00
2010	11.510,00	40.815,00	151.532,00	18.811,00	222.667,00
2011	10.395,00	46.917,00	172.289,00	21.673,00	251.274,00

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo. Elaborada pela autora.

Os dados demonstram a importância do setor de serviços na economia local, o qual, desde 1999, contribuiu com o maior valor na composição do PIB. Em 1999, quando o PIB era de R\$ 46.037,00, o setor de serviços respondia por R\$ 32.934,00, enquanto que a indústria por R\$ 5.990,00; já em 2011, os serviços agregaram R\$ 172.289,00 e indústria R\$ 46.917,00, de um total de R\$ 251.274,00.

No entanto, no período a participação da indústria aumentou 7,82 vezes, e a do setor de serviços aproximadamente, 5,23 vezes (O PIB aumentou 5,46 vezes).

A Tabela 4 contém os percentuais relativos do PIB no período, agrupados por setores, a exemplo da Tabela 3.

As atividades agropecuárias perderam espaço na economia local passando de uma participação de 7,57%, em 1999, para 4,14%, em 2011. A indústria teve um crescimento até o ano de 2006, passou de 13,01% em 1999, para 25,97%, em 2006, e caiu para 18,67% em 2011. Como o valor agregado da Indústria aumentou de 2006 a 2011, como vimos na Tabela 3, temos que foi sua participação relativa que caiu, em detrimento do aumento relativo de outros setores, notadamente o de

serviços. Este se manteve entre 60 e 71% do PIB, na série selecionada, estando abaixo desse patamar, apenas nos anos de 2004 e 2006⁷⁰.

TABELA 4 - Percentual relativo do PIB municipal por setores (IBGE)

Ano	Percentual Relativo da Val. Adic. Bruto Agropecuária (%)	Percentual Relativo da Val. Adic. Bruto Indústria (%)	Percentual Relativo da Val. Adic. Bruto Serviços (%)	Percentual Relativo Impostos sobre produtos (%)
1999	7,57	13,01	71,54	7,89
2000	7,64	16,90	68,15	7,33
2001	7,16	15,95	68,10	8,79
2002	6,99	17,73	67,03	8,25
2003	6,98	20,71	62,53	9,77
2004	6,53	24,27	58,74	10,46
2005	6,00	23,15	61,32	9,53
2006	6,22	25,97	59,86	7,95
2007	6,00	23,35	62,54	8,12
2008	5,48	23,64	62,83	8,05
2009	5,44	20,90	65,27	8,39
2010	5,17	18,33	68,05	8,45
2011	4,14	18,67	68,57	8,63

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo. Elaborada pela autora.

Portanto, a reestruturação da economia de Garopaba a partir do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, resultou numa economia fortemente estruturada no setor de serviços, mas com algum desenvolvimento industrial.

O Gráfico 1 ilustra a trajetória do PIB nos anos aqui tratados.

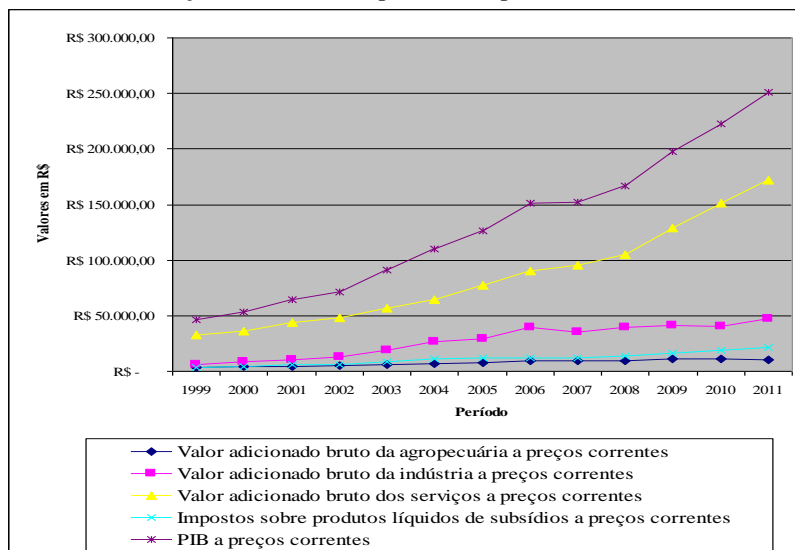
A partir da apreciação da inclinação das curvas percebemos que até 2006 Indústria e Serviços cresciam numa curva ascendente, contudo, a partir deste ano, a Indústria passou por uma trajetória descendente, estabilizando em 2010, quando teve pequena inclinação para cima. Já o setor de serviços teve forte queda angular de sua curva entre 2006 e 2007, mas voltou a crescer daí em diante. Obviamente, as oscilações em qualquer direção, resultam de alterações na dinâmica econômica nacional e internacional.

Os efeitos da sobrevalorização do câmbio real brasileiro em 2005 se fizeram sentir com maior intensidade na indústria local. Verificamos que o peso dos insumos importados prejudicou o desempenho, ocasionado um déficit na balança comercial do município. Segundo os

⁷⁰ A queda pode ser decorrente do efeito da sobrevalorização do câmbio brasileiro de 2005 a 2009, e da crise da Argentina em 2006.

dados do Anexo 2, entre 2006 e 2008 o valor das importações subiu aproximadamente 88%, enquanto as exportações industriais mantiveram-se estáveis. Portanto, a elevação dos custos de produção prejudicou o desempenho da indústria no período⁷¹.

Gráfico 1 – Evolução do PIB Municipal em Garopaba/SC(1999-2011)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo. Elaborada pela autora.

O baixo desempenho da indústria se verificou na economia brasileira como um todo, sob o efeito do câmbio valorizado e do elevado patamar da taxa de juros.

Da análise do PIB municipal constatamos que os setores de maior peso são indústria e serviços, que juntos representaram 87,24%. A decomposição desses setores é importante para compreendermos o posicionamento do município na divisão territorial do trabalho e a distribuição do emprego em Garopaba.

⁷¹Mamigonian (2011) salientou os prejuízos à indústria têxtil catarinense da sobrevalorização cambial.

3.2.2 - Composição das atividades econômicas desenvolvidas no município de Garopaba (SC)

A emancipação política definitiva de Garopaba ocorreu em 1961, por esse motivo somente encontramos dados referentes a atividades econômicas em Garopaba a partir de 1966.

Antes disso, encontramos em anuários estatísticos informações agrupadas, contendo dados conjuntos de Garopaba e de Paulo Lopes.

O Senhor Manoel Valentim realizou uma pesquisa em oito comunidades no ano de 1961, para registrar as atividades econômicas de Garopaba. No livro *História de Garopaba* (2007), o autor publicou as informações coletadas. Esta fonte registrou a presença de duas lojas de fazenda e armarinho; quatro marcenarias; quatro serrarias; oitenta e seis engenhos de açúcar; dezenove *vendas* de secos e molhados; oito engenhos de farinha de mandioca, movidos à água; 297 engenhos de farinha de mandioca, movidos a boi; um engenho de farinha de mandioca, movido a motor e uma salga de pescado.

Notadamente, atividades vinculadas ao modo de vida do pequeno produtor agrícola e pescador artesanal, articuladas a conjuntura do litoral catarinense na data em questão.

Desde 1967 há registros de empresas de Garopaba no Cadastro Nacional de Empresas (CNE), disponíveis para análise no IBGE. Outra fonte de pesquisa utilizada foi o arquivo dos registros de empresas da Secretaria Municipal da Fazenda de Garopaba, no ano de 2013.

A Tabela 5 fornece os números de empresas em atividade segundo o ano de fundação, do CNE. Os dados estão agrupados em séries de dez anos até 1990, de cinco anos até 2003, e, em séries anuais até 2006.

As informações foram classificadas por ramo de atividade econômica, e divididas em dezessete grupos, que abarcam desde as atividades do setor primário, até as desempenhadas pelos serviços públicos.

Até 1970, foram fundadas três empresas na área de (G) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.

Na última seção do capítulo dois, mencionamos a presença de veranistas neste período, bem como da propaganda para atrair novos visitantes. As inversões no setor comercial indicam o início de investimentos para estruturar a recepção de visitantes.

Entre 1970 e 1980, foram instaladas três (D) Indústrias de transformação (uma delas a *Mormaii*); dez unidades de (G) Comércio;

reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; quatro estabelecimentos de (H) Alojamento e Alimentação; uma de (L) Administração pública, defesa e seguridade social e uma de (O) Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

Percebemos um compasso de mudança, com o aporte de investimentos em atividades relacionadas ao atendimento a turistas⁷², entre hospedagem, alimentação e o comércio. O poder público municipal estava se estruturando do ponto de vista administrativo e de atendimento a sociedade, o que está expresso nos investimentos relativos às atividades (L) Administração pública, defesa e seguridade social. A instalação de indústrias denota uma formação bruta de capital fixo no local e um nível de integração produtiva para atender mercados que extrapolam os limites municipais.

Nesta década, a conclusão da pavimentação da BR 101, trecho de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, estava concluída, permitindo a melhor integração do país de Norte ao Sul. Sendo assim, o acesso ao litoral catarinense, margeado pela rodovia, viabilizou a conexão e desenvolvimento de atividades econômicas articuladas ao mercado nacional.

O Milagre Econômico brasileiro, caracterizado por elevadas taxas de crescimento econômico até o ano de 1973, proporcionou a classe média alta o consumo de bens duráveis, como automóveis, por exemplo. Ademais, o turismo emergia na economia nacional, como parte do mecanismo de recomposição da força de trabalho, com períodos de descanso.

A expansão do consumo neste período concentrou-se nas camadas sociais de renda elevada (entre os trabalhadores o maior nível de especialização não teve compressão da renda real), em detrimento da compressão do salário real dos trabalhadores brasileiros. (OLIVEIRA, 1988).

⁷² Segundo o IBGE, as Atividades Características do Turismo (ACT) são: hotéis e similares, segundas residências em propriedade, restaurantes e similares, serviços de transporte de passageiros (ferroviário, aéreo, rodoviário, marítimo, e anexos, aluguel de bens e equipamentos de transporte), agências de viagem e similares, serviços culturais e serviços de esporte e lazer. Sobre essa nomenclatura estão agrupados os dados referentes ao setor nas Contas Nacionais.

Tabela 5 - Empresas e outras organizações, por ano de fundação e seção da classificação de atividades em Garopaba/SC

Atividades econômicas (CNAE)	Período									
	1967 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 1995	1996 a 2000	2001 a 2003	2004	2005	2006	Total
A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2
B Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C Indústrias extrativas	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2
D Indústrias de transformação	-	3	21	12	17	29	7	9	6	104
E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
F Construção	-	-	2	2	6	5	1	3	4	23
G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	3	10	62	69	90	100	46	56	38	474
H Alojamento e alimentação	-	4	28	27	36	41	22	30	22	210
I Transporte, armazenagem e comunicações	-	-	6	-	5	4	4	4	1	24
J Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	-	-	-	-	1	1	-	1	1	4
K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	-	-	4	8	13	14	4	8	2	53
L Administração pública, defesa e seguridade social	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2
M Educação	-	-	-	-	3	1	-	1	-	5
N Saúde e serviços sociais	-	-	3	-	1	3	1	1	-	9
O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	-	2	12	9	25	7	5	9	7	76
P Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Q Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3	20	139	128	198	206	90	124	81	989

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas. Elaborada pela autora.

Mesmo num período de recessão da economia brasileira (década perdida), constatamos que os investimentos no município tiveram um volume crescente. Uma vez que, na década de 1980 vinte e uma unidades do tipo (D) Indústrias de transformação foram fundadas. Ainda nesta década, outras atividades passaram a compor o mercado local, foram criados: dois estabelecimentos no grupo (F) Construção; sessenta e dois no grupo (G) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; vinte e oito no grupo (H) Alojamento e alimentação; seis no grupo (I) Transporte, armazenagem e comunicações; quatro no grupo (K) Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; e, quatorze, ligadas ao setor público (L. Administração pública, defesa e seguridade sócia, N. Saúde e serviços sociais, e O. Outros serviços coletivos, sociais e pessoais).

Esse quadro exprime as alterações na dinâmica econômica local, com novas e diferentes oportunidades de trabalho e emprego no município, formação da classe de trabalhadores, e de uma classe de burgueses ou capitalistas, os empresários das firmas criadas. Concomitantemente, toda a dinâmica social estava em processo de transição.

Na sociedade uma pequena burguesia se estabelecia, e atuava num processo de concentração da renda, riqueza e poder, em detrimento da formação proletarização dos pequenos produtores agrícolas e pescadores.

De 1990 a 1995, foram firmados mais vinte e sete empreendimentos no ramo (H) Alojamento e alimentação, ligados diretamente ao Turismo; sessenta e nove estabelecimentos de (G) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; doze unidades (D) Indústrias de transformação; oito unidades do grupo (K) Atividades imobiliárias aluguéis e serviços prestados às empresas; e dois estabelecimentos de (F) Construção.

Entre 1996 e 2000 novas unidades foram fundadas, sendo dezessete da (D) Indústrias de transformação; seis da (F) Construção; noventa de (G) Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; e trinta e seis (H) Alojamento e alimentação, excetuando (D) Indústria de transformação, novamente todas as atividades com maior número de fundações estão no setor de serviços, acrescentemos o número de (K) Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, que incorporou mais treze unidades.

Esta tendência de crescimento seguiu ascendente até o ano de 2006, com a criação de 240 unidades de (G) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.

Notadamente houve uma reversão daquela economia baseada na produção agrícola e pesqueira familiar e de baixa escala. Contudo, ao percebermos o volume médio de criação de empresas é importante percebermos o tempo de vida útil desses estabelecimentos.

O incremento populacional documentado na Tabela 1 não seria suficiente para responder a demanda de emprego e de consumo relacionada às atividades criadas. Ademais, por ser o turismo de veraneio o período de maior atividade econômica em Garopaba (perceptível na oferta de postos de trabalho no período, como veremos na próxima seção), a sazonalidade é um fator preponderante.

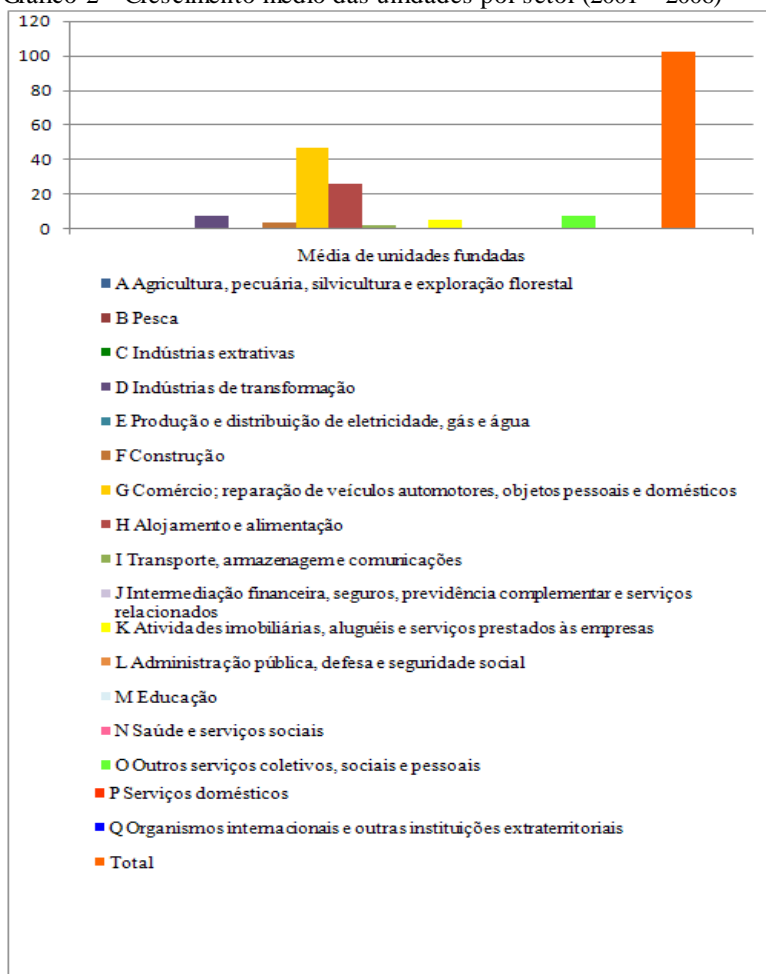
O Gráfico 2 ilustra a incorporação média por ramo de atividade de 2001 a 2006. O ramo com a maior incorporação de novas unidades, que atingiu a média de aproximadamente quarenta e cinco unidades por ano, foi o (G) Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos. Em seguida, (H) Alojamento e alimentação, com a média de vinte e cinco novas unidades ao ano, aproximadamente. (D) Indústrias de transformação e (O) Outros serviços coletivos, sociais e pessoais⁷³, chegaram próximo de dez unidades por ano, em média, e todos os demais tiveram menos de cinco unidades.

As atividades do ramo de comércio representaram a criação de maior número de unidades, seguida pelos serviços de alimentação e hospedagem. Ambas as atividades tem conexão direta com o desenvolvimento do turismo, a segunda, por possibilitar a estadia e alimentação para os visitantes, e a primeira, por compor um atrativo aos turistas, que praticam a cultura do consumo própria da sociedade capitalista.

O setor imobiliário teve investimento significativo, somando um número expressivo em relação à demanda dos residentes. Sabemos que esse setor, além de estar vinculado ao turismo, quando oferece casas para alugar na temporada de veraneio, designa-se ao exercício de compra e venda de imóveis. É um serviço importante para a viabilização da construção de segundas residências destinadas ao veraneio, e para a aquisição de propriedades visando especulação dos preços dos imóveis. Vimos na Tabela 2, a elevação da concentração fundiária em Garopaba entre 1975 e 1995, o que evidencia a prática da atividade uma vez que não são destinadas a fins produtivos.

⁷³ Corresponde a atividades predominantemente exercidas por profissionais liberais, como cabeleireiros (salões de beleza), consultórios odontológicos e médicos, entre outros.

Gráfico 2 – Crescimento médio das unidades por setor (2001 – 2006)



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas. Elaborado pela autora.

Vimos crescimento dos investimentos em Garopaba deu-se num período em que a economia brasileira havia entrado em recessão, após o término das elevadas taxas de crescimentos do início da década de 1970. A década de 1980 é considerada como a “década perdida”, em Garopaba o processo não ocorreu deste modo. A economia catarinense resistiu a depressão na década de 1980, mesmo que com a redução das taxas de crescimento da indústria dos anos anteriores. (MAMIGONIAN, 2011)

Nesse período houve um incremento no número de unidades industriais no município.

A proximidade da Argentina e a facilidade de acesso pela via terrestre favoreceram a atração de turistas argentinos, que aproveitaram a condição favorável da economia nacional, e bem como o câmbio favorável em relação à moeda brasileira. Este fator foi importante para o desempenho da economia local, sobretudo na década de 1990.

Os dados referentes ao número de estabelecimentos fundados nos permitiram a percepção das alterações na estrutura econômica local.

A análise dos registros de empresas da Secretaria Municipal da Fazenda de Garopaba, sistematizados no Sistema de Registro Integrado – REGIN, que realizaremos a seguir trará um nível maior de detalhamento.

Com base nas conclusões acima expostas, solicitamos a Prefeitura Municipal de Garopaba (PMG) informações referentes a cada ramo de atividade, e auferimos o número de registros por ramo de atividade.

As informações coletadas estão reunidas na Tabela 6.

Entre as atividades comerciais do varejo, predomina o ramo de vestuário com 284 unidades, seguido por bazares e armarinhos, com 118 unidades. Entre os estabelecimentos do ramo de alimentação, bares e restaurantes, totalizam 150 firmas; supermercados, padarias e quitandas somam 120 estabelecimentos. Empresas do ramo da construção civil⁷⁴ reúnem 99 firmas.

A indústria de vestuário tem 46 registros. Este setor estrutura-se majoritariamente em torno de pequenos grupos de confecção que atendem ao mercado local e regional⁷⁵.

Entre corretores, administradores de imóveis e loteadores, e incorporadores as atividades imobiliárias possuíam 29 estabelecimentos, em 2013.

Já a atividade de hospedagem, serviços de hoteleira e de pousada, tem 25 unidades registradas⁷⁶.

⁷⁴O setor agrega unidades autônomas que operam com profissionais liberais, essas não constam nos registros.

⁷⁵ Predominam as facções de confecção.

⁷⁶ Em 2011 o IBGE registrou 52 estabelecimentos de hospedagem (entre pousadas, hotéis e outros estabelecimentos. A categoria Outros (exceto campings) inclui apart-hotéis/flats, pensões de hospedagem, albergues turísticos, dormitórios, hospedarias, etc. Fonte: IBGE: Pesquisa de serviços de hospedagem, *in:*

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl3.asp?c=3450&n=0&u=0&z=p&>

Tabela 6 - Número de estabelecimentos registrados segundo atividade econômica no município de Garopaba/SC em 2013		
Ramo de atividade	Detalhamento das Atividades	Nº de estab.
Agropecuária	Agropecuária	7
Pecuária	Pecuária	2
Pesca e caça	Pesca e caça	0
Lavra de minérios não metálicos	Lavra de minérios não metálicos	4
Construção de prédios	Construção de residências Construção e incorporação Construção não residencial	42
Construção especializada	Instalação elétrica Revestimentos Marcenaria e pisos Telhado e cobertura Concretização	20
Vestuário	Vestuário e outros produtos têxteis não acabados Acessórios masculinos e roupas profissionais Roupas externas femininas Roupas íntimas femininas	46
Produtos de madeira	Serraria Marcenaria Outros produtos de madeira	24
Móveis e prateleiras	Móveis Residenciais de escritório estantes Móveis Divisória e Outros Móveis	9
Gráficas e Imprensa	Jornais Impressão Comercial Revistas	12

[o=18&i=P](#) Visitado em 14 de dezembro de 2012. Há que se notar o aluguel de residências, uma atividade exercida pelos habitantes locais para complementar a renda. (PACHECO, 2010)

Produtos de Pedra, Argila, Vidro	Vidro plano hidráulico Pedra granito e mármore	Cimento Concreto e gesso	8
Produtos de Metal	Estruturas metálicas		5
Transportes automotivos e serviços de transporte	Ônibus urbano Ônibus fretado de transporte de passageiros	Táxi Agências	11
Transportes marítimo e fluvial	Transporte marítimo de passageiros Outros transportes marítimos		2
Varejo de materiais de construção	Madeira e materiais de construção Tintas e vidros Barragens e armarinhos	Ferragens	22
Varejo em geral	Bazares e armarinhos lojas	Outras	118
Varejo de alimentos	Supermercados e Quitandas e peixarias Outros alimentos	Padarias Açougues	120
Varejo de roupas e acessórios	Roupas masculinas femininas femininos Confecção e acessórios	Roupas Acessórios Roupa infantil Calçados	284
Varejo de móveis e equipamentos domésticos	Móveis domésticos Eletrodomésticos vídeo e computadores	Áudio,	42
Restaurantes e bares	Bares e restaurantes		150
Outros varejistas	Ouros produtos (destaque para <i>souveniers</i> e decoração)		121
Imobiliárias	Administração imobiliária Corretores imobiliários Loteadores e incorporadores		29
Hotéis e afins	Hotéis e pousadas Hotéis de associações	<i>Campings</i>	25
Serviços automotivos	Aluguel de carros		7
Diversão e recreação	Serviços de recreação		5

Informática	Software sob encomenda <i>Software house</i>	<i>Software</i>	9
-------------	---	-----------------	---

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda de Garopaba. Elaborada pela autora.

No setor de serviços existiam nove empresas de informática ligadas ao desenvolvimento de *software*, ou *software house*. Empresas de alta tecnologia ligadas ao setor de serviços que empregam mão-de-obra altamente qualificada.

Quando analisamos o PIB municipal percebemos que a indústria local foi afetada negativamente pela valorização cambial em 2005. Com o levantamento dos ramos industriais instalados em Garopaba, pensamos ser relevante a constatação das atividades exportadoras, para elucidarmos a inserção da indústria local no mercado internacional.

Em relatório elaborado pelo SEBRAE/SC foram identificadas as empresas exportadoras do município em 2008⁷⁷. Entre as principais exportadoras predominam as atividades ligadas à fabricação de equipamentos esportivos, comércio de vestuário e produtos óticos. Segundo essa fonte, o peso das importações municipais aumentou entre 2005 e 2008, enquanto que as exportações mantiveram-se estáveis. Desse modo, a balança comercial municipal teve elevação do déficit. (Ver Anexo B)

⁷⁷ Faixa de exportação de até US\$ 1 milhão (US\$ FOB): Emerson Lauffer da Silva – ME (Miss Brasil – Atividade principal: confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida); L & R Borges Indústria Comércio e Exportação e Importação de Artigos Esportivos e Ortopédicos Ltda ME (Hidrolight do Brasil – Atividade principal: fabricação de artefatos para pesca e esporte; atividade secundária: fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda); Mormaii Indústria Comércio Importação e Exportação de Artigos Esportivos Ltda (Mormaii – Atividade principal: Gestão de ativos intangíveis não-financeiro; possui umleque variado de atividades secundárias); Neoprene Brasil Ltda (Hankook Neoprene – Atividade principal: Fabricação de Produtos têxteis não especificados anteriormente); Renz Indústria e Comércio de Confecções, Importação e Exportação (Le Doux Bombom); Seg-Max Equipamentos de Segurança LTDA. – EPP (Seg-Max – Atividade principal: equipamentos de segurança industrial); Tyonmineoro Comércio Eletrônico e Recuperação de metais (Tyonmineoro – Atividade principal: comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico). Faixa de exportação entre US\$ 1 e 10 milhões (US\$ FOB) Jr-Adamver Indústria e Comércio de Produtos Óticos Ltda. (Atividade principal: fabricação de artigos ópticos). (SEBRAE/SC, 2010)

Na reformulação da economia municipal os meios de produção relativos às atividades econômicas modificaram-se. Para o desenvolvimento da agricultura a posse de terra e de equipamentos fazia dos agricultores locais detentores dos meios de produção necessários a sua reprodução. O mesmo se verificava no caso da pesca, a propriedade (de tarrafas, embarcações e outros utensílios) permitia o sustento familiar. No contexto atual, os meios de produção concentram-se sob um vínculo de propriedade aquém aos trabalhadores.

Com a emergência de novas atividades econômicas e a redução da agricultura e da pesca a atividades complementares (SANTI, 2005; FILARDI, 2007) os meios de produção se alteraram, e a posse dos mesmos estabeleceu novas relações sociais na escala local, a saber, a relação de patrão e empregado, ou de capitalista e trabalhador.

O ramo de vestuário predomina entre as atividades registradas em 2013, com o comércio de roupas e acessórios e a indústria de vestuário. Tal constatação despertou a necessidade de verificar se a ocorrência de complementaridade entre as atividades.

Cientes da importância do turismo para a economia local, outro questionamento a partir dos dados levantados refere-se ao período de exercício das atividades, dada a concentração do turismo nas estações com temperatura elevada, sobretudo nos meses de verão, qual a implicação sobre o emprego no município.

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM GAROPABA (SC)

Após conhecermos a configuração do mercado municipal, no que tange as atividades desenvolvidas, apresentaremos uma caracterização do emprego formal a ele vinculado.

O trabalho representa a força humana em ação para a produção de valores de uso. O trabalho assalariado é uma categoria própria do modo de produção capitalista que representa a venda da força de trabalho pelos indivíduos para a produção de valores de troca. Na produção de valores de troca, sob a forma do assalariamento, os resultados da força de trabalho posta em ação, são estranhos aos trabalhadores. Quando nos propusemos a analisar o emprego no município, estávamos atentos a essa relação que ele contém.

A metodologia utilizada foi a coleta de dados na base de dados Rais e Caged do Ministério do Trabalho e Emprego (banco de dados referente ao emprego declarado pelas empresas ao MTE) e informações do Cadastro Geral de Empresas disponíveis no IBGE. A coleta de

informações considerou as seguintes variáveis: tipo de vínculo empregatício; pessoal ocupado; faixa salarial; número de empregados por setor; tamanho dos estabelecimentos; e admissões médias. As conclusões anteriores foram consideradas na escolha das variáveis.

Na Tabela 7 percebemos uma queda proporcional do pessoal ocupado assalariado, em relação ao total. O pessoal ocupado sem vínculo salarial cresceu, aproximadamente, 202,33% no período. O salário médio mensal manteve-se no período em torno de dois salários mínimos. Percebemos uma queda no número de unidades locais, de 13 unidades, entre 2010 e 2011, e de 14 unidades nas empresas atuantes, no mesmo período. Ambas as variáveis tiveram acréscimo substancial do número de unidades de 2008 para 2009, mantendo-se estável no ano seguinte para passar pela queda acima destacada.

Tabela 7 – Empresas atuantes, unidades locais, pessoal ocupado assalariado, pessoal ocupado total, salário médio e salário e outras remunerações (2006-2011) - Garopaba/SC

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Número de empresas atuantes (Unidades)	-	-	748	922	934	920
Número de unidades locais (Unidades)	722	772	776	957	969	956
Pessoal ocupado assalariado (Pessoas)	2.645	2.807	2.690	3.179	3.604	3.875
Pessoal ocupado total (Pessoas)	3.374	3.697	3.596	4.225	4.722	5.079
Salário médio mensal (Salários mínimos)	1,8	2	1,9	2	2,1	2,1
Salários e outras remunerações (Mil Reais)	21.629	24.798	28.731	34.553	41.572	50.721

Fonte: IBGE, Cadastro Geral de Empresas. Elaborada pela autora.

Nota 1. Valores a preços correntes (R\$1000,00).

A Tabela 8 contém o número de empregados por grande setor (IBGE), entre os anos de 2000-2011. Sua análise nos permite conhecer o porte das empresas do município, bem como o volume de empregos gerado por ano.

A delimitação do porte das empresas utilizou o critério de classificação por número de funcionários, delimitada pelo Sistema SEBRAE⁷⁸.

Segundo esta orientação, percebemos que na Indústria de Garopaba predomina a presença das microempresas (até 19 empregados). A presença de pequenas empresas (20 a 99 empregados) teve a média de 5,8 estabelecimentos no período. Empresas de médio e grande porte não foram registradas no período.

Entre as microempresas industriais 16,17% não geraram empregos em 2011.

⁷⁸ Disponível em: www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154

Tabela 8 – Empresas segundo faixa de pessoal ocupado em Garopaba, por grandes setores (IBGE) - 2002 a 2011

1 - INDÚSTRIA											
Ano	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	
0 Empregado	11	15	10	11	10	10	6	3	10	9	
De 1 a 4	28	26	28	29	29	22	30	26	25	15	
De 5 a 9	16	13	9	12	14	17	13	14	11	13	
De 10 a 19	13	9	13	12	14	13	9	5	6	5	
De 20 a 49	5	6	4	8	1	2	4	5	3	2	
De 50 a 99	1	0	2	0	1	1	1	0	0	0	
De 100 a 249	1	2	1	2	1	1	1	1	1	1	
De 250 a 499	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
De 500 a 999	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total	75	71	67	74	70	66	64	54	56	45	
2 - CONSTRUÇÃO											
Ano	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	
0 Empregado	10	8	0	1	6	3	2	5	3	7	
De 1 a 4	8	8	5	5	6	6	5	5	6	5	
De 5 a 9	4	4	1	0	0	3	1	0	1	2	
De 10 a 19	0	1	2	2	1	1	2	1	0	0	
De 20 a 49	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	
De 50 a 99	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
De 100 a 249	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
De 250 a 499	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
De 500 a 999	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total	22	22	8	8	13	13	10	11	11	15	

Continuação:
Tabela 8 – Empresas segundo faixa de pessoal ocupado em Garopaba,
por grandes setores (IBGE) - 2002 a 2011

3 - COMÉRCIO

Ano	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
0 Empregado	60	55	38	49	40	46	29	37	32	34
De 1 a 4	216	214	194	181	171	174	169	140	127	110
De 5 a 9	39	29	29	23	23	26	23	26	23	23
De 10 a 19	16	16	12	9	12	8	10	11	5	5
De 20 a 49	7	5	6	6	5	4	4	1	1	2
De 50 a 99	4	4	2	1	1	1	1	3	4	2
De 100 a 249	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0
De 250 a 499	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 500 a 999	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	343	324	282	270	253	260	237	218	192	176

4 - SERVIÇOS

Ano	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
0 Empregado	36	40	37	30	39	48	38	24	37	21
De 1 a 4	148	136	128	120	114	111	99	92	75	77
De 5 a 9	36	29	39	29	27	25	28	27	21	18
De 10 a 19	25	25	14	13	13	16	20	23	9	7
De 20 a 49	9	5	8	5	4	6	3	3	3	2
De 50 a 99	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
De 100 a 249	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1
De 250 a 499	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0
De 500 a 999	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	255	236	227	198	199	207	189	170	146	126

Continuação:
Tabela 8 – Empresas segundo faixa de pessoal ocupado em Garopaba,
por grandes setores (IBGE) - 2002 a 2011

5 - AGROPECUÁRIA

Ano	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
0 Empregado	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
De 1 a 4	3	3	2	2	2	2	3	3	1	1
De 5 a 9	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1
De 10 a 19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 20 a 49	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 50 a 99	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 100 a 249	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 250 a 499	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 500 a 999	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	3	3	3	3	3	3	3	3	2	2

Fonte: RAIS – MTE. Elaborado pela autora.

Vimos na seção anterior que o ramo de vestuário predomina nas indústrias de pequeno porte, como o emprego é considerado baixo ou inexistente, entendemos que a relação de produção terceirizada pode explicar esse fato, uma vez que há interrelação entre o comércio varejista local e a fabricação de vestuário.

A Tabela 8 contém o número de empregados por grande setor (IBGE), entre os anos de 2000-2011. Sua análise nos permite conhecer o porte das empresas do município, bem como o volume de empregos gerado por ano.

A delimitação do porte das empresas utilizou o critério de classificação por número de funcionários, delimitada pelo Sistema SEBRAE⁷⁹.

Segundo esta orientação, percebemos que na Indústria de Garopaba predomina a presença das microempresas (até 19 empregados). A presença de pequenas empresas (20 a 99 empregados) teve a média de 5,8 estabelecimentos no período. Empresas de médio e grande porte não foram registradas no período.

⁷⁹ Disponível em: www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154

Entre as microempresas industriais 16,17% não geraram empregos em 2011.

No setor de construção predominam os estabelecimentos que não declararam vínculo empregatício em 2010 e 2011. Nele também predominam as microempresas (neste setor, e no de serviços, correspondem as empresas com até 9 empregados) .

As microempresas também predominam no setor de comércio, nele há maior concentração de empresas que empregam de 1 a 4 pessoas. Empresas que não contratam funcionários têm participação importante no setor.

Empresas de pequeno (20 a 49 empregados) e médio porte estão em menor número no mercado, e há uma empresa de grande porte⁸⁰ (acima de 100 empregados).

Embora com menor número de empresas, o panorama do setor de serviços se assemelha ao do setor de comércio. Há maior concentração de microempresas (0 a 9 empregados), com destaque para as empresas que contratam de 1 a 4 empregados. Há número significativo de empresas que não geram empregos. E menor proporção de pequenas e médias empresas. Não há registro de nenhuma grande empresa no período.

No setor agropecuário, com exceção de 2002 e 2003, há registro de três microempresas em todo o período, com predomínio da faixa de 1 a 4 funcionários contratados.

O Gráfico 3 ilustra o percentual de empresas segundo o tamanho.

Vemos que em todos os setores, há concentração superior a quarenta por cento dos estabelecimentos com um a quatro empregados, ou seja, estabelecimentos de pequeno porte (microempresas). A indústria é o setor que mais apresenta estabelecimentos com maior número de empregados.

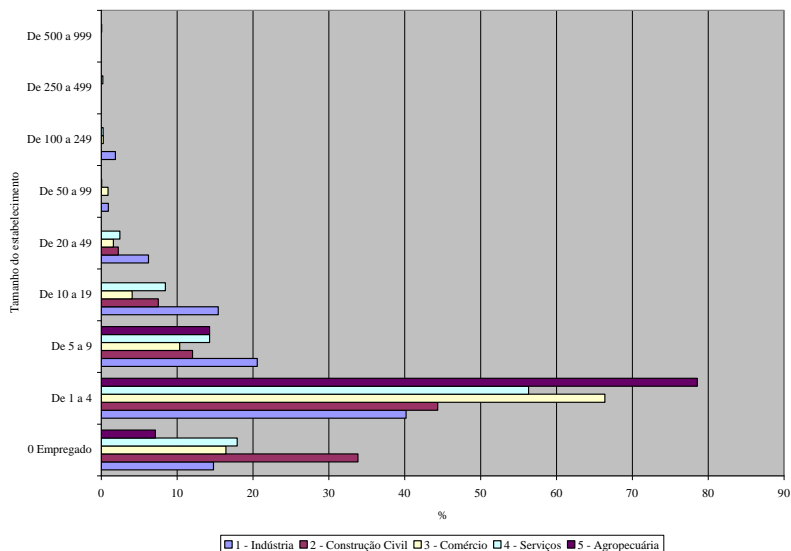
O predomínio de microempresas reproduz o contexto de Santa Catarina. Em 2008, as microempresas e pequenas empresas representaram, respectivamente, 94% e 5,1% dos estabelecimentos do estado. (SEBRAE/SC, 2010)

Em termos proporcionais os resultados nos indicam que a indústria gera mais emprego, que as atividades de comércio e serviços⁸¹.

⁸⁰ Rede de Supermercados – Supermercado Silveira, empresa de capital local.

⁸¹ No Anexo C, inserimos um Gráfico para ilustrar essa afirmação.

Gráfico 3 – Percentual de empresas por faixa de empregados

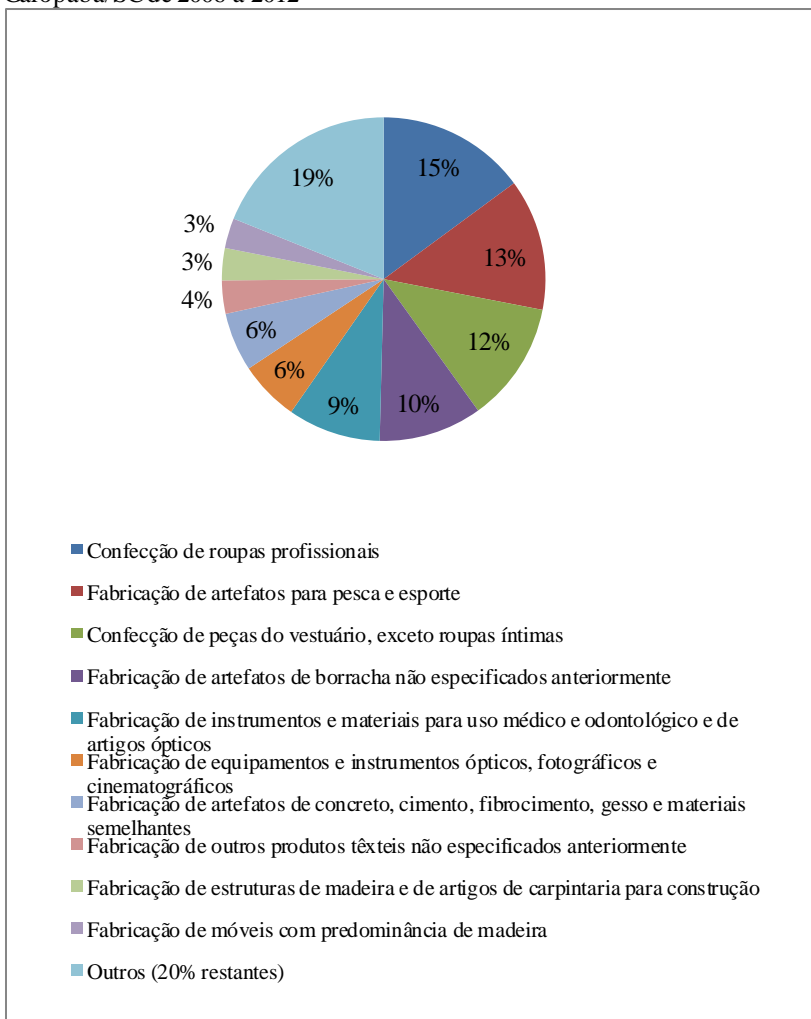


Fonte: RAIS – MTE. Elaborado pela autora.

Com base nas informações supracitadas, percebemos a predominância do emprego formal na indústria, no comércio e no setor de serviços. Com o intuito de conhecermos o comportamento do emprego formal por ramo de atividade, extraímos séries de dados que representam as atividades que geram maior número de postos de trabalho. As atividades foram selecionadas segundo o grande setor (IBGE) que correspondem na classificação de dados por Classes da (CNAE) versão 2.0. Foram considerados os vínculos ativos com carteira assinada em dezembro de cada ano. Selecionamos grupos segundo a importância, considerando 80% dos vínculos de emprego das atividades selecionadas.

Elaboramos gráficos que demonstram o percentual de vínculos ativos na Indústria, Comércio e Serviços, segundo os ramos de atividade com maior representatividade.

Gráfico 4 – Percentual de vínculos ativos por ramo de atividade industrial em Garopaba/SC de 2006 a 2012



Fonte: RAIS – MTE. Elaborado pela autora.

Nota: 1. Foram agrupados os ramos que apresentam menor percentual.

2. Dez, das 217 atividades do setor de industrial selecionadas, correspondem a 80% do total dos empregos gerados no período.

3. Vínculos ativos 31 de dezembro, com carteira assinada.

A análise dos vínculos empregatícios gerados pela Indústria em Garopaba, entre 2006 e 2012, mostra que o emprego está distribuído

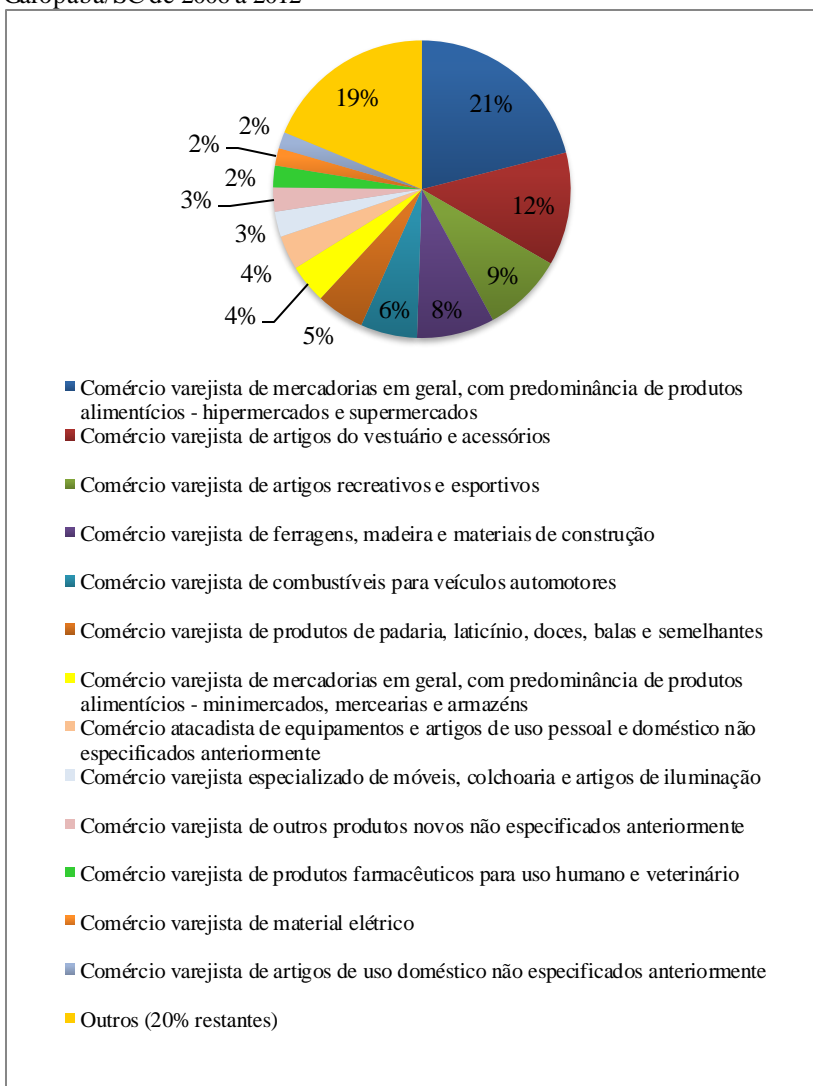
predominantemente, nas seguintes atividades econômicas: 15% na Confecção de roupas profissionais; 13% na Fabricação de Artefatos para Pesca e Esporte; 12% na Confecção de Peças de Vestuário Exceto Roupas Íntimas; 10% na Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente; 9% na Fabricação de instrumentos e Materiais para uso médico e odontológico e de Artigos Ópticos; 6% na Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos e 4% fabricação de outros produtos têxteis. Estas concentram 69% do emprego gerado na seleção realizada. O grupo acima descrito é composto por atividades que constam entre o grupo de empresas que exportam no município, as quais possuem vínculo com o mercado de itens destinado a diferentes práticas desportivas. (Ver nota 77 na página 129). As pequenas indústrias de confecção, mesmo que em proporção menor também respondem pelos números acima.

A produção de materiais destinados a construção civil respondeu por 9% dos vínculos ativos encontrados, estiveram estes, distribuídos entre a Fabricação de Artefatos de Concreto, Cimento, Fibrocimento, Gesso e Materiais Semelhantes (6%) e a Fabricação de Estruturas de Madeira e Artigos de Carpintaria (3%). Esta indústria atende ao mercado local de construção civil e regional.

A Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira ofertou 3% dos postos de trabalho registrados. Este setor também possui lojas do ramo no município, e destaca-se pela oferta de móveis aos veranistas.

Em 2012 as atividades selecionadas registraram 811 vínculos ativos.

Gráfico 5 – Percentual de vínculos ativos por ramo de atividade comercial em Garopaba/SC de 2006 a 2012



Fonte: RAIS – MTE. Elaborado pela autora.

Nota: 1. Foram agrupados os ramos que apresentam menor percentual.

2. Treze, das 94 atividades do setor de industrial selecionadas, correspondem a 80% do total dos empregos gerados no período.

3. Vínculos ativos 31 de dezembro, com carteira assinada.

Nas atividades comerciais os vínculos ativos tiveram maior incidência no período nas atividades de supermercado e hipermercado, as quais concentram mão-de-obra, como verificamos anteriormente.

Com maior número de unidades o ramo comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, possuiu 12% dos postos de trabalho no período. Já as unidades de artigos recreativos e esportivos tiveram 9% dos vínculos ativos na seleção realizada. Este ramo de atividade tem relação com a prática de esportes, subentende-se, então, que a posição do município de capital do *surf* explica a oferta de empregos no setor, devido à ocorrência de visitação para a prática da atividade durante todo o ano.

Relacionados ao setor de construção, as atividades de varejo de ferragens, madeira e materiais de construção, e de varejo de material elétrica que concentraram 10% dos empregos gerados no período.

No atacado, constatamos que o ramo de comercialização de equipamentos para uso doméstico não especificado anteriormente, ofertou 4% dos postos de trabalho no período. Neste ramo, encontramos o registro da Tyonmineoro Comércio Eletrônico e Recuperação de Metais, empresa especializada em detectores de metais, e que possui sede comercial em Garopaba desde 1983. Esta empresa está entre as exportadoras do município e foi pioneira na fabricação e instalação de portas giratórias com detectores de metais em instituições bancárias no país. É líder de mercado no país no ramo de detectores⁸² de metais.

Vimos o emprego está menos concentrado entre as atividades do comércio varejista e atacadista, tendo assim, melhor distribuição entre elas. Contudo o primeiro apresenta maior número de unidades empresariais, concluímos, pois, que a atividade de varejo é constituída por empresas maiores.

Em 2012 as atividades do setor comercial selecionadas registraram 1.509 vínculos ativos.

⁸² Fonte: www.mineoro.com.br e www.infoplex.com.br, visitados em 23 de outubro de 2013.

Gráfico 6 – Percentual de vínculos ativos por ramo de atividade no setor de serviços em Garopaba/SC de 2006 a 2012



Fonte: RAIS – MTE. Elaborado pela autora.

Nota 1. Foram agrupados os ramos que apresentam menor percentual.

2. Nove das 672 atividades do setor de serviços correspondem à 80% do total dos empregos gerados no período.

3. Vínculos ativos 31 de dezembro, com carteira assinada.

No setor de serviços 37% dos vínculos ativos correspondiam às Atividades Características do Turismo – ACT⁸³, sendo 15% diretamente

⁸³ Ver nota 72, p. 121.

atreladas a acomodação de visitantes (Hotéis e similares e Outros tipos de alojamentos não especificados anteriormente), 21% à alimentação (Restaurantes e Outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas) e 1% ao transporte de passageiros (Transporte coletivos de passageiros, com itinerário fixo, municipal ou em regiões metropolitanas).

A administração pública gerou 31% do emprego no setor de Serviços neste período.

As demais atividades, que compõem o Gráfico 6, correspondem a serviços básicos, como coleta de resíduos, atividades de ensino, serviços bancários, serviços de contabilidade e outros serviços prestados às empresas.

Na composição dos vínculos ativos municipal do setor de serviços, para o período selecionado, fica evidente a importância do turismo para a economia local, figurando como a principal fonte de emprego (consequentemente de renda). Contudo, há que se refletir acerca da qualidade desse emprego.

O total de empregos nas atividades selecionadas neste setor (incluindo os 20%) foi de 1.779 vínculos ativos em 2012. Sendo que 1.403 empregos foram gerados pelas atividades detalhadas no Gráfico 6, e destes, aproximadamente 658 nas ACTs.

Para melhor detalharmos a distribuição do emprego segundo os setores da economia, pesquisamos os totais de vínculos ativos em dezembro, no período de 2002 à 2012 nos subsetores do IBGE. Auferimos a média dos empregos gerados em cada Subsetor e elaboramos o Gráfico 7, para ilustrar os resultados.

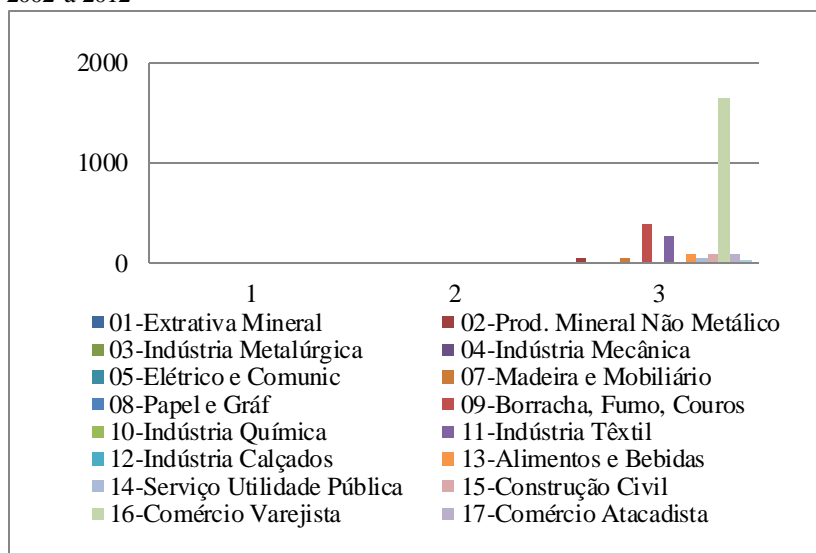
Constatamos que o comércio varejista empregou uma média de 1.650 pessoas, sendo o setor que mais emprega. O segundo subgrupo que mais empregou foi a indústria de borracha, fumo e couros (corresponde as atividades do segmento têxtil ligadas a produção de *neoprene* e a confecção de produtos a partir deste material), com média de 396, em terceiro lugar está a indústria têxtil, com média de 277.

Dado que os dois últimos subgrupos acima citados possuem interrelação na atividade de vestuário, percebemos que essa atividade tem maior importância no município, no que tange ao emprego industrial.

Santa Catarina é o segundo pólo da indústria têxtil e do vestuário do Brasil (FIESC, 2011), com maior concentração produtiva no Vale do Itajaí e Norte do estado, contudo o sul catarinense vem incorporando unidades do setor de vestuário, como o caso de Garopaba, e possui inserção no mercado com participação nas exportações estaduais. Segundo relatório da Federação das Indústrias do Estado de Santa

Catarina – FIESC, o segmento se destaca por ser fortemente exportador (Idem).

Gráfico 7 – Média de vínculos ativos por subsetor IBGE em Garopaba/SC de 2002 a 2012



Fonte: RAIS – MTE. Elaborado pela autora.

Nota 1. Foram considerados todos os vínculos ativos em 31 de dezembro.

Da análise do emprego e do PIB municipal percebemos a importância dos setores de serviço e indústria para a economia local. Cientes da relação do primeiro, incluindo o comércio de vestuário, com o turismo de veraneio pensamos ser importante a constatação do período de maior incidência de admissão de funcionários.

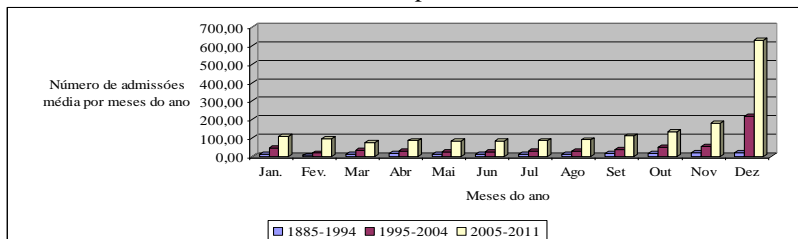
Para tal levantamos os dados de admissão por mês em todos os setores da economia, e agrupamos em três séries anuais, de 1885-1994, de 1995-2004 e de 2005-2011, e auferimos uma média de admissões por mês para cada série anual.

Percebemos que houve crescimento do volume de admissões, com maior volume na série de 2005-2011. De 1985 a 1994 ocorreu uma pequena variação com crescimento entre os meses de outubro e dezembro, e declínio em janeiro e fevereiro.

O mesmo comportamento da variável ocorreu na série de 1994-2004, contudo a elevação começou a ser registrada em setembro, havendo maior concentração no mês de dezembro, quando se aproximou

de duzentas contratações. Nos meses de janeiro e fevereiro as contratações caíram substancialmente, sobretudo em fevereiro.

Gráfico 8 – Admissões médias em Garopaba – 1985-2011



Fonte: RAIS – MTE. Elaborada pela autora.

Já na série de 2005-2011 o período de aumento das admissões também se inicia em setembro, e se intensifica em dezembro, quando cresceu aproximadamente seis vezes em relação a outubro, tendo maior declínio, no mês de janeiro.

Apreendemos que houve concentração das admissões no mês de dezembro nos últimos vinte e cinco anos. Consideramos que a recepção de turistas nestes meses explica o aumento das contratações, uma vez que, nos meses que antecedem e de início da temporada de verão, há aumento de contratações, bem como seu declínio corresponde aos meses de ocorrência da temporada de verão, e a maior queda aos meses subsequentes.

A concentração das contratações em novembro e dezembro ocorreu nos serviços e no comércio, bem como a queda nos meses posteriores.

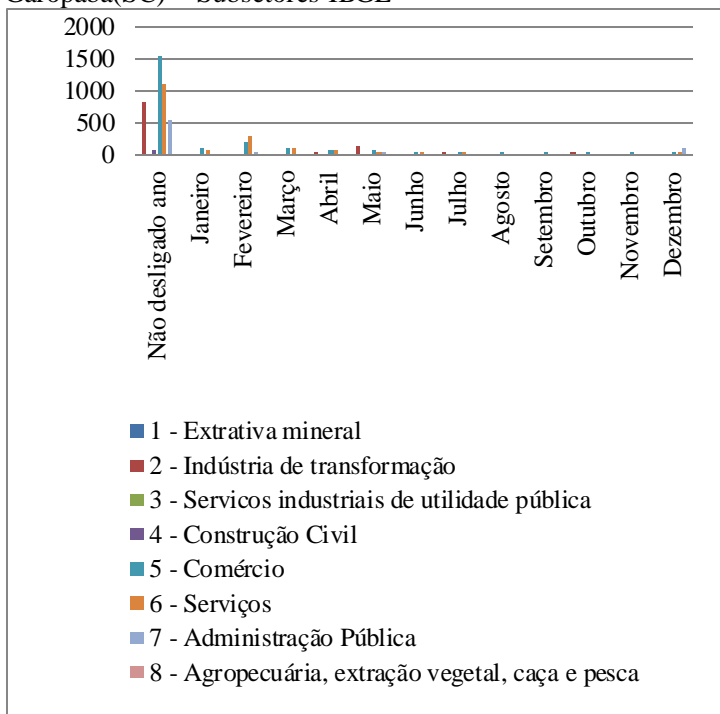
Para avaliarmos a ocorrência de desligamentos ao término da temporada de verão, levantamos os desligamentos no ano de 2012, nos subsetores do IBGE. O resultado está ilustrado no Gráfico 9.

Vemos que os desligamentos estão concentrados no comércio, e em ordem decrescente, nos serviços, e posteriormente na indústria. Esse dado nos mostra como a sazonalidade do turismo em Garopaba afeta a geração e manutenção do emprego no município.

Como meio de solucionar a questão, a Prefeitura Municipal de Garopaba tem buscado formas de atrair turistas em outras épocas do ano. A propaganda da temporada das baleias franca na costa é uma delas, e a realização de eventos outra, com destaque para eventos

esportivos, em parceria com as empresas do ramo de *surf*, e para a Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro⁸⁴.

Gráfico 9 – Desligamentos por mês, e não desligados no ano em 2012. Garopaba(SC) – Subsetores IBGE



Fonte: RAIS – MTE. Elaborado pela autora.

Percebemos que mesmo com forte dependência do turismo de veraneio na economia de Garopaba é significativo o número de empreendimentos industriais, com empresas líderes de mercado em mais de um produto.

Contudo a variação do emprego é bastante elevada o que estimula a incidência de jornadas de trabalho prolongadas, da sobreposição do emprego e na informalidade, sobretudo durante a temporada de verão.

Ademais, estimula o emprego em outros municípios da região, como veremos a seguir. Também deprime a renda *percapita* no município, como veremos a seguir.

⁸⁴ www.sc.garopaba.gov.br

Percebemos que a predominância do turismo como principal atividade pode trazer danos a economia e sociedade local.

3.4 – ANÁLISE DA INSERÇÃO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL EM GAROPABA: ESTUDO DE CASO

Vimos que os determinantes da organização da produção e da economia são compostos pelos processos que compõem a chamada acumulação flexível do capital, a qual passou a predominar no capitalismo nas últimas décadas do século XX. O aparato ideológico hegemônico difundiu por meio das recomendações do neoliberalismo, e da propaganda de mudanças a partir da globalização as “necessidades e vantagens” das alterações estruturais (CHESNAIS, 1996)

Ademais, a acumulação capitalista promoveu a ampliação da abrangência, valendo-se da atuação em novas atividades, como educação, cultura e lazer. E que, a escala de atuação, devido ao desenvolvimento da tecnologia informacional, foi ampliada.

Sabemos que o processo de incorporação de novas atividades a economia, que caracterizou a formação da burguesia local e a proletarização dos pequenos produtores, dinamizando a organização econômico-social de Garopaba, deu-se em paralelo com o processo de reestruturação da acumulação capitalista.

Por essa razão, enfocamos os trabalhos de campo, nesta etapa da pesquisa, nas atividades de comércio varejista e alimentação, e na indústria têxtil, com a finalidade de avaliarmos se há neles mecanismos de acumulação flexível do capital, na forma complexa que hoje se apresenta.

Realizamos na temporada de veraneio de 2012-2013, uma pesquisa de campo nos estabelecimentos comerciais e de alimentação da Av. João Orestes Araújo, principal concentração comercial do município, para coletar informações acerca do perfil da pequena burguesia comercial local, e dos trabalhadores correspondentes. A delimitação temporal da pesquisa, o mês de janeiro, foi escolhida com base na concentração de atividades econômicas, devido o período de veraneio. Acerca do empresário levantamos os dados referentes a origem, ao tempo de atividade, quanto ao emprego, consideramos a forma de vínculo e o tempo de permanência, a filiação sindical, a origem e a localização da residência do trabalhador.

A empresa Mormaii é líder do mercado nacional na indústria de *surfwear*, além de possuir a sede administrativa no município, há

empresas licenciadas da marca instaladas em Garopaba. Por esse motivo a escolhemos para a realização da pesquisa de campo.

Esta seção se subdivide pela apresentação dos resultados das duas pesquisas de campo acima mencionadas.

3.4.1 – Mormaii: líder do mercado brasileiro no ramo *surfwear*

A metodologia para a coleta de dados foi a entrevista participativa, para a qual elaboramos um questionário com questões previamente estabelecidas, e novos questionamentos surgiram no decorrer da entrevista

Em visita realizada em março de 2013 à sede da empresa, entrevistamos o diretor comercial da empresa, o senhor Jeferson Reis. As informações relatadas a seguir foram levantadas nesse momento.

A Mormaii (Mormaii Indústria Comércio Importação e Exportação de Artigos Esportivos Ltda) é uma empresa de razão social limitada de patrimônio familiar. Sua origem deveu-se ao desenvolvimento de uma inovação para a prática do *surf* em águas com baixas temperaturas.

O empresário Marco Aurélio Raymundo, um médico do Rio Grande do Sul, mudou-se para Garopaba para exercer sua profissão e em busca de uma vida tranqüila na pacata Garopaba da década de 1970.

A dificuldade de praticar o *surf* na água fria do litoral catarinense o levou a produzir uma roupa de borracha (*neoprene* – tecido de borracha térmico) para praticar o esporte. As primeiras peças não tinham finalidade comercial, até que uma loja encomendou dez peças, e na semana seguinte cinquenta, segundo Reis. A partir daí a produção foi estruturada e o mercado expandido. Como única produtora de roupas de borracha para o esporte no país, abriu e conquistou esse nicho de mercado e expandiu seu faturamento rapidamente.

A diversificação de produtos foi iniciada na década de 1980, com destaque para a confecção de vestuário em Garopaba. Acumulou prejuízos no início da década de 1990, em meio à crise nacional. Dessa conjuntura teve início o processo de licenciamento da empresa, com a firma de um contrato com a *Twist Incobras*, em 1992, uma confecção do município de Criciúma (a *Twist Incobras* tinha 80% de sua produção vinculada ao Grupo Mesbla, uma rede de Lojas de Departamentos, que havia declarado falência).

Vemos como os efeitos da reestruturação da acumulação capitalista se fizeram sentir na empresa, cumprindo um novo modelo de organização industrial.

A partir daí a variedade de produtos só aumentou, via licenciamento, atualmente, os produtos oferecidos vão de água mineral até automóveis da montadora Suzuki. As mercadorias estão primordialmente vinculadas ao que o senhor Reis chamou de conceito da marca, a saber, o bem estar e a vida saudável.

Em 2012 a empresa doou a unidade de produção de roupas de borracha para a El Faro Indústria e Comércio Ltda, passando a atuar apenas na administração de *royalties*.

Atualmente, há 33 licenças de produção e duas licenças maiores (*master* licenças), a de serviço e a licença de franquias (empresa A33, localizada em Garopaba e criada especificamente para isso). O número de franquias no Brasil e no exterior é de 30 lojas, e há representantes comerciais da marca em 50 países.

Existem licenciadas no exterior, com destaque para a América Latina, (Paraguai, Uruguai, Peru, Chile, Argentina, Guianas Francesas) onde a Argentina é o principal mercado. E na Europa há uma licenciada na França. Por meio do licenciamento a empresa se internacionalizou.

O relacionamento entre o licenciado e a empresa é delimitado pelo Manual do Licenciamento, e é dada atenção as formas de organização do trabalho nas licenciadas.

A expansão da Mormaii deu-se por meio das “novas formas de investimento” (CHASNAIS, 1996) neste caso, a empresa adquire “[...] um direito de participação nos lucros e um direito de acompanhar a conduta de um parceiro [...] sob forma de ativos imateriais [...]” (Idem, p. 78-79).

Questionamos acerca do processo de licenciamento, como são escolhidas as empresas e produtos. Segundo ele, havendo a identificação de nichos de mercado a empresa procura fabricantes para licenciar. Mas ocorre um percentual maior de fabricantes que oferecem seus produtos a empresa, os quais são avaliados, e se cumprirem os requisitos, é feito o licenciamento. Um exemplo foi a bicicleta da Mormaii.

Ao questionarmos o funcionamento da licença internacional, o senhor Reis relatou que o licenciado adquire o direito de uso da marca, na Argentina, por exemplo, ocorre o licenciamento para a confecção das roupas, as quais seguem o modelo da coleção elaborada no Brasil, e também importa alguns produtos.

Quanto às licenciadas brasileira questionamos se há mecanismos de terceirização do trabalho nas empresas licenciadas, segundo ele a maior ocorrência de terceirização ocorre na confecção. A *Twist Incobras* realiza em sua unidade o corte das vestimentas e terceiriza, por meio da contratação de facções a montagem das peças.

Existe uma avaliação anual do desempenho das licenciadas segundo metas pré-estabelecidas, e a cada cinco anos é realizada uma avaliação geral.

A gestão da intermediação entre as licenciadas é realizada por meio de tecnologia informacional, com o emprego do *software*, *Customer Relationship Management*, com o qual a empresa identifica necessidades e coleta informações, para as áreas de Marketing e Qualidade, configurando uma base de conhecimento do mercado.

O desenvolvimento de tecnologia informacional foi crucial para a emergência de novas estratégias de investimento da grande indústria desde os anos 1970. Abrindo mão da produção as empresas encontram na tecnologia mecanismos de controle de informações.

Ao questionarmos acerca das atividades produtivas vinculadas a marca no município de Garopaba ele disse haver a produção de *neoprene*, borracha utilizada nas roupas para *surf*, de roupas par praticar esportes e material ortopédico de *neoprene*, e, de óculos de sol. O senhor Ramos desconhece terceirização da produção. As empresas que atuam em Garopaba na área produtiva são: El Faro Indústria e Comércio Ltda e Jr-Adamver Indústria e Comércio de Produtos Óticos Ltda e Neoprene Brasil Ltda.

Em Garopaba também há a primeira loja da Mormaii, a qual, por ser a primeira, não constituiu franquia e segue como parte da empresa.

Segundo ele, entre empregos diretos e indiretos (nas licenciadas) há aproximadamente 500 vínculos relacionados com a empresa no município.

No que tange a estrutura interna de organização do trabalho, há peculiaridades a serem demarcadas. Existem 12 departamentos, e em cada um, uma referencia de liderança. Existe uma coordenação geral. Contudo, segundo Reis, não há uma hierarquia estabelecida entre os funcionários, sendo a autogestão é o principio norteador das atividades. As responsabilidades estão diluídas entre os funcionários.

Questionamos se há alguma modalidade de remuneração por produtividade. Ele respondeu que há um estudo para implementação, mas que o modo como a empresa é gerida inviabiliza essa forma de benefício.

Uma atividade importante desenvolvida no município é o desenvolvimento do desenho das coleções de roupas e calçados, e das roupas de borracha. Há na empresa um departamento de criação voltado para pesquisa e desenvolvimento de produtos. O registro de patentes é importante como meio de proteção da marca, uma vez que, atualmente,

o faturamento da empresa é determinado pela rentabilidade dos *royalties* relacionados à marca.

Portanto, a empresa está estruturada sob mecanismos de acumulação de capital próprios da acumulação flexível desencadeada pela grande indústria multinacional como intento para buscar a solução da crise estrutural do modo de produção capitalista.

A empresa não está vinculada ao capital produtivo, mas atua na esfera financeira como “rentista”, mesmo que desencadeando diferentes produções em todo país e no exterior. Por meio da subcontratação industrial, ocorre que “[...] uma dada categoria de empresa, em virtude de sua dimensão e de seu poder de mercado, pode apropriar-se do excedente criado coletivamente no seio de um conjunto de empresas trabalhando em rede.” (ALVES, 1999, p.24)

Com inserção no mercado internacional, vimos as exportações da empresa em seção anterior e a expansão de licenciadas por outros países, a empresa incorporou as estratégias competitivas da grande indústria, inclusive a centralização de ativos financeiros em seu portfólio de atividades.

Quanto ao faturamento da empresa o entrevistado não forneceu informações.

3.4.2 – Característica dos ramos de comércio varejista e de serviços de alimentação na zona central de Garopaba (SC) ⁸⁵

O turismo desenvolvido em Garopaba, por estar relacionado ao consumo do espaço, sobretudo as possibilidades de lazer no mar, é uma modalidade de turismo que atende a movimentos massivos de indivíduos, e tem um caráter sazonal.

Conforme descrito na abertura desta seção, entrevistamos estabelecimentos de comércio varejista e de serviços de alimentação no mês de janeiro de 2013, período de maior incidência de empregos e de visitantes.

Na amostra por nós realizada constatamos a presença de estabelecimento que tem atividade apenas na temporada, bem como de trabalhadores que migram para o município para trabalharem no período.

Para tratarmos dessa questão, utilizaremos o exemplo de dois estabelecimentos, uma loja de decoração e uma lanchonete. Ambos são

⁸⁵ Os dados tabulados estão disponíveis no Apêndice A.

de propriedade de empresários que não residem no município e funcionam somente durante a temporada.

A loja de decoração é uma empresa de patrimônio familiar, na qual, parte dos empregados integra a família. É uma filial de uma loja de Porto Alegre e opera com funcionários registrados na sede, os quais recebem apoio de hospedagem para trabalharem em Garopaba.

A lanchonete pertence a uma empresária de Balneário Camburiú e existe há dezenove anos. Contrata funcionários em diversas localidades do país e disponibiliza a hospedagem no período de veraneio. Na temporada em questão, contratou trinta funcionários, sendo apenas dois residentes no município.

Levamos essa questão por ela conter elementos que demonstram a presença de uma pequena burguesia local e externa. Tal fato acarreta na drenagem de parcela da renda gerada com o turismo, tanto do lado do empresário quanto do trabalhador.

Em atividades sazonais o nível da taxa de lucro tende a ser menor, o peso da capacidade ociosa nos períodos de baixa temporada contribui para a sua depreciação.

Em todas as atividades há uma concentração das vendas no período de 26 de dezembro até 10 de janeiro, motivo que acarreta na contratação de mais funcionários, a maioria com remuneração por dia trabalhado.

Nas atividades de alimentação foi observada a dificuldade de manutenção do grupo de funcionários, há um percentual de garçons e auxiliares de cozinha rotativo, que também recebem pelo dia trabalhado, há inclusive remuneração por hora trabalhada.

Tal fenômeno não foi identificado no comércio varejista. Nele predominam o assalariamento, e o acréscimo na renda devido à comissão de vendas. Os funcionários têm metas de venda pré-estabelecidas e sua superação dá direito à comissão. Uma expressão dos ganhos de produtividade próprios da organização da produção aos moldes do *toyotismo* que se reproduz no comércio local.

Outra observação que encontramos foi a dupla jornada de trabalho em alguns estabelecimentos.

A maioria dos vínculos de emprego se dá com a assinatura da carteira de trabalho, havendo em todos os casos o pagamento da contribuição sindical. Todavia, não percebemos relação entre os trabalhadores e o sindicato, tampouco outra forma coletiva de organização dos trabalhadores. Já uma parcela dos empresários tem vínculo com a associação de empresários do município.

Outra observação, verificada em três lojas de vestuário foi a interconexão entre facções de costureiras e costureiras autônomas (micro empreendedoras individuais). As marcas (empresas vinculadas ao varejo) elaboram as peças e terceirizam a sua produção. Portanto, demonstra a ligação das atividades de fabricação de vestuário (microempresas) com os pequenos estabelecimentos do varejo local. A constatação ilustra o nível de desenvolvimento das relações de produção determinadas pela lógica organizacional desencadeada pela flexibilização da acumulação capitalista.

A terceirização da produção permite a maior expropriação do valor produzido pela força de trabalho humana, entre outras formas, pela perda de direitos historicamente adquiridos. Há uma reprodução na escala local da dinâmica de acumulação global.

3.5 – RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO EM TEMPOS DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL

Ao permitir a aceleração dos fluxos de investimento e consumo, no país, a reestruturação do território com o aparelhamento de meios técnicos, científicos e informacionais (SANTOS e SILVEIRA, 2008), desencadeou o desenvolvimento de diferentes formas de valorização do capital. Nesse ínterim a classe trabalhadora passou a ser explorada em meio às formas complexas de acumulação do capitalismo atual.⁸⁶

O turismo se inseriu nas atividades influenciadas por esse processo, sob dois aspectos, o primeiro com o aporte de infraestrutura que permitiu o melhor aproveitamento das áreas de interesse, e o

⁸⁶ “Entender a classe trabalhadora, diante dos desdobramentos do complexo da reestruturação produtiva, a polissomia do trabalho, requer que consideremos como parte integrante: a) o conjunto dos trabalhadores que vive da força de trabalho; b) aqueles que com certa autonomia em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores proprietários ou *não* dos meios de produção inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por terra, inclusive os camponeses e sem terras, posseiros, meeiros e; f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc.” (THOMAZ JUNIOR, 2002, p.45)

segundo, pela massificação do consumo, incluindo o consumo do espaço (ou do meio natural – praias, lagoas, entre outros). (BRANDÃO, 2009)

Em Garopaba o desenvolvimento da atividade produziu efeito além da organização do espaço “[...] não para produção, mas para o consumo e de bens, serviços e paisagens [...]” (FRATUCCI, 2000, p.129), tendo atualmente a produção de bens presença importante na economia local.

Desde 1987, a Lei Municipal Nº255 instituiu o Plano Diretor Físico Territorial Urbano do município de Garopaba. No artigo 4º do mesmo, estão listados seus objetivos:

- I** – Organizar a ocupação do solo de forma a garantir a valorização dos elementos naturais, paisagísticos, históricos e culturais do Patrimônio Municipal e de sua População;
- II** – Dotar a Sede do Município de uma estrutura que permita o desenvolvimento da pesca artesanal e do turismo, em conformidade com os valores estéticos e de ocupação já tradicionais.

Os mesmos objetivos econômicos foram mantidos no Plano Diretor Municipal de 2010, o que evidencia a desatenção do município a indústria que se desenvolveu no local, priorizando o turismo e uma atividade tradicional que atualmente atua como complemento a renda.

O turismo é uma atividade importante, contudo, a sazonalidade relacionada a ele implica em instabilidade de renda aos trabalhadores e esmo para os pequenos burgueses a elas relacionados, além da presença de informalidade nas atividades a ele relacionadas. Considerando que no setor de serviços, as atividades de alimentação pronta para o consumo corresponderam a 21% do emprego gerado, podemos estimar a maior incidência de informalidade.

Ademais, segundo Ouriques (2007) na grande Florianópolis (incluindo Garopaba) as atividades de hospedagem concentram maiores níveis de informalidade e baixos salários.

A presença de trabalho marginal na temporada de verão ocorre pela comercialização de alimentos e outros produtos nas praias municipais. Nessas atividades a jornada de trabalho é extensa e em condições pouco saudáveis. Os vendedores passam o dia caminhando e trabalhando sob o sol, ou chuva⁸⁷.

⁸⁷ O trabalho dos ambulantes nas praias regulamenta-se por meio de uma chamada pública realizada pela Prefeitura Municipal. O EDITAL PMG/ FAZ /

Portanto, alternativas devem ser buscadas pela população para incremento da renda anual. Pacheco (2010) fala da importância do trabalho na manutenção de residências de veraneio, da posse de mais de um emprego na temporada e do aluguel das próprias moradias no verão como alternativas ao incremento da renda.

Segundo o Censo de 2010 o número de pessoas com mais de dez anos que exerciam atividades em mais de um município era de 166 pessoas, e de pessoas com o trabalho principal em outros municípios era de 825.

A indústria foi estruturada no município, e é importante no que tange ao produto gerado, o qual vem crescendo nos últimos anos. Com relação ao emprego municipal, oferece postos de trabalho mais estáveis e duradouros.

Há um destaque para a produção de artigos relacionados à prática de esportes aquáticos, a produção de *neoprene* e os serviços de segurança, setores onde há inserção no mercado internacional.

Essa indústria emergiu em meio ao processo de acumulação flexível de capital, e incorporou suas recomendações, como forma de inserção nos mercados nacional e internacional.

Encontramos a interrelação entre o comércio varejista de vestuários e unidades de fabricação de vestimentas, num processo de produção terceirizada. Notamos também que entre essas unidades prevalece o número de pequenas empresas.

Os limites da pesquisa não permitiram uma saída em campo para mensurar a amplitude da relação. Por isso, levantamos o questionamento da inserção dessas unidades no mercado da indústria têxtil na escala regional e estadual. Realizamos uma busca de anúncios de oferta de serviços na internet, por meio dela encontramos nove anúncios de diferentes empreendimentos de abril a agosto de 2013⁸⁸.

No comércio vimos como a organização *toyotista* do trabalho está presente, por conter na de remuneração o cumprimento de metas de produtividade (vendas).

Nos estabelecimentos de alimentação constatamos a presença de assalariamento, com carteira assinada, remuneração por dia e por hora trabalhada. Portanto, neste ramo coexistem diferentes estratégias de

Nº. 001/2012 regulamentou as seguintes atividades: aluguel de cadeiras e guarda-sóis, venda de bebidas, carrinho de coquetéis, carrinho de água de coco, caixa térmica para venda de bebidas e aluguel de caiaque.

⁸⁸ www.sc.bomnegocio.com Visitado em setembro de 2013.

aproveitamento do excedente produzido pelo capital variável, evidentemente, com diferentes margens de lucro ou taxa de mais valor.

Todos esses aspectos ilustram a expressão atual da relação capital-trabalho no local. Em todos os setores, com diferentes aspectos, foi conformado o processo de acumulação capitalista, no qual sua expansão é possível por meio das ações produtivas realizadas pela força de trabalho humana, ou seja, a força de trabalho compõe o capital variável das empresas e somente ele é capaz de ampliar o valor das mercadorias. (MARX, 2011b)

A acumulação flexível do capital produziu mecanismos de operacionalizar a divisão da parcela de aumento do capital variável, entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores (detentores da força de trabalho), no sentido de ampliar o percentual que cabe aos primeiros. (ALVES, 2011)

A presença na indústria, no comércio e nos serviços locais, dos mecanismos de acumulação flexível tende a desencadear desigualdade de renda e riqueza. Segundo dados do IBGE a incidência de pobreza absoluta em 2003 era de 32,65%, um índice elevado. Já o Coeficiente de Gini era de 0,39 (IBGE), abaixo do valor nacional, mas ilustrador da concentração que se apresenta numa sociedade com origem na pequena produção.

O Turismo representa a transferência de renda gerada em outros municípios para o município receptor, proporcionando assim a distribuição da renda, além de proporcionar a recomposição da mão de obra. Contudo, na forma como está distribuída a propriedade dos meios de produção no município constatamos que existe a transferência de uma parcela da renda auferida, por meio de empresários e de trabalhadores não residentes.

Dentro de nossa pesquisa pudemos verificar nas atividades em que foram realizadas entrevistas, que há maior concentração de empresários com origem de outros municípios que se migraram para o município e investiram em comércio varejista, restaurantes e lanchonetes, compondo a pequena burguesia local.

Pesquisamos a origem dos empresários daquelas empresas que exportadoras mencionadas no capítulo dois⁸⁹ e constatamos que não há nenhum natural de Garopaba. Obviamente, não há material suficiente para discorrer acerca da origem dos empresários, tampouco para traçar a história de formação dessa burguesia, a qual demandaria uma pesquisa específica, a menção do fato visa apenas delimitar apontamentos.

⁸⁹ www.inflopex.com.br

No processo de desenvolvimento das relações capitalistas em Garopaba observamos na escala local, a reprodução da tendência de incapacidade da forma assalariada como fonte predominante da renda, característico da grande indústria, e com efeito depressivo sobre a acumulação (CHESNAIS, 1996)

O capitalismo, portanto, foi capaz de exercer suas formas de dominação (fetichizadas) pelo território. Contudo:

Os fundamentos do modo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo – a propriedade privada, o lucro, o consumo exacerbado pelo aguilhão da publicidade, mas também fortemente buscado como base da retomada da atividade industrial [...], o produtivismo a qualquer custo [...] estabelecemos seus limites sociais, políticos e geográficos. (Idem, p. 304)

Desde a década de 1970 a vila de pescadores onde predominava um complexo rural, assistiu o desenvolvimento das formas mais acabadas de expropriação do mais valor. Materializando no espaço geográfico empresas “rentistas”, como a Mormaii, com inserção no mercado global, formas complexas de combinação do trabalho para a produção de bens e serviços, concentração fundiária, enfim, passou a integrar o mercado nacional, e internacional em sua forma mais acabada.

Tendo se constituído a classe de trabalhadores, originados da pequena produção agrícola e pesqueira, e por migrantes, no período de predomínio da acumulação flexível não tiveram ainda a possibilidade de articular melhores condições de renda e trabalho. No neoliberalismo o capital exerce uma força de dominação sem igual, com forças para a ampliação da amplitude do “todo orgânico” da produção do capital. (ALVES, 2011)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação apresentamos um panorama da evolução da organização econômico-social de Garopaba, desde sua colonização até os dias atuais, demonstrando as modificações na relação entre o capital e o trabalho, expressa na relação de propriedade.

A periodização da evolução da formação econômico-social brasileira, ao focar a interrelação dos condicionantes da estrutura (sobretudo da economia nacional) e da superestrutura (das relações de poder), na conformação do espaço geográfico, nos permitiu atenção ao fluxo de difusão de inovações nas relações sociais ou nas forças produtivas, ao longo do território nacional, e, concomitantemente, em nossa área de estudo.

Por longo período as características naturais foram determinantes à dinâmica produtiva e social brasileira. Ao nos debruçarmos sobre a colonização do litoral catarinense esse traço foi perceptível, ao determinar, não somente as produções regionais, mas também, as conexões locais na esfera produtiva ou na social. No plano ideológico prevaleceu, em tempos de colonização, o fundamento do domínio do território, colocado a prova pelos espanhóis.

A ocupação do espaço litorâneo contém a peculiaridade de ter sido viabilizada pela fragmentação das terras em pequenas propriedades que se estruturaram com base na divisão familiar do trabalho. Contudo, não ficou isenta da presença de grandes propriedades que produziam mercadorias por meio da exploração do trabalho de escravos, nas quais a produção de farinha de mandioca era predominante. Ademais, continha as feições da colonização brasileira expressas na manufatura do óleo de baleia, na qual era empregado o trabalho escravo juntamente com o trabalho livre, e a renda gerada cabia aos comerciantes portugueses e à Coroa.

Desse modo, no período colonial, ou melhor, até o final do século XIX, a economia do litoral catarinense continha diferentes combinações da relação capital-trabalho.

Na pequena propriedade os trabalhadores eram os proprietários dos meios de produção, e, esta, era a condição para sua sobrevivência, ou seja, a manutenção da vida somente era possível por meio da produção de alimentos, de utensílios e de outros materiais, e esta, dependia da propriedade da terra (ou dos utensílios para a pesca, os meios de produção dos pescadores). Sua produção, portanto, era determinada pelas necessidades familiares, uma produção de valores de uso.

Na grande propriedade a relação se mostrava em outros termos, além da propriedade da terra, dos utensílios para o trabalho na lavoura e no processamento da mandioca, os escravos também compunham os meios de produção necessários (capital fixo), e o produto do trabalho caracterizava-se por valores de troca, por serem destinados ao comércio. Os trabalhadores cativos estavam numa posição de sujeitos que trabalham, e sobrevivem para trabalhar, em contraposição aos senhores de engenho (que compunham a classe aristocrata regional). Nesse contexto os escravos também representavam o capital variável, uma vez que era pelo dispêndio de sua força de trabalho que o valor dos produtos se configurava.

Nas armações baleeiras essa relação se reproduzia com o emprego do trabalho escravo, mas estava combinada com o exercício de trabalho livre na captura das baleias, efetuado pelos pequenos proprietários que se submetiam, espontânea ou forçosamente, aos ricos do trabalho no mar (o trabalho livre se caracteriza pela venda da força de trabalho, neste caso, não manifesta as condições da liberdade do trabalho próprias do capitalismo, uma vez que, esses homens estão inseridos naqueles condicionantes da pequena produção). Em certa medida, a manufatura possibilitou maior estratificação social, ao permitir aos senhores de escravos, rendimentos pelo aluguel de cativos em períodos de produção. Outra peculiaridade das armações era estar subjugada a hegemonia das relações comerciais da Metrópole (Portugal), sendo os rendimentos gerados pela atividade, transferidos para os comerciantes portugueses e para a Coroa.

Na sociedade colonial havia ainda a presença da burocracia civil, que compunha a administração da província, e militar, para a defesa do território. Também os comerciantes, que precocemente, em relação à nação, emergiram em meio à burocracia civil.

Podemos classificar essa configuração da relação capital-trabalho, como expressão de formas simples de combinação. Uma vez que, o nível de conectividade é simples e perceptível.

A reprodução no litoral catarinense de entraves ao desenvolvimento social e econômico, próprios da formação econômico-social brasileira, explica a estagnação econômica resultante da colonização. Vimos que essas características se reproduziram em Garopaba, na qual, predominou a estrutura produtiva do complexo rural entre os pequenos proprietários, agricultores e pescadores, com a comercialização ou troca de algum excedente realizado, até meados do século XX e da comercialização de farinha de mandioca dos grandes proprietários, integrados ao mercado nacional.

No Brasil, desde o final do século XIX, diferentes determinantes desencadearam transformações no território, as quais reconfiguraram o espaço geográfico. Nesse contexto, o aprofundamento das relações sociais próprias do modo de produção capitalista, produziu, em ritmo lento e gradual, mudanças moleculares na estrutura social brasileira.

Diferenças regionais advinham das características naturais do espaço nacional, bem como, do *sentido* da organização econômico-social característico de cada região.

Percebemos que somente quanto a infraestrutura de transporte permitiu a integração rodoviária do litoral catarinense às regiões industrializadas (e urbanizadas), aspectos de mudanças começaram a se apresentar, como exemplo, temos a migração de habitantes locais para trabalharem como assalariados em outros municípios e regiões. Esse aspecto pôde ser apreendido nas entrevistas realizadas, sendo possível pela memória dos habitantes locais. Não obstante, os limites à expansão da produção agrícola e pesqueira contribuíam para a proletarização da população local.

O efeito produzido relaciona-se com possíveis alterações no consumo familiar, com a possibilidade de incremento de capital na produção familiar, e também pela redução da produtividade, devido a ausência de trabalhadores na lavoura.

Constatamos que, no período no qual o território nacional havia recebido infraestrutura capaz de fornecer maior fluidez aos fluxos de circulação de pessoas, mercadorias, matérias-primas e informações, foram desencadeadas transformações estruturais no espaço, sociedade e economia local.

As mudanças não tiveram origem no local, mas sim na expansão da produção industrializada nacional. Sob a produção de alimentos pesava o incremento tecnológico no cultivo, o qual alterou a escala de produção substancialmente, e a industrialização da pesca, bem como alterações na alimentação brasileira, aspectos que acentuaram o processo de proletarização dos pequenos produtores.

A conformação do mercado nacional permitiu a expansão das atividades onde se inseria a reprodução ampliada do capital, como o desenvolvimento, num primeiro momento, de atividades relacionadas ao turismo de veraneio.

Combinado ao processo de recomposição da força de trabalho, as férias, o turismo de massa passou a integrar as necessidades de consumo da população urbana, primeiramente das classes alta e média.

Como o território estava mecanizado, o acesso com automóveis possibilitou o lazer nas praias de Garopaba. A combinação do

desenvolvimento de atividades para atendimento aos turistas com os aspectos de proletarização dos pequenos proprietários acima relatados caracterizou os primeiros impulsos das mudanças na relação capital-trabalho no município.

O trabalho livre passou a ser a expressão da desvinculação dos trabalhadores da propriedade dos meios de produção, representando estes, força de trabalho a ser empregada numa produção que não lhes pertence.

Do outro lado, a formação da burguesia local combinou a presença de migrantes oriundos, predominantemente, das regiões industrializadas mais próximas, que buscavam o afastamento do modo de vida das metrópoles (a exemplo da grande Porto Alegre, no Rio Grande do Sul). Esses, juntamente com pequenos burgueses naturais de Garopaba, investiram na infraestrutura para receber os turistas, como restaurantes, pousadas, e lojas de vestuários e acessórios, e em atividades industriais, construção civil, imobiliárias entre outras.

Salientamos que este aspecto carece de uma pesquisa específica, sendo os apontamentos aqui expostos, uma percepção com base nas entrevistas realizadas na temporada de veraneio e da origem das empresas exportadoras.

No que tange ao desenvolvimento industrial o ramo têxtil se destaca com a presença de importantes empresas, no cenário internacional, ligadas à indústria de *surfwear*. Vimos que o seu desenvolvimento relaciona-se com uma inovação tecnológica para a prática de esportes em águas com baixas temperaturas. Mas também outros ramos figuram na indústria, com exemplo temos o crescimento nos últimos anos de ramos relacionados à construção civil e à indústria moveleira. Também o ramo de detectores de metais, com a presença da líder nacional do setor.

Como etapa de nossa pesquisa de campo, estudamos o caso da Mormaii, líder de mercado no Brasil da indústria de *surfwear*. Vimos que a empresa tem seu desempenho focado em formas “rentistas” de acumulação de capital, a saber, a administração dos *royalys* auferidos pelo licenciamento da produção vinculada à marca Mormaii. No município estão localizadas empresas licenciadas, com destaque para a A33, uma *master* licença e a fabricação de óculos de sol, a empresa que mais exportou em 2008.

Ao estudamos o PIB municipal constatamos que o comércio predomina como o subsetor que gera maior renda no município. Este, por sua vez, relaciona-se com o turismo, uma vez que a temporada de

veraneio é o período de maior movimentação de pessoas no município. Fato que se reflete nas vendas e na oferta de empregos.

Por seu vínculo a uma atividade sazonal, a análise do setor de serviços deve considerar as especificidades do turismo de veraneio. Em nossa pesquisa de campo levantamos dados amostrais para levantar as características da organização do trabalho no comércio varejista e nas atividades de alimentação.

Constatamos a presença de diferentes formas de vínculo empregatício nas unidades visitadas. Também formas de remuneração relacionadas ao modo *toyotista* de organização produtiva, como a estipulação de metas de venda (produtividade) aos trabalhadores como condição de ampliação da remuneração.

Apreendemos a interconexão das microempresas do ramo de fabricação de vestuário com o comércio varejista local, por meio da contratação terceirizada da produção. Esse mecanismo pode mascarar a presença de jornadas de trabalho extensas, do trabalho familiar e da exploração do trabalho infantil, sob o aparato jurídico da desregulamentação das relações de trabalho.

No ramo de alimentação percebemos a maior incidência de trabalho informal e de migração pendular durante a temporada de verão.

A migração pendular também está presente do lado do empresário, pois encontramos unidades de pessoas não residentes que atuam somente na temporada de verão. Tanto do lado do empregado como do empregador, ocorre a transferência da renda gerada pelo turismo para outras localidades.

Relacionado ao turismo constatamos a presença de trabalho ambulante nas praias do município, no qual também há uma jornada de trabalho extensa e com condições insalubres.

Destacamos a presença de diferentes estratégias dos moradores para complementar a renda, como o aluguel das residências a venda de terrenos, a jornada dupla de trabalho nas temporadas de verão, sem contar a construção civil, a limpeza e manutenção de residências. Estes aspectos não puderam ser explorados na pesquisa de campo, mas fazemos menção por ilustrar o modo de vida atual no município.

Por meio do levantamento de dados do emprego nas bases do Ministério do Trabalho e Emprego constatamos a variação do emprego em função da temporada de verão, refletindo na instabilidade dos postos de trabalho gerados.

Quanto à especulação imobiliária verificamos que houve um aumento da concentração das propriedades maiores, contudo aprofundamento do caso não cabia nos limites desta pesquisa.

Percebemos, assim que na atualidade a relação capital-trabalho contém diferentes características, contudo, todas reúnem a expressão da contradição das relações sociais próprias do capitalismo, a saber, a separação entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores. Ademais, as combinações das diferentes formas de reprodução ampliada do capital, estão caracterizadas por formas complexas da relação capital-trabalho. Aspecto este, que pode ser visto pela presença de mecanismos de acumulação flexível de capital.

Segundo as necessidades do turismo de veraneio o espaço foi modificado, reconfigurando-se os usos do mesmo, e alterando também os fluxos de circulação de pessoas, mercadorias, informações, recursos e moeda.

Percebemos que toda a economia se alterou, havendo a redução da produção agrícola e pesqueira, em detrimento da ascensão da indústria e dos serviços.

O que se colocou foi a absolutização do domínio do capital sobre a totalidade social, ao alterar a relação capital-trabalho, o fez, modificando as determinações das categorias do ser social, dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização**. São Paulo: Editora Praxis, 1999.

_____. **Terceirização e acumulação flexível do capital**: notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista. *In*: Estudos Sociológicos, v. 16, n.31, Araraquara: 2011, p. 409-420.

ALVIM, A. L. **Sobre tantas Garopabas**: a construção do discurso turístico no litoral catarinense. *In*: Revista Rosa dos Ventos. v. 6 [*online*]. Jan. 2014. P. 217-228. Disponível em: www.ucs.br/revistarosadosventos

ARAÚJO, A. J. S.; CONSERVA, M. S. **Informalidade e precarização nos mundos do trabalho**. Revista Teoria Política e Sociedade. João Pessoa: v. 1, n. 1; dez. 2008. p. 75-91.

BARBOSA, D. **Mormaii está à procura de um sócio**. Revista Exame. 20 de ago. 2012. Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/mormaii-esta-a-procura-de-um-socio/>

BASTOS, J. M. **Considerações sobre a urbanização do litoral catarinense**. In PEREIRA, E. M.; DIAS, L.C.D. As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011.

_____. **Dinâmica socioespacial das redes de lojas em Santa Catarina**. In MAMIGONIAN, A. (Org.) Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011, p. 419-442.

BERNARDI, P. B. **Análise de risco em Investimentos Imobiliários por simulação**. 2002. 117f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BESEN, J. A. **São Joaquim de Garopaba: recordações da Freguesia**. Brusque: Graf. Mercúrio, 1980.

BILÉSSIMO, A. R. **Grandes Fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888**. 2010. 167f. Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão) – Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2010.

BITENCOURT, Fernando. **De Ygara-Mpaba a Garopaba**. Sete mil anos de história. Garopaba: Gráfica São Joaquim de Garopaba. 2003.

BRANDÃO, P. R. B. **Turismo na contemporaneidade**: algumas considerações a partir de uma perspectiva geográfica. *In*: Revista de Geografia. UFP – DCG/NAPA, v. 26, n.3, Recife: set/dez. 2009. P. 181-200.

CAMPOS, N. J. de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC edições/Editora da UFSC, 1991.

CARDOSO, C. F. S. **Sobre os modos de produção coloniais da América**. *In*. SANTIAGO, T. (Org.) **América colonial**. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 1975, p. 61-84.

CARDOSO, R. **Gestão flexível garante sucesso da Mormaii**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 31 de mar. de 2013. Disponível em: <http://pme.estadao.com.br/noticias/noticias,gestao-flexivel-garante-o-sucesso-da-mormaii,2821,0.htm>

CARVALHO, F. A. **Entre cores e memórias**: escolarização de alunos da comunidade remanescente de Quilombo Aldeia de Garopaba (1963-1980) 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

CESCO, S. **A questão fundiária na Ilha de Santa Catarina no século XIX**. *In*: Estudos Sociedade e Agricultura, v. 18, n. 2. Rio de Janeiro: out. 2010. P. 434-466.

CHESSAIS, F. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CÔRREA, R. L. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. R. L. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural.** Geosp, Espaço e Tempo. São Paulo: n. 30, 2011, p. 05-12.

CRUZ, C. M. da **A Contribuição de alemães e descendentes para a Formação Sócio-espacial Catarinense: o caso da região metropolitana de Florianópolis (SC).** 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2008.

DIEGUES JR., M. **População e propriedade da terra no Brasil.** Washington, União Pan-americana, 1959.

_____. **Regiões Culturais do Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo.** 7ed. Trad. M. do R. Braga. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DUAYER, M. **Apresentação.** In: MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858:** esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: E. UFRJ, 2011b. p. 11-26

ELLIS, M. **Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial:** notas prévias de um trabalho em preparo. In: Revista de História. São Paulo: v. XVI, n° 32, dez. 1957, p. 416-462.

_____. **A Baleia no Brasil colonial.** São Paulo: Melhoramentos, 1969.

_____. **Escravos e assalariados na antiga pesca da baleia** (Um capítulo esquecido da história do trabalho no Brasil Colonial). In: VI Simpósio Brasileiro dos Professores Universitários de História. São Paulo. **Anais...** 1973. 1v. p. 307-351.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA, Gerência Regional de Tubarão/ Escritório Municipal de Garopaba. **Plano Anual de Trabalho:** ano 2009. Garopaba: 2009.

ENGELS, F.; MARX, K. **Da ideologia alemã** (Parte 1). *In*: MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Trad. João Maia 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ERNANDORENA, P. R. **A ação civil pública e a resolução dos conflitos ambientais em zona costeira de Santa Catarina**. 2003, 263 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2003.

FARIAS, D. S. E.; LUZ, E. C.; NEU, M. F. R. **Uma aventura pela história e geografia de Garopaba**. Palhoça: Editora Unisul, 2011.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ed. São Paulo: Globo 2006.

FIESC. **Santa Catarina em dados**. V. 21. Florianópolis: 2011.

FILARDI, A. C. L. **Diagnóstico da Pesca Artesanal Marinha do Município de Garopaba (SC): potencialidades e obstáculos para a gestão adaptativa para o ecodesenvolvimento**. 2007. 257 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2007.

FRATUCCI, A. C. **Os lugares turísticos**: territórios do fenômeno turístico. *In*: GEOgrafia, Ano II, n. 4. Rio de Janeiro: 2000. P. 121-133.

FREIRE, P. **Conversação libertária com Paulo Freire**. *In*: Passeti, E. São Paulo: Editora Imaginário, 1998.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 33ed. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

GAROPABA. Lei 255/1987, 1987.

_____. Lei Complementar 1.463/201, 2010.

_____. Lei Complementar 1.464/2010, 2010b.

_____. Lei Complementar 1.465/2010, 2010c.

GOULART FILHO, A. **A construção da estrada do litoral:** definindo e deslocando os caminhos no sul de Santa Catarina. *In:* Revista Territórios & Fronteiras, v. 6, n. 1, Cuiabá: jan./jun., 2013. p. 145-167.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUILARDI, I. **Considerações acerca das transformações no campo a partir do turismo de veraneio.** *In:* XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia. **Anais....** 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**, 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 1988.

LAVINO, R. **in História de Santa Catarina: estudos contemporâneos.** BRANCHER, A. Florianópolis: Letras Contemporânea, 1999.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** Trad. P. Bezerra. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LESSA, S. **Mundo dos homens:** trabalho e ser social. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LIRA, R. P.; SPINELLI, J. A. **Capitalismo de acumulação flexível e as categorias gramscianas.** *In:* Cronos, v. 8, n. 2; Natal: jul./dez., 2007. p. 567-587.

LOPES, J. P. **Palhoça: Notícia estatístico descritiva.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Florianópolis, 1940.

LUKÁCS, G. **O marxismo ortodoxo.** *In:* Georg Lukács: sociologia. São Paulo: Ática, 1981.

MAMIGONIAN, A, **A indústria de Santa Catarina: dinamismo e estrangulamento.** . In MAMIGONIAN, A. (Org.) Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011. p.73-120.

MAMIGONIAN, B. G. **Em nome de beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX.** In: Geosul, v.14, n. 28, Florianópolis: jul./dez.1999. p. 179-188.

MARCONDES, R. L. **O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem.** Revista de Economia Política. V. 32, n. 1, São Paulo: jan./mar. 2012. p.142-166.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas.** Trad. João Maia 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858:** esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: E. UFRJ, 2011b.

MEDAGLIA, J. **O Papel Histórico do Turismo de Massa na Consolidação da União Européia e suas relações com a política nacional do turismo no Brasil.** Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, Vol. 12 - nº 2 - p. 159–171 / mai-ago 2010. Disponível em: www.univali.br/revistaturismo.

MERRINGTON, J. **A cidade e o campo na transição para o capitalismo.** In: A transição do feudalismo para o capitalismo. 5ed. Trad. I. Didonnet. Rio de Janeiro, 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Dados e estatísticas – perfil do município. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

OLIVEIRA, F. de. **Economia Brasileira: crítica a razão dualista.** 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

OURIQUES, H. R. **Turismo em Santa Catarina:** notas sobre o mercado de trabalho no setor. In: Cadernos de Economia. Chapecó, Unochepecó, Ano 11, n.21, jul/dez. 2007, p. 7-22.

PACHECO, L. M. **Entre “nativos” e os de “fora”:** estudo etnográfico sobre nuances identitárias no Centro Histórico de cidade litorânea no sul do Brasil, Garopaba/SC. 2010, 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

PENNA, C. G. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888).** 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

PEREIRA, R. M. F. do A.; VIEIRA, M. G. E. D. **Formações sócio-espaciais catarinenses:** notas preliminares. In: Congresso de História e Geografia de Santa Catarina, 1997, Florianópolis. Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997. p. 453-463.

_____. **Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina** (Brasil): gênese e transformações recentes. In: Geosul, Florianópolis, v.18, n.35, 2003. p. 99-129.

_____. **Santa Catarina no Contexto da Formação Sócio-espacial do Brasil Meridional:** do período colonial ao início do século XX. In MAMIGONIAN, A. (Org.) Santa Catarina; estudos de geografia econômica e social. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011.

PRADO JR., C. **Evolução Política do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. 11ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

RAIMUNDO, M. da C. M. B. **Vila de Imbituba:** do progresso à modernidade e espaço de exclusão. In: Veredas da História, [online] Ano V, 2ed., 2012, p. 64-76. Disponível em: www.veredadahistoria.com

RANGEL, I. **Dualidade** brasileira. *In*: Obras **reunidas**: Ignácio Rangel. Vol. 1. Rio de Janeiro, Contraponto: 2005.

_____. **Obras reunidas**: Ignácio Rangel. Vol. 2. Rio de Janeiro, Contraponto: 2005.

REBELATTO, M. **Fugas e Quilombos na Ilha de Santa Catarina**. *In*: Revista Afro-ásia, n. 36, p. 81-110. Salvador: 2007.

ROSAR, D. B. **Gestão Participativa e Política Substantiva**: duas formas de ação política coexistentes em Ibiraquera (Imbituba/Garopaba – SC). 2007. 118 f. Dissertação. (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2007.

SANTIN, L. **O papel dos Sistemas Locais de conhecimento Agroecológico no Desenvolvimento territorial Sustentável**: estudo de caso junto a agricultores familiares no litoral centro-sul do estado de Santa Catarina. 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2005.

SANTOS JR., A. dos & PEREIRA, R.M.F.A. **As recentes transformações sócio-espaciais do litoral de Santa Catarina**: o caso da Praia Brava Itajaí-SC Geosul, Florianópolis, v. 26, n. 51, p 109-128, jan./jun. 2011 EDUFSC.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e método. *In*: Boletim Paulista de Geografia, n. 54, jun. 1977.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2. ed. [S. I.] Hucitec, 1997.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, S. C. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. do Autor 1986.

SCHERER, M.; C. FERREIRA; J. MUDAT; S. CATANEO. Urbanização e gestão do litoral centro-sul do estado de Santa Catarina. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 13. Editora UFPR, Curitiba: jan./jun. 2006.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em Números**: Florianópolis/ Sebrae/SC (Garopaba). Florianópolis: SEBRAE/SC, 2010. 117p.

SEIXAS, C. S. **Ibiraquera**: a lagoa, a pesca, uma história. In: Livreto/ Unicamp/Nepam. Campinas: 2011.

SILVA, C. M. e. Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: UFSC/FCC, 1992.

_____. **Ciclos de Kongratieff e pequena produção mercantil pesqueira**. In: Geosul, v.14, n. 28, p. 61-76, jul./dez. 1999.

SILVA, M. A. O desenvolvimento regional e urbano catarinense no contexto sul-brasileiro: notas a partir da teoria das transições. In MAMIGONIAN, A. (Org.) Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011.

STOTZ, H. P. N. A indústria de equipamentos para a prática do surf e da moda surfwear em Santa Catarina. 2009, 101 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2009.

THOMAS JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho! (reflexões preliminares). Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. V. 6 e Vol. VI, núm. 119 (5), p. 38-51 ago. 2002. Disponível em: www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-5.htm

VALENTIM, M. História de Garopaba. Garopaba: Prefeitura Municipal de Garopaba, 2007.

VIANNA, L. W. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. 2ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WAIBEL, L.. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. IBGE, Rio de Janeiro: 1979.

_____. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. In: Revista Brasileira de Geografia ano 50 número especial, IBGE, 1988.

Sites

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

www.ibge.gov.br/municipios-sidra www.ibge.gov.br/sidra

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada www.ipea.gov.br

Ministério do Trabalho e Emprego: www.mte.gov.br/bgcaged

Prefeitura Municipal de Garopaba www.garopaba.sc.gov.br

Santa Catarina Turismo www.turismo.sc.gov.br

www.hidrolight.com.br. Visitado em 23 de outubro de 2013.

www.infoplex.com.br Visitado em 23 de outubro de 2013.

www.mineoro.com.br Visitado em 23 de outubro de 2013.

www.mormaii.com.br Visitado em 23 de outubro de 2013.

www.sc.bomnegocio.com Visitado em setembro de 2013

APÊNDICE

A – Tabela de dados coletados em trabalho de campo na temporada de verão 2012-2013

Dados de empresas e emprego em Garopaba - Temporada de verão 2012-2013			
	Comércio varejista de vestuário e acessórios	De coração	Alim entação
	8	1	5
Tempo de existência			
1 a 5 anos	2		
6 a 10 anos	3	1	3
11 a 15 anos	1		
16 a 20 anos	2		
Período de atuação			
Temporada de verão	4	1	3
Anual	2		2
Número de funcionários			
Temporada de verão	9	2	37
Dezembro - janeiro	10	4	15
Anual	4		7
Tipo de vínculo			
Contratação por dia			4
Contratação por tempo determinado carteira assinada	3		15
Carteira assinada	5	3	7
Tempo de experiência	7		7
Remuneração			
Salário	1	1	48
Salário e comissão	10		
Gratificação			
Rotatividade de funcionários			
			5
Residência dos funcionários			
Garopaba	10		29

Outros municípios	3	6	30
Origem do empresário			
Garopaba	4		1
Outros municípios	4	1	4
Outros países			3
Filiação sindical	8		
Residem	6		
Não residem	2	1	3

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, em janeiro de 2013.

Dados coletados em entrevista realizada em estabelecimentos da Av. João Orestes Araújo, no Centro de Garopaba, durante a temporada de verão 2012-2013.

A entrevista consistia no preenchimento da tabela acima, na qual os dados obtidos foram tabulados.

O intuito foi de observar a presença de contratação informal; a origem de residência dos trabalhadores e empresários; o período de atuação; e, o tempo de vigência dos empregos ofertados.

Observações

- interconexão das unidades industriais de microempresas do ramo confecção de vestuário com comércio varejista. Terceirização da produção por meio da impressão da marca vinculada a loja.

- oferta de residência aos funcionários que residem em outros municípios durante a temporada.

ANEXOS

A – Tabela População residente em Garopaba por lugar de nascimento

População residente em Garopaba por lugar de nascimento		Número de Habitantes
População residente por lugar de nascimento		18.138
População residente por lugar de nascimento - Brasil sem especificação		37
População residente por lugar de nascimento - País estrangeiro		215,00
População residente por lugar de nascimento - Região Centro-Oeste		63,00
População residente por lugar de nascimento - Região Nordeste		51,00
População residente por lugar de nascimento - Região Norte		27,00
População residente por lugar de nascimento - Região Sudeste		464,00
População residente por lugar de nascimento - Região Sul		17.280
População residente por nacionalidade		18.138
População residente por nacionalidade - Brasileiros natos		17.923
População residente por nacionalidade - Estrangeiros		146
População residente por nacionalidade - Naturalizados brasileiros		69

Fonte: IBGE, Censo 2010.

B – Dados das exportações municipais

TABELA – Balança Comercial de Garopaba no período de 2004-2008

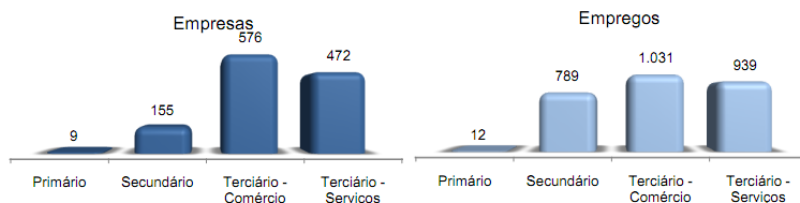
Ano	Exportações US\$ FOB	Importações US\$ FOB	Saldo
2004	1.687.249	2.167.601	-480.352
2005	2.049.506	2.656.324	-606.818
2006	2.043.532	3.514.090	-1.470.558
2007	2.557.890	4.302.911	-1.745.021
2008	2.504.676	5.036.429	-2.531.753
Evolução 2004/2008	48,4%	132,4%	427,1%

Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (DEPLA), Balança Comercial Brasileira por Municípios. *In*: Santa Catarina em Números: Florianópolis/SEBRAE/SC (Garopaba). Florianópolis: SEBRAE/SC. 117p.

Nota 1: Critério de Domicílio Fiscal.

C – Proporção de empregos por setores da economia

Gráfico - Proporção de empregos por setores da economia



Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do TEM – apoiados na Relação Anual de Informações Sociais. *In*: Santa Catarina em Números: Florianópolis/SEBRAE/SC (Garopaba). Florianópolis: SEBRAE/SC. 117p.